

ALAVOURA

ANO XLVI

MARÇO-ABRIL DE 1942



BOLETIM MENSAL DA
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA
CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Sociedade Nacional de Agricultura

Publicações em distribuição aos sócios:

- Anais do I Congresso de Leite e Derivados (1 vol.)
Anais da II Semana do Leite (folheto)
Anais da II Conferência Nacional de Pecuária (1 vol.)
Anais da I Conferência Nacional Algodoeira (3 vols.)
O Ceará Econômico — *Dr. Souza Pinto* (folheto)
A conquista do pão — *R. Fernandes e Silva* (folheto)
A cultura do fumo e o seu preparo — *J. Silverio Guimarães* (folheto)
Fatos Economicos — *Miguel Calmon* (brochura)
O algodão e a solidariedade internacional — *Miguel Calmon* (folheto)
Política Comercial Pan-Americana — *Arthur Torres Filho* (folheto)
Aspétos leiteiros brasileiros — *Otto Frensel* (folheto)
Aspéto atual da Indústria de Laticínios no Brasil — *L. Gonçalves Vieira* (folheto)
O cultivo da batata e a importação de suas sementes no Brasil — *Arsène Puttemans* (folheto)
Expansão Econômica do Brasil — *Arthur Torres Filho* (1 vol.)
As Municipalidades e o momento econômico brasileiro — (1934) *Arthur Torres Filho*.
Escola de Horticultura Wenceslau Bello — Publicações n. 2 e 3
Cooperativismo e Organização Rural — *Dr. Antonio de Arruda Camara* (folheto)
Curso de Melhoramento de Plantas — Germinação do Grão de Pólen e Fecundação nos vegetais ginospérmicos — *Dr. Geraldo Goulart de Silveira* (III folheto)

A Secretária da S. N. A., mediante pedido do sócio quite, enviará imediatamente as publicações pedidas. Para o interior, deverá o interessado juntar ao pedido \$400 de sêlo, em se tratando de folheto e \$800, para maior número de publicações ou por volume.

Proposta para Socio

O abaixo assinado propõe para socio efetivo da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA:

Nome por extenso.....

Nacionalidade..... Profissão.....

Endereço para carga.....

Endereço para correspondencia.....

Nome ou os nomes de fazendas que possui, o Município ou Municípios em que estiverem.....

Genero de culturas a que se dedica.....

Variedade de gados que cria.....

E' a propriedade registrada no Ministerio da Agricultura?.....

Em caso negativo, a Sociedade encarga-se de promove-lo, a pedido do interessado.

OBSERVAÇÕES.....

de..... de.....

Juntar 40\$000 em registrado com valor declarado, em vale postal.

Assinatura do proponente

Assinatura do proposto

CAPITULO II DOS ESTATUTOS

DOS SOCIOS

Art. 9 — A Sociedade admite as seguintes categorias de socios:

Efetivos, correspondentes, honorarios, benemeritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão socios efetivos as pessoas naturais ou juridicas, inclusive corporações ou organizações de carater oficial que, domiciliadas no país, forem propostas, de conformidade com os Estatutos e contribuirem, sendo individuais, com a joia de 50\$000 e a anuidade de 40\$000, e, sendo coletivas, com a joia de 150\$000 e a anuidade de 100\$000.

§ 2.º — Serão socios correspondentes as pessoas ou associações, com residencia ou séde no estrangeiro, que forem escolhidas pela Diretoria em reconhecimento dos seus meritos e dos serviços que puderem ou quizerem prestar á Sociedade.

§ 3.º — Serão socios honorarios as pessoas que prestarem á Sociedade e á produção serviços tão relevantes que a Diretoria os julgue mercedores desse titulo.

§ 4.º — Serão socios benemeritos as pessoas que por sua dedicacão e serviços excepcionais á Sociedade e á produção, forem, por proposta da Diretoria e a juizo da Assembléa Geral, dignas dessa investitura.

§ 5.º — Serão socios filiados as associações agricolas ou de classes diretamente ligadas á produção do Distrito Federal, que contribuirem com a joia de 50\$000 e anuidade de 100\$000

§ 6.º — Serão socios remidos os que estando em condições de ser aceitas como efetivos ou filiados, pagarem, de uma só vez, a joia e 10 unidades.

Art 10. — Os filiados e as corporações officiais deverão declarar o seu desejo de compartilhar das vantagens de socios da Sociedade, ficando a aceitação dependente de resolução da Diretoria.

§ Unico — Os demais socios efetivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais socios, á Diretoria, que deliberará a respeito.

Art. 11. — Os socios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para esse fim, qualidade de Diretor e cujo mandato, que terminará sempre com o da Diretoria, poderá ser renovado, a juizo da instituição respectiva entendendo-se que a recondução tenha sido feita, se aviso em contrario não for recebido pela Sociedade.

Art. 12. — Os socios honorarios e correspondentes não poderão ter ingerencia alguma na direção da Sociedade, mas gosarão de todas as demais vantagens de socios, inclusive do direito de propor á Diretoria qualquer medida que julgarem util á instituição e ás classes que esta representa.

§ Unico — Aos socios honorarios e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 13. — Poderão remir-se, em qualquer tempo os socios efetivos e filiados, sendo para esse fim, contado um terço das anuidades pagas até o maximo de um conto de réis.

Em virtude de resolução de Diretoria foi suspensa, ate ulterior deliberação, a joia de 50\$000 cobrada aos socios individuais e de 100\$000 aos socios coletivos.

A LAVOURA

SUMÁRIO

A indústria autônoma do álcool-combustível.	1
Produzir	2
Resoluções da Assembléia Geral de 15 de Janeiro de 1942	4
Relatório das atividades da Escola de Horticultura «Wenceslau Bello».	7
Desenvolvimento da cultura algodoeira pela adubação. . .	18
A importancia da contabilidade nas empresas rurais. . .	21
Anomalias em torno da hereditariedade	23
O novo Ministro da Agricultura.	33
A pecuária nacional através dos seus aspectos e possibilidades.	39
Sugestões sôbre as mais urgentes necessidades regionais em relação á pecuária.	41
Evolução do Serviço de Inspeção na região de Curityba	43
Auxílio oficial exclusivamente para exportação de reprodutores de alta categoria e realmente melhoradores. . .	50
As semanais da Sociedade Nacional de Agricultura. . . .	54
«A Lavoura» — Índice por autores e por assuntos no periodo de 1939/1940.	56
Conselho Federal do Comércio Exterior	72

RIO DE JANEIRO
Papellaria Mendes — Ouvidor, 60

1942

A LAVOURA

BOLETIM MENSAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Dr. ARTHUR TORRES FILHO

Director

Dr. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Responsável e Gerente ROBERTO DIAS FERREIRA — Redator-Secretário L. MARQUES POLIANO

Toda a correspondência deve ser dirigida para a Redação, Largo de S. Francisco, 3 — 2.º, Salas 202-6

RIO DE JANEIRO

ANO XLVI

RIO DE JANEIRO

Março-Abril de 1942

A INDÚSTRIA AUTÔNOMA DO ALCOOL-COMBUSTÍVEL

Considrando a crescente escassez de combustível liquido, indispensável à movimentação dos motores de explosão do país, e, mesmo, a possibilidade de vir a ser o abastecimento do mercado brasileiro de gasolina totalmente prejudicado em consequência da guerra, verifica-se que haveria possibilidades na criação da indústria do alcool, em caráter autônomo, em várias regiões do Brasil, principalmente no interior, em pontos previamente escolhidos, tendo-se em vista a facilidade da matéria prima e o próprio mercado consumidor próximo. Não seria de desprezar, também, a posse completa do mercado nacional, que as contingências da guerra obrigam, no momento, os produtores de petróleo a quasi abandonar.

As usinas de destilação não deveriam ser tão grandes que a sua instalação exigisse somas muitos vultuosas. Deveriam ser numerosas, e a sua produção visaria principalmente atender ao consumo de zonas próximas.

A situação no Brasil, presentemente, no que se refere ao combustível liquido, apresenta várias facetas que poderiam ser atendidas com essa providência. É fato conhecido que o combustível que se consome no interior, de procedência estrangeira, consome combustível para o seu transporte até essas regiões. Além de ser anti-econômica é perigosa essa prática, que em ocasiões de dificuldade, como a que atravessamos, pôde acarretar até a falta completa de combustível às indústrias e vida normal de zonas prósperas, reduzindo-as à miséria.

Um problema seria, por certo, o da aquisição das distilarias. Mas esse lado, não só pelo metal básico empregado (o cobre) como pela mão de obra e planos, está resolvido com os técnicos e fábricas já existentes no Brasil, principalmente em São Paulo. O próprio Instituto de Açúcar e do Alcool já adquiriu uma distilaria de fabricação nacional, em pleno e satisfatório funcionamento.

Restaria, apenas, o problema do estímulo à fundação de novas usinas pelo interior. Este aspecto, que não pôde ser desprezado numa questão como esta, em que o produto é subsidiário, e teria de passar a principal, estaria resolvido desde que se permitisse um preço mais elevado pelo litro de alcool anidrido, que hoje é pago a 850 réis. Uma remuneração mais compensadora estimularia a fundação de novas usinas de destilação, facultando, por outro lado, atingirem as usinas de açúcar atualmente em funcionamento o seu máximo de produção, que pôde ser até duplicado.

A expectativa do emprego do alcool puro nos motores de explosão não deve ser encarada como improvável ou longinqua: a situação está a dizer-nos que devemos aparelhar o país a, em caso de emergência, poder substituir pelo produto brasileiro a gasolina de importação estrangeira.

Aliás, em algumas zonas produtoras, o alcool puro é já utilizado, e com êxitos nos motores de explosão. Preparemo-nos para, quando chegar a ocasião, dispormos do sucedaneo da terra, a que não somente a cana, mas outros produtos também se prestam como matéria prima abundante e barrata.

PRODUZIR!

Durante a homenagem que lhe prestaram as classes armadas no dia 1º do ano, o Sr. Presidente da Republica proferiu o seguinte discurso, que deve ser tido como a **palavra de ordem** do Chefe do Governo á classe rural brasileira:



"Senhores: Entre os povos que se regem, como o nosso, pelas normas da vida cristã, as comemorações do Natal e do Ano Bom são das mais gratas, das mais evocativas. E' de praxe reunirem-se as famílias num íntimo convívio para recordar as alegrias do ano que finda e formular votos de felicidade para o que se inicia. Essas pequenas festas somadas são afinal uma grande festa comum, da qual participa a população inteira, irmanada na mesma fé e nas mesmas aspirações nascidas de corações igualmente formados.

Celebramos hoje um desses dias de fraternidade nacional, o último de um ano de trabalho profícuo em prol das ideias e realizações que nos congregam no serviço da Pátria e desejo expressar-vos, senhores, e por vosso intermédio á Família Brasileira, o meu contentamento por haver-mos vencido, sem lutas nem divergências,

mais uma jornada digna de especial registro.

Realmente, 1941 acrescentou muito ao desenvolvimento do Brasil, sob todos os aspectos. No campo econômico criamos indústrias, ampliamos e renovamos as existentes, reequipamos e prolongamos estradas de ferro, aumentando, do mesmo passo, a capacidade de transporte marítimo e fluvial.

As restrições da navegação transatlântica, a perda de tradicionais mercados europeus e a redução nas entradas de materias primas, não diminuíram o ritmo do nosso comércio, que rapidamente encontrou, nos países vizinhos, outras fontes e escoadouros, constituindo-se fator de maior compreensão e cordialidade americana.

Apesar das dificuldades mundiais não interrompemos os empreendimentos mais

vultosos; a montagem da usina siderúrgica, as fabricas de aviões e de motores, a prospecção do petróleo e o aparelhamento das forças armadas, prosseguem normalmente.

Não há super-produção agrícola nem excessos prejudiciais armazenados e as indústrias, fabris e extrativas, atravessam período de larga prosperidade, graças aos preços remuneradores do mercado interno e da exportação.

Sem descer a minúcias, que são ao conhecimento público através dos discursos ultimamente pronunciados e das numerosas publicações oficiais que balancem a produção do país e lhe indicam a sólida situação econômica, é esse o quadro progressista e dinâmico do Brasil de hoje, fruto magnífico da índole lutadora, do espírito empreendedor do nosso povo e do clima de tranquilidade que desfrutamos.

As perspectivas do Ana Novo não são, felizmente, as mesmas do passado. Convem, portanto, ponderar com realismo e exatidão as circunstâncias resultantes dos últimos acontecimentos. E nenhuma oportunidade melhor do que esta para fazê-lo, quando, na qualidade de Chefe do Estado, soldado da Pátria inteiramente votado ao seu serviço, recebo a homenagem e a renovação do apoio do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas Brasileiras.

Agredido um país deste hemisfério, mesmo que não fosse a nobre nação americana, a quem nos vincula um século de leal estima e estreita colaboração, era dispensável invocar obrigações assumidas em congressos internacionais. Não subsistiam dúvidas sobre a atitude a seguir, e, na primeira hora, a delimitamos manifestando nossa solidariedade aos Estados Unidos.

Podíamos, até então, ter opiniões discordantes sobre os motivos do conflito, fazer previsões pessoais acerca das suas consequências. Não estávamos em causa, mesmo de forma indireta, e mantinhamos exemplar neutralidade dentro das normas do direito das gentes. Os nossos compromissos, todos de caráter defensivo, são restritos ao Continente.

As nações, porém, como os indivíduos, atravessam grandes momentos em que é preciso enfrentar o destino. Devem, então, fazê-lo com firmeza porque ninguém pode, na época conturbada que o mundo vive, garantir-se contra imprevistos e surpresas, senão assumindo posições claras e agnitas que correspondem ao nosso determinismo lenes e representa a livre deliberação do do sem tergiversações. Tomamos a decisão histórica, está pautada em obrigações so-povo, cuja soberana vontade o Governo fielmente interpreta.

O momento, portanto, exige vigilante união, indestrutível confiança uns nos outros, e decidida repulsa á facúndia dos boateiros e á solerte inventiva de propagandas oriundas de fontes suspeitas e interessadas.

São conhecidas as previsões de longa duração no conflito e, na expectativa de que se realizem, o que nos cumpre fazer é não reduzir o ritmo do nosso trabalho, mas acelerá-lo por todas as formas para suprir as nossas necessidades e ajudar a obra de reconstrução de após-guerra. Só um conselho deve ser dado a quantos habitam esta grande e generosa terra, é o de produzir — produzir mais é melhor. Cada brasileiro, na sua esfera de atividade, dando o máximo do seu esforço cumprirá nobremente o seu dever, e mesmo o excederá. Quem assim não proceder está concorrendo para criar dificuldades e encarecer a vida. Carestia de vida é preliminar de descontentamento social, de entraquecimento, de falta de trabalho e o melhor meio de combatê-la não é a inflação, mas fazer prudentes reservas de utilidades. É preciso ter, como formigas previdentes, os celeiros cheios.

Obedecido esse programa, os acontecimentos não nos encontrarão desavisados.

O estado de preparação moral é excelente e inabalável a decisão de respeitar os compromissos assumidos, coerentes com as tradições militares de honra e a clara noção de deveres do povo brasileiro.clusiva atribuição deixará de ser tomada e estamos convencidos que os elementos materiais ainda necessários nos serão entregues em tempo oportuno, por forma a ficarmos, sob todos os aspectos, á altura das responsabilidades que nos cabem na guarda da integridade continental.

Senhores oficiais:

Haveis organizado os nossos planos defensivos, indicado aos cidadãos as suas tarefas, inculcando no ânimo a certeza da vossa coragem, do vosso preparo profissional, do vosso amor á Pátria.

Se fomos agredidos, se tentarem violar qualquer trecho do nosso território, o Brasil coeso lutará, confiante na bravura dos seus soldados que cultuam, acima da propria vida, a honra, a disciplina e o dever.

No momento do perigo todos os brasileiros acorrerão á defesa da bandeira e eu estarei convosco, pronto para lutar, para vencer, para morrer.

Mas a Pátria não sucumbirá, eterna na nossa fé, no nosso amor, na união sagrada que manteremos, guardando os lares dos nossos filhos e as tradições da nossa história".

Resoluções da Assembléia Geral de 15 de Janeiro de 1942

Presidente de Honra da Sociedade o Sr. Dr. Getulio Vargas — A construção da sede da Sociedade — A organização da produção brasileira

MOÇÃO

Os Diretores abaixo assinados,
Considerando:

1.º — Que o Senhor Getulio Vargas, Chefe do Governo Nacional, sempre demonstrou, no exercicio do alto cargo que com o maior acerto e brilhantismo vem desempenhando, grande carinho e interesse pela lavoura e pecuaria nacionais;

2.º — Que é a Sua Excelencia que a classe rural brasileira deve o estabelecimento do velho e por muitos considerado insolúvel problema do credito agrícola no Brasil;

3.º — Que graças ao seu apoio, através da legislação vigente, se verifica o surto altamente salutar e promissor do movimento cooperativista no seio da classe rural;

4.º — Que a padronização dos produtos agrícolas — sem a qual a defesa do produtor seria impossível — é também uma das maiores conquistas do Estado Novo;

5.º — Que as providencias que vem tomando para que os agricultores e criadores se organizem sindicalmente, é outra inequivoca demonstração do seu interesse pelos que trabalham a terra, extendendo-lhes os beneficios de que á gozam as outras classes trabalhistas da Nação;

6.º — Que, ademais, as medidas de amparo e proteção á produção brasileira adotadas e postas em pratica pelo Senhor Getulio Vargas — as quais seria longo enumerar — o tornam digno da gratidão, do apoio e da admiração da mais numerosa classe laboriosa do país;

7.º — Que, finalmente, as atenções dispensadas e serviços diretamente prestados pelo Chefe do Governo á Sociedade Nacional de Agricultura e á Confederação Rural Brasileira, órgãos maximos representativos, de ambito nacional, da lavoura e da criação nacionais, são outras provas da alta consideração em que o Senhor Getulio Vargas tem a referida classe.

Próprêm á Assembléia Geral Ordinaria da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira.

Que ao Senhor Getulio Vargas, Chefe do Governo da Republica, seja conferido, como prova do apoio dos lavradores e criadores brasileiros ao seu governo e á sua obra, o titulo de Presidente de Honra das referidas instituições — (Seguem-se numerosas assinaturas).

Essa proposta foi aprovada por aclamação, mantendo-se de pé todos os presentes, que a aplaudiram longamente.

PROPOSTA

Os sócios abaixo assinados, considerando:

1.º — Que o artigo 65 dos Estatutos aprovados em Assembléia Geral Extraordinaria de 28 de Agosto de 1925 autoriza expressamente a atual Diretoria "a cogitar e resolver acerca de definitiva e condigna instalação e respectivo contrato, proceder á mudança da sede, aquisição e adaptação ou construção de da Sociedade, podendo, para isso, fazer qualquer transação vantajosa com o prédio atual novo edificio, bem como realizar operações de crédito que, para tanto, se tornem necessárias;

2.º — Que essa autorização já se acha em parte executada, com a mudança da sede e outras providências parcialmente autorizadas em assembléias posteriores, como a alienação de partes do terreno do antigo Horto Fruticola da Penha;

3.º — Que o problema da definitiva e condigna instalação da Sociedade tem sido objeto de deliberação de reuniões ordinárias e extraordinárias, mas ainda não de todo concretizada;

4.º — Que, aproveitando-se a reunião da presente assembléias, seria de todo conveniente a atualização de uma autorização ampla, qual ficasse a Diretoria habilitada a, com os recursos de que já dispõe, comprar terreno, edificar, adquirir um ou mais edificios, reformá-los, adaptá-los, realizar hipotecas e quaisquer transações tendentes áquele objetivo, tão

urgente quanto indispensável á continuação e grandeza da vida da Sociedade Nacional de Agricultura.

Propõem:

Fica a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura autorizada pela presente assembléia a adquirir prédio já construído, reformá-lo ou adaptá-lo; a comprar terreno e edificar, realizar empréstimos, hipotecas e quaisquer hipotecas e quaisquer operações de crédito, bem como todos os atos de direito necessários á instalação condigna da Sociedade Nacional de Agricultura, dando de tudo, após a realização de todos os atos julgados necessários, conhecimento a uma assembléia geral, que ratificará as providências da Diretoria. (Segue-se varias assinaturas).

INDICAÇÃO

Considerando a situação gravíssima da guerra venho de estabelecer em todos os continentes e cujo aspecto mais trágico é sem dúvida o da fome a invadir todos os lares, mesmo os mais abastados e previdentes;

Considerando que além dos deveres de humanidade, cumpre-nos sem demora, salvaguardar os interesses do Continente, que são também os da nossa própria subsistência;

Considerando que nas horas difíceis que o momento reserva a nossa Pátria e á Humanidade é dever de todos congregarem esforços para, tanto quanto possível, torná-las menos sombrias e prevenir mais graves consequências;

INDICO:

a) que a Sociedade Nacional de Agricultura se coloque, desde já, á disposição dos poderes constituídos para cooperar, dentro de suas finalidades e da situação criada pela conflagração, na promoção e execução de medidas capazes de fomentar, no mais levado gráu a promoção de gêneros alimentícios em todo território nacional;

b) que organize uma comissão para sugerir medidas atinentes á facilitar êsse desideratum, solicitando, com êsse objetivo, a colaboração de suas congêneres nos Estados;

c) que estabeleça um plano de incentivação regional, de sorte a facilitar o suprimento dos mercados, tanto quanto possível, dispensando os meios de transporte que possam ser aproveitados para fins mais prementes;

d) que apresente sugestões sôbre a criação de entrepostos de emergência, onde quer que essa medida se faça mais indicada;

e) que sejam estudados os meios de suprimento á agricultura e da aquisição da produção agrícola, afim de garantir ao produtor segura compensação ao seu esforço, evitando o que ocorreu, em idênticas circunstâncias na passada conflagração mundial;

f) que se promova o tombamento do estoque da sua provável distribuição geográfica na base da população, da eventual localização dos núcleos de defeza e das possibilidades de transporte;

g) finalmente, que aceite outras indicações de seus associados colimando a mesma finalidade. //

(Segue-se varias assinaturas)

ÓLEO DE OITICICA

Há cerca de 70 anos, o aproveitamento industrial das sementes de oiticica para extração do óleo, foi tentado em Fortaleza no Ceará, com maquinismos importados, especialmente da França. Destinava-se o óleo á fabricação de sabão, mas a fabrica cedo teve que fechar. Outra tentativa, com igual objetivo, fracassou mais tarde.

Em 1927, entretanto, iniciámos uma nova fase do aproveitamento da oiticica. O óleo extraído era utilizado por uma das maiores fábricas de tinta montadas no Brasil. A produção cresceu, o mesmo acontecendo quanto á exportação. Mas, ainda em 1932, não nos achavamos em condições de atender aos pedidos feitos, por exemplo, pela Alemanha. E" que dispunhamos apenas de duas ou três fabricas para a extração do óleo. A industria, porem, cresceu, achando-se, hoje, nela invertidos cerca de cinquenta mil contos de reis.

A zona de produção de sementes de oiticica está situada no Norte, centralizada no Estado do Ceará, o qual concorre com 80% da produção do Brasil. Distribuem-se pelos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí os 20% restantes.

A exportação que o Brasil fez, o ano passado, desse óleo secativo totalizou 7.235 toneladas, no valor de 43.658 contos de reis, segundo divulgação da Secretaria do Conselho Federal de Comercio Exterior, foi realizada de Janeiro a Setembro do ano em curso, entretanto já superou as referidas cifras, pois se expressa por 14.601 toneladas, no valor de reis. 79.205 contos, destinadas, na quasi totalidade (97 %), aos Estados Unidos, país que, segundo previsão dos meios interessados, vai elevar mais ainda suas aquisições de óleo de oiticica até o fim de 1941.

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA OFERECE AOS SEUS SOCIOS, ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE VANTAGENS

1 — Distribue gratuitamente A LAVOURA, seu órgão oficial, e que encerra publicações de utilidade a todos os que se dedicam á vida rural, e onde se publicam, mensalmente, as cotações dos principais produtos agrícolas, estando suas colunas á disposição daqueles que desejarem enviar notas de observações e de ocorrências nas suas fazendas de interesse para a agricultura em geral. Remete também, com frequência, interessantes e uteis publicações sobre assuntos especiais relativos ás plantas e aos animais.

2 — Fornece, por preços modicos, plantas e sementes e, pelo preço do custo, vacinas contra as molestias que atacam o gado, encarregando-se da remessa para todos os pontos do país.

3 — Como procuradora dos seus associados, encarrega-se gratuitamente do registro das propriedades agrícolas e pastoris no Ministerio da Agricultura, acompanhando todos os processos que lhes interessem, não só nessa como nas demais repartições federais e municipais.

4 — Encarrega-se de promover a análise de terras, plantas, etc., sem onus algum para os seus socios.

5 — Trata-se da obtenção de fretes gratuitos para plantas, sementes, maquinas agrícolas, animais de raça, etc., quando destinados a socios cujas propriedades se encontrem registradas no Ministerio da Agricultura.

6 — Também gratuitamente, responde as consultas sobre assuntos comerciais, industriais e agrícolas.

7 — Nas mesmas condições encarrega-se da feitura de projetos e orçamentos para construções rurais e de força hidraulica.

8 — Encarrega-se da venda de cereais e outros produtos agrícolas enviados pelos seus associados, sem cobrar nenhuma comissão, aceitando-os, outrosim, em pagamento das contribuições sociais.

9 — Encarrega-se, sem nenhum interesse pecuniario, da compra de utensilios agrarios para os socios, drogas, material agrícola, etc.

10 — Encarrega-se, também, gratuitamente, do pagamento de impostos nas repartições federais ou municipais, do recebimento de juros de apolices, alugueis de casas nesta Capital.

11 — Fornece cotações e informes sobre mercados.

1 — Serve de intermediaria no tocante á compra e venda de propriedades rurais.

PROPONHA um seu amigo, lavrador ou criador, para sócio da Sociedade Nacional de Agricultura
Utilize a fórmula destacável, apenas a êste número.

Relatorio das atividades da Escola de Horticultura "Wenceslau Belo"

Exmo. Snr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura:

Respondendo pelo expediente da Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" durante o impedimento do seu diretor, cumpre-me apresentar á V. S. um suscito relatório das atividades referidas á Escola. durante o ano de 1941.

Desempenhando tal encargo, eu o faço com a maxima satisfação, porque a Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" vem cumprindo plenamente todas as suas inumeras atribuições.

Apesar da situação anormal que atinge todas as atividades humanas, principalmente o elevado custo da vida, manteve a Escola, com inauditos esforços, todos os cursos planejados, graças á clarividência e acertada atuação do seu diretor efetivo, que soube, contornar todas as dificuldades.

Conforme poderá V. S. verificar, foram muito maiores as suas realizações comparadas com as do ano anterior.

A marcha sempre ascendente de suas atividades, vem assinalando a administração eficiente, abnegada e patriótica do Dr. Antonio de Arruda Camara, profissional de largo tirocinio e emérito educador, que não tem poupado esforços nem sacrificios, para levar avante a grande obra que se propôs realizar.

Não fora o seu dinamismo, visão e grande capacidade de trabalho, não teria a Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" atingido a situação que hoje desfruta.

A atuação do nosso administrador, Sr. Adriano Dantas, hortelão diplomado pela nossa Escola, elemento que conhece perfeitamente todas as necessidades dos pequenos lavradores do Distrito Federal, é digna de louvores.

O nosso administrador vem trabalhando com grande abnegação, acumulando ainda a chefia dos trabalhos práticos dos alunos.

Em todos os momentos difíceis que temos atravessado, tem se revelado um companheiro dedicado, pronto a toda sorte de sacrificios, para levar avante o grande ideal do nosso diretor, que é também o de todos que labutam na Escola de Horticultura "Wenceslau Bello".

O corpo docente, constituído por profissionais especializados, merece também os nossos calorosos aplausos pela maneira acertada com que vem orientando os diferentes cursos, fugindo das divagações livrescas para o campo

do ensino experimental, consoante os mais modernos preceitos pedagogicos e as mais recentes conquistas das ciências agricolas.

Os nossos professores, sempre que julgam necessário para maior eficiência do ensino, trabalham, espontaneamente, fora das horas do expediente, o que reflete a dedicação que têm pela Escola.

Todos os nossos auxiliares subalternos, quer os que trabalham na Escola, quer os que trabalham no campo, tem se esforçado para que o nosso trabalho possa ser realizado da melhor maneira possível.

Com tal corpo de funcionários, e o exemplo do Dr. Antonio de Arruda Camara que é um estímulo para todos aqueles que tem a felicidade de colaborar na sua maior realização, tem a Escola vencido todos os obstaculos, todas as criticas daqueles que não querem compreender o que estamos realizando, e cada vez mais se firma como um estabelecimento modelar do ensino, onde os alunos aprendem trabalhando, e dela saem aptos para todos os trabalhos inherentes aos diplomas conquistados.

A Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" venceu, e nada mais conseguirá modificar sua rota sempre ascendente de realizações úteis ao engrandecimento do país.

Com os protestos da mais elevada estima e consideração, subscrevo-me.

Geraldo Goulart da Silveira, no impedimento do diretor.

RELATORIO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAU BELLO, DURANTE O ANO DE 1941

(apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura pelo Engenheiro Agrônomo Gerlido Goulart da Silveira, respondendo pelo expediente da Escola, no impedimento do Diretor)

A Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura no antigo Horto Fruticola da Penha, inaugurada no dia 15 de Maio de 1937, é o unico estabelecimento de ensino no gênero que funciona no país.

Desde 1937 até o presente, na medida do possível, tem ela realizado um trabalho ininterrupto e pujante, em prol do ensino horticola no Brasil, alem da assistência técnica que tem prestado aos pequenos lavradores do Distrito Federal, estudantes de agronomia e professores rurais.

O que já realizamos, diz melhor do que palavras, o esforço que temos envidado para que ela possa corresponder plenamente aos anhelos daqueles idealistas da S. N. A. que sempre sonharam, possuisse o Distrito Federal, um estabelecimento de ensino especializado nos diferentes ramos da horticultura, e que a administração Simões Lopes-Torres Filho, com sacrifícios inumeros, vencendo dificuldades múltiplas, porem com um firme idealismo sadio e construtor, pôde tornar realidade.

A Escola de Horticultura Wenceslau Bello venceu e está de tal maneira enraizada, que nada mais impedirá sua marcha sempre ascendente".

Os relatórios dos anos anteriores isso tem demonstrado, e o atual, correspondente ao ano de 1941, confirma plenamente a nossa afirmativa.

CURSOS EM FUNCIONAMENTO

Foram os seguintes os cursos regulares em funcionamento:

- 1 ano do curso de horticultura
- 2 anos do curso de horticultura
- 3 anos do curso de horticultura
- 1 ano do curso de fruticultor
- 2 anos do curso de fruticultor
- 1 ano do curso de hortelão
- 2 anos do curso de hortelão
- 1 ano do curso de apicultor
- 1 ano do curso de floricultor
- 1 ano do curso de jardinagem

a) Curso rápido de Organização de Pomares

b) Curso rápido de Apicultura

c) Curso de especialização de Jardinagem

d) Curso de especialização de Apicultura

MOVIMENTO DE MATRICULAS

O movimento geral de matrículas nos diferentes cursos, no ano de 1941, foi o seguinte:

ANO DE 1941 — EXAMES DE PRIMEIRA EPOCA

1.º ANO — CURSO DE HORTICULTURA

Matérias	Alunos matriculados	Alunos que entraram em exame	Alunos aprovados nos exames	Alunos reprovados no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Agricultura . . .	quatro	quatro	quatro	zero	zero
Agrometria . . .	dois	dois	dois	zero	zero
Botânica	quatro	quatro	quatro	zero	zero
Desenho	dois	dois	dois	zero	zero
Física	dois	dois	dois	zero	zero
Química	dois	dois	dois	zero	zero
Zoologia	dois	dois	dois	zero	zero
Zoootenia	dois	dois	dois	zero	zero

Curso de horticultura

Primeiro ano	2 alunos
Segundo ano	7 alunos
Terceiro ano	5 alunos

Curso de fruticultor

Primeiro ano	6 alunos
Segundo ano	5 alunos

Curso de hortelão

Primeiro ano	4 alunos
Segundo ano	3 alunos

Curso de Jardinagem

Primeiro ano	3 alunos
------------------------	----------

Curso de floricultor

Primeiro ano	4 alunos
------------------------	----------

Curso de apicultor

Primeiro ano	3 alunos
------------------------	----------

Cursos de especialização

Apicultura	1 aluno
Jardinagem	1 aluno

Cursos rápidos

Organização de pomares	38 alunos
Apicultura	20 alunos

MOVIMENTO GERAL DOS EXAMES

De acordo com o nosso regimento, o aluno só poderá entrar em exame de primeira época:

a) Se houver realizado, durante o ano, quatro quintos das horas destinadas aos trabalhos praticos;

b) Nas materias em que tiver quatro de frequência as aulas dadas;

c) Nas matérias em que tiver alcançado a média mínima de quarenta.

O movimento geral dos exames realizados em primeira época, foi o seguinte:

2.º ANO — CURSO DE HORTICULTURA

Matérias	Alunos matriculados	Alunos que entraram em exame	Alunos aprovados nos exames	Alunos reprovados nos exames	Alunos que não puderam entrar em exame
Agrometria . . .	sete	cinco	cinco	zero	dois
Botânica	sete	cinco	cinco	zero	dois
Desenho	oito	cinco	cinco	zero	dois
Entomologia . . .	seis	cinco	cinco	zero	tres
Fitopatologia . .	quatro	tres	dois	um	um
Floricultura . . .	sete	seis	seis	zero	um
Fruticultura . . .	quatro	tres	tres	zero	um
Geol. e minera- logia	sete	zero	seis	zero	um
Hortalicicultura .	sete	seis	seis	zero	um
Jardinagem . . .	sete	seis	seis	um	um
Solos e aduba- ção	sete	seis	seis	zero	um

3.º ANO — CURSO DE HORTICULTURA

Matérias	Alunos matriculados	Alunos que entraram em exame	Alunos aprovados nos exames	Alunos reprovados no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Agrometria . . .	cinco	tres	tres	zero	dois
Apicultura	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Cons. rurais . . .	cinco	quatro	quatro	zero	um
Contabilidade . .	cinco	cinco	cinco	zero	cinco
Desenho	cinco	quatro	quatro	zero	zero
Economia	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Floricultura . . .	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Fruticultura . . .	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Hortalicicultura .	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Jardinagem . . .	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Tecnologia	cinco	quatro	quatro	zero	um

CURSO DE APICULTOR

Matérias	Alunos matriculados	Alunos que entraram em exame	Alunos aprovados nos exames	Alunos reprovados no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Apicultura	dois	dois	dois	zero	zero
Botânica	zero	zero	zero	zero	zero
Contabilidade . .	dois	dois	zero	zero	zero
Prát. de apicul- tura	dois	dois	zero	zero	zero

1.º ANO — CURSO DE HORTELÃO

Matérias	Alunos matriculados	Alunos que entraram em exame	Alunos aprovados nos exames	Alunos reprovados no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Botânica	quatro	quatro	quatro	zero	zero
Entomologia . . .	quatro	um	um	zero	tres
Hortalicicultura .	quatro	tres	tres	zero	um
Solos e aduba- ção	quatro	quatro	quatro	zero	um

2.º ANO — CURSO DE HORTELÃO

Matérias	Alunos ma- triculados	Alunos que en- traram em exame	Alunos aprova- dos nos exames	Alunos reprova- dos no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Apicultura . . .	tres	tres	tres	zero	zero
Botânica	tres	tres	tres	zero	zero
Contabilidade . .	tres	tres	tres	zero	zero
Economia	tres	tres	tres	zero	zero
Fitopatologia . .	um	um	um	zero	zero
Genética	tres	tres	tres	zero	zero
Hortaliçicultura .	tres	tres	tres	zero	zero

1.º ANO — CURSO DE FLORICULTOR

Matérias	Alunos ma- triculados	Alunos que en- traram em exame	Alunos aprova- dos no exame	Alunos reprova- dos no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Botânica	tres	tres	treis	zero	zero
Entomologia . . .	tres	um	um	zero	dois
Floricultura . . .	tres	tres	tres	zero	zero
Solos e aduba- ção	tres	tres	tres	zero	zero

1.º ANO — CURSO DE FRUTICULTOR

Matérias	Alunos ma- triculados	Alunos que en- traram em exame	Alunos aprova- dos nos exames	Alunos reprova- dos no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Botânica	sete	sete	sete	zero	zero
Entomologia . . .	sete	seis	tres	zero	quatro
Fruticultura . . .	sete	tres	seis	zero	um
Solos e aduba- ção	sete	sete	sete	zero	zero

2.º ANO — CURSO DE FARUTICULTOR

Matérias	Alunos ma- triculados	Alunos que en- traram em exame	Alunos aprova- dos nos exames	Alunos reprova- dos no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Apicultura	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Botânica	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Contabilidade . .	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Entomologia . . .	um	um	um	zero	zero
Economia	cinco	cinco	cinco	zero	zero
Fitopatologia . .	tres	tres	tres	zero	zero
Fruticultura . . .	cinco	cinco	cinco	seis	zero
Genética	cinco	cinco	quatro	um	zero

1.º ANO — CURSO DE JARDINAGEM

Matérias	Alunos matriculados	Alunos que entraram em exame	Alunos aprovados nos exames	Alunos reprovados no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Agrometria . . .	tres	dois	dois	zero	um
Botanica	tres	tres	tres	zero	zero
Desenho	tres	tres	tres	zero	zero
Entomologia . . .	tres	um	um	zero	zero
Floricultura . . .	tres	tres	tres	zero	zero
Jardinagem . . .	tres	tres	tres	zero	zero
Solos e adubação	tres	tres	tres	zero	zero

CURSOS RAPIDOS

Cursos	Alunos matriculados	Alunos que entraram em exame	Alunos aprovados nos exames	Alunos reprovados no exame	Alunos que não puderam entrar em exame
Organização de pomares	trinta e oito	dezenove	dezenove	zero	dezenove
Apicultura	vinte	onze	onze	zero	onze

As notas de aprovação dos alunos matriculados nos diferentes cursos, foram, em primeira época, as seguintes:

1.º ANO — CURSO DE HORTICULTURA

ALUNOS	MATERIAS							
	Agricultura	Agrometria	Botanica	Desenho	Física	Química	Zoologia	Zootecnia
Elio Gouvêa	93	52	67	63	51	78	55	58
Florencio Ernesto Herzog	87	55	62	72	49	54	49	55
Ivan Soares Costa	64	—	65	—	—	—	—	—
Floriano Fajardo	67	—	52	—	—	—	—	—

OBS — Os alunos Elio Gouvêa e Florencio Ernesto Herzog, em virtude das notas obtidas em primeira época, foram aprovados para o 2.º ano do curso de Horticultura.

2.º ANO — CURSO DE HORTICULTURA

ALUNOS	MATERIAS										
	Agrometria	Botânica	Desenho	Entomologia	Fitopatologia	Floricultura	Fruticultura	Geolog. e Mine- ral	Hortalicultura	Jardinagem	Solos e adubação
André da Silva Netto	43	71	—	—	—	58	—	89	54	54	89
Antenor G. de C. Filho	450	48	72	42	—	56	51	84	63	70	69
José Onespere Moreira	48	72	77	83	—	59	—	88	63	80	75
Leonardo Raimundo da Silva ..	54	74	75	83	91	61	84	88	70	76	81
Luís da Silva Moreira	—	—	—	82	—	55	—	76	65	—	86
Romeu Rampazzo	53	80	80	67	86	65	84	89	66	70	86
Alvaro Gonçalves Ribeiro	—	—	85	—	—	—	—	—	—	—	—

OBS. — Somente os alunos José Onespere Moreira, Leonardo R. da Silva, e Romeu Rampazzo, foram promovidos em 1.ª época, para o 3.º ano do Curso de Horticultura.

3.º ANO — CURSO DE HORTICULTURA

ALUNOS	MATERIAS											
	Agrometria	Apiultura	Construções Rurais	Contabilidade	Desenho	Economia	Floricultura	Fruticultura	Genética	Hortalicultura	Jardinagem	Tecnologia
Adolfo Vitor Herzog	58	57	73	64	73	79	58	84	52	63	78	49
Alvaro Gonçalves Ribeiro	59	47	74	81	84	74	66	81	68	66	67	49
José Rodolfo M. Grieder	—	60	—	97	—	75	64	59	91	64	51	—
Mario Rocca Freire	59	71	70	95	65	86	82	89	87	75	91	61
Moysés da Silva Barbosa	—	63	64	68	66	77	63	74	53	60	69	43

OBS. — Em virtude dos resultados obtidos durante o ano e nos exames, somente os alunos Adolfo Vitor Herzog, Alvaro G. Ribeiro e Mario Roca Freire, receberam, em primeira época, o diploma de "Horticultor".

1.º ANO — CURSO DE HORTELÃO

ALUNOS	MATERIAS			
	Bota-nica	Entomologia	Hortali-cultura	Solos e adubação
Edio Guedes	53	—	57	73
Ernani Cunha Castro	69	58	56	70
Ivan Soares Costa	65	—	—	55
Joaquim Fagundes Ferreira	43	—	62	—

OBS. — Apenas o aluno Ernani Cunha Castro conseguiu, em primeira época, ser promovido para o 2.º ano do curso de "Hortelão".

2.º ANO — CURSO DE HORTELÃO

ALUNOS	MATERIAS						
	Agrometria	Botanica	Desenho	Entomologia	Fruticultura	Jardinagem	Solos e adubação
Celio Barbosa Anchite	58	50	56	79	—	73	64
Cristiano da Silva Barbosa	50	62	65	76	62	57	53
Lourival de Arruda Camara	60	66	75	82	—	72	69

1.º ANO — CURSO DE FRUTICULTURA

OBS. — Em virtude dos resultados obtidos durante o ano e nos exames os alunos Celio B. Anchite, Christiano da S. Barbosa e Lourival de Arruda Camara, receberam o diploma de Hortelão.

ALUNOS	MATERIAS			
	Bota-nica	Entomologia	Fruti-cultura	Solos e adubação
Darly Nerty Vervloet	81	63	—	73
Nelson Torezani	81	—	68	81
Renato Rudio	46	—	55	64
Roberto de Brito Lira	70	—	77	74
Walter Vieira da Rocha	79	58	53	69
Edio Guedes	53	—	57	73
Ernani Cunha Castro	69	58	52	70

OBS. — Somente os alunos Ernani Cunha Castro e Walter Vieira da Rocha foram aprovados em primeira época para o segundo ano do Curso de Fruticultura.

2.º ANO — CURSO DE FRUTICULTURA

ALUNOS	MATERIAS							
	Contabilidade	Botanica	Botanica	Entomologia	Economia	Fitopatologia	Fruticultura	Genética
Atilio Pinto da Cunha	40	—	63	—	51	49	55	—
Celio Barbosa Anchite	58	50	56	—	79	—	57	73
Cristiano da Silva Barbosa	58	52	65	57	76	62	69	57
Lourival de Arruda Camara	60	66	75	—	82	—	75	72
Rodolfo da Fonseca Luis	48	—	47	—	58	46	54	54

OBS. — Em virtude dos resultados obtidos durante o ano e nos exames os alunos Celio B. Anchite, Christiano da S. Barbosa e Lourival de Arruda Camara, receberam o diploma de fruticultor.

1.º ANO — CURSO DE APICULTOR

ALUNOS	MATERIAS			
	Apicul-tura	Bota-nica	Contabi-lidade	Pratica de Apicultura
Atilio Pinto da Cunha	40	—	63	46
Rodolfo da Fonseca Luis	48	—	47	43

OBS. — Os dois alunos matriculados foram aprovados em primeira época.

1.º ANO — CURSO DE JARDINAGEM

ALUNOS	MATERIAS						
	Agrometria	Botanica	Desenho	Entomologia	Floricultura	Jardinagem	Solos e adubação
Darly Nerty Vervloet	53	81	49	63	54	61	73
Francisco Antonio Manzi	—	76	59	—	58	61	66
Nelson Torezani	59	81	64	—	58	76	81

OBS. — Somente o aluno Darly Nerty Vervloet, foi aprovado, em primeira época, para o segundo ano do Curso de Jardinagem.

1.º ANO CURSO DE FLORICULTOR

ALUNOS	MATERIAS			
	Bota-nica	Entomologia	Floricultura	Solos e adubação
Renato Rudio	46	—	63	64
Roberto de Brito Lira	70	—	45	74
Walter Vieira da Rocha	79	58	67	69

OBS. — Somente o aluno Walter Vieira da Rocha foi aprovado, em primeira época para o 2.º ano do Curso de Floricultor.

O aluno José Rodolfo Grieder, matriculando no curso de Horticultura, em virtude das dotas obtidas, obteve o diploma de “jardineiro,” pois havia sido aprovado em todas as materias do referido curso, conforme o quadro abaixo.

TRABALHOS PRATICOS

Os alunos da Escola de Horticultura Wenceslau Bello aprendem trabalhando.

Todos eles estão sujeitos á um mínimo de quatro horas de trabalhos práticos no campo, sob adireção de um profissional experimentdo, ligado á vida rural do Distrito Federal, ou então, sob a direção técnica dos próprios professores.

Durante o ano de 1941 o movimento geral dos trabalhos práticos realizados no campo, foi o seguinte:

Matérias	1 ano	2 anos
Agrometria	60	65
Botanica	60	81
Contabilidade	—	97
Desenho	60	50
Economia	—	75
Entomologia	—	65
Fitopatologia	—	65
Floricultura	—	64
Genética	—	91
Jardinagem	—	51
Solos e adubação	—	49

	horas
Hortalicultura (sementeiras, preparo de canteiros, plntio, etc.)	2.688
Floricultura (sementeirs, preparo de canteiros, plantio, etc.)	1.550
Jardinagem (sementeiras, preparo de canteiros, plantio, etc.)	2.036
Viveiros para árvores frutíferas	1.028
Plantio de árvores frutíferas	1.196
Capina manual	1.135
Apicultura	590
Roçagem	432
Estábulo (trabalhos diversos)	1.040
Capina mecanica (capinadeira)	739
Gradeamento	149
Preparo de mudas (emblocamento)	481
Aração	302
Oficina	104
Destocamento e preparo de lenha	607
Tratos culturais diversos	320
TOTAL	13.767

Como vemos, os trabalhos práticos realizados pelos alunos, atingiram a elevado cifra de treze mil setecentas e sessenta e sete horas.

As aulas, nos diferentes cursos funcionaram com absoluta regularidade, observando-se não só entre os professores como entre os alunos, o maximo interesse, procurando todos cooperar com a diretoria, em prol do desenvolvimento de tão util educandário.

O numero de aulas ministradas em cada curso foi o seguinte:

CURSO DE HORTICULTURA

- 234 aulas de desenho
- 156 aulas de agrometria
- 104 aulas de botanica
- 104 aulas de fruticultura
- 104 aulas de hortalicicultura
- 104 aulas de jardinagem
- 78 aulas de agricultura
- 52 aulas de quimica
- 52 aulas de zoologia
- 52 aulas de floricultura
- 52 aulas de genética
- 52 aulas de solos e adubação
- 52 aulas de tecnologia
- 52 aulas de apicultura
- 52 aulas de contabilidade
- 26 aulas de física
- 26 aulas de entomologia
- 26 aulas de fitopatologia
- 26 aulas de geologia e mineralogia
- 26 aulas de construções rurais
- 26 aulas de economia

CURSO DE HORTELÃO

- 104 aulas de botanica
- 104 aulas de hortalicicultura
- 52 aulas de solos e adubação
- 52 aulas de contabilidade
- 52 aulas de genética
- 52 aulas de apicultura
- 26 aulas de entomologia
- 26 aulas de economia
- 26 aulas de fitopatologia

CURSO DE FRUTICULTOR

- 104 aulas de botanica
- 104 aulas de fruticultura
- 52 aulas de solos e adubação
- 52 aulas de contabilidade
- 52 aulas de genetica
- 52 aulas de apicultura
- 26 aulas de entomologia
- 26 aulas de economia
- 26 aulas de fitopatologia

CURSO DE JARDINAGEM

- 78 aulas de desenho
- 52 aulas de agrometria
- 52 aulas de Botanica
- 52 aulas de jardinagem
- 52 aulas de solos e adubação
- 26 aulas de floricultura
- 26 aulas de entomologia

CURSO DE FLORICULTOR

- 52 aulas de jardinagem
- 52 aulas de solos e adubação
- 26 aulas de entomologia
- 26 aulas de floricultura

CURSO DE APICULTOR

- 104 aulas de prática de apicultura
- 52 aulas de botanica
- 52 aulas de apicultura
- 26 aulas de contabilidade

CURSO DE ORGANIZAÇÃO DE POMARES

- 30 aulas de apicultura prática

ALIMENTAÇÃO E SAUDE DOS ALUNOS

A alimentação dos alunos continua sendo objeto de estudos, de acordo com os modernos preceitos da dietética.

Os resultados obtidos tem sido ótimos.

Observa-se, na organização dos cardapios, não só uma combinação de alimentos que mais se coadunem com a idade, como também, com os regimens de estudos e trabalhos de campo, a que estão sujeitos os alunos.

O estado de saude dos alunos foi ótimo, não se registrando, da mesma forma que nos anos anteriores, nenhuma enfermidade grave.

FORMATURA DOS NOVOS PROFIS- SIONAIS

No dia 29 de Novembro realizou-se, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura a colação de gráu dos novos profissionais preparados pela Escola, que escolheram para paraninfo, o Dr. Edgard Teixeira Leite, grande animador do ensino da horticultura no Brasil.

Os novos profissionais, de acordo com as especialidades, são os seguintes:

HORTICULTORES

- Mario Roca Freire
- Adolpho Victor Herzog
- Alvaro Gonçalves Ribeiro

FRUTICULTORES

Celio Barboca Anchite
 Christiano da Silva Barbosa
 Lourival de Oliveira Camara
 José Rodolpho Macario Grieder

HORTELÕES

Celio Barboca Anchite
 Christiano da Silva Barbosa
 Lourival de Oliveira Camara
 José Rodolpho Macario Grieder

JARDINEIRO

José Rodolpho Macario Grieder

APICULTORES

Atilio Pinto da Cunha
 Rodolpho da Fonseca Luís

Concluíram o curso de Organização de pomares os seguintes alunos:

George Washington Lait
 Francisco Munhoz Bellar
 Horacio Lima Rodrigues
 Manoel Torres
 Arthur José de Almeida e Silva
 José Rodrigues de Oliveira
 Eugenio Wetzel
 João Batista Rodrigues
 Lourival de Oliveira Camara
 Nelson de Castro Miranda
 Walter Georg Neosse
 Alcides Cruz
 Ernani Cunha Castro
 Nelson Martins Pinheiro
 Washington Barbosa da Silva
 Helio Leocadio
 Marcio Nogueira Laisance Cunha
 José Montra
 Guido del Pin

Concluíram o curso rápido de apicultura os seguintes alunos:

Alberto de Azevedo
 Alcides Cruz
 Antonio Loureiro da Costa
 Benjamim Loureiro da Costa
 Carmo Mendes Filho
 Carlos von Chizzali
 José Benedito de Paula e Souza
 José Batista Lopes
 Lourival de Oliveira Camara
 Nelson Martins Pinheiro
 Wilson Santos Barroso

EXCLUSÕES

Durante o ano foi excluído um aluno por motivo disciplinar.

COMEMORAÇÕES FESTIVAS

Foram comemoradas festivamente todos os feriados nacionais, o dia da Juventude Brasileira, as datas da fundação da Escola, do Ministerio da Agricultura, da Sociedade Nacional de Agricultura, o Dia da Arvore, etc.

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS

A Escola realizou, na Sociedade Nacional de Agricultura, a sua segunda exposição de herbários, desenho, e projetos de parque e jardins, que, foi muito visitada, conforme indica o livro de presença.

PROGRAMA PARA 1941

Para o ano de 1941 estão previstos a manutenção dos seguintes cursos:

Curso de horticultura	3 anos
Curso de hortelão	2 anos
Curso de fruticultor	2 anos
Curso de jardinagem	2 anos
Curso de floricultor	2 anos
Curso de apicultor	1 ano
Cursos rápidos	variavel
Cursos de especialização	variavel

Releva salientar que alguns dos alunos diplomads em horticultura esse ano, já requereram inscrição em cursos de especialização, o que demonstra o interesse que neles despertou o ensino da horticultura.

PROFISSIONAIS PREPARADOS PELA ESCOLA

Desde a sua inauguração, em 1937, já foram preparados na Escola de Horticultura Wenceslau Belo:

81 enxertadores
55 fitosanitaristas
84 sericultores
43 viveiristas
48 herboribadores
38 polinizadores
11 apicultores práticos
19 fruticultores práticos
8 horticultores
6 fruticultores
6 hortelões
2 apicultores
1 jardineiro

Desenvolvimento da cultura algodoeira pela adubação

Relatando o processo n. 740, no Conselho Federal do Comercio Exterior, o Sr. Artur Torres Filho produziu o seguinte voto, aprovado pela Camara de Produção, Consumo e Transportes:

RESUMO:

O ex-conselheiro Thadeu Nogueira, enviou em meados de 1939, a êste Conselho uma exposição que teve ensejo de fazer ao Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo sôbre o desenvolvimento da cultura do algodão e outros produtos em São Paulo e nos demais Estados, utilizando não somente a adubação senão também outros processos científicos que a agricultura moderna conhece.

Faz considerações sôbre a necessidade de produzirmos os adubos para nossas terras e especialmente se refere ao nitrogênio sintético.

O processo foi-me distribuído em 27 de Fevereiro do corrente ano e só agora o relato pela preferência dada a outros assuntos.

INFORMAÇÃO:

A indicação do ex-conselheiro Thadeu Nogueira visa mais particularmente a cultura algodoeira e sob êsse aspeto é que vou encarar o assunto.

Na realidade temos, no Brasil, abusado demais do que espontaneamente nos dá a natureza e o próprio sólo tem sofrido as consequências de uma lavoura primitiva, desarrazoada, que vem empobrecendo a terra dos seus princípios fertilizantes.

O clamor, que vem de longe, jamais foi atendido.

Pareciam todos apostados e mtransformar o sólo fértil do Brasil num deserto adusto e estéril.

De um lado derribava-se a mata, queimavam-se os campos, e do outro exigia-se tudo da terra, sem lhe restituir nada.

Agravando-se esta situação, ainda se envia para fóra do país, resíduos e sub-produtos que poderiam servir para adubação das terras lavradas, como as tortas, os ossos etc.

Graças a uma visão mais segura das necessidades da nossa produção rural, vem o governo pondo côbro a corrida para o aniquilamento da fertilidade do nosso solo, e, entre as medidas adotadas, pode ser destacada a proibição da exportação de osos, fonte preciosa de fósforo em suas combinações com o cálcio elemento primordial da produção do solo.

Por outro lado cuida-se da exploração de adubos minerais. O passo de maior importancia neste caminho foi dado pelo atual Ministro da Agricultura, Dr. Fernando Costa.

Desde 1927, quando como Secretário da Agricultura de São Paulo, quele ilustre e operoso agrônomo vem-se preocupando com a exploração das minas de apatita em Ipanema.

Hoje, graças a esta visão das necessidades d nossa gricultuar, as minas de apatita de Ipanema, S. Paulo, descobertas — desde 1891, por Orville Derby, estão em plena produção. Por contrato celebrado em Agosto de 1940, entre o Ministério da Agricultura e a Sociedade Serana S. A. esta se obriga a produzir um mínimo de 6.000 toneladas anuais de fosfatos solubilizados, fabricados com apatita de Ipanema.

Para as necessidades da nossa lavoura ainda é pouco, porque felizmente já os lavradores mais adiantados do país compreenderam a necessidade de aproveitar as terras que haviam despresado.

Outros, finalmente, reconheceram, graças a uma propaganda tenaz e ao espírito científico que a pouco e pouco vai fazendo sua obra de reabilitação, que adubação das terras é uma operação indispensável e econômica.

Damos aqui o quadro da nossa importação de adubos, dos dois últimos anos:

IMPORTAÇÃO DE ADUBOS

ADUBOS	Quantidade em Ks.		Valor em mil réis	
	1938	1939	1938	1939
Cianamida de cálcio	375.158	622.648	2772.099	499.437
Sulfato de amonio	3.729.140	8.459.158	2.450.195	2.315.485
Nitrato de sódio impuro	7.891.933	22.487.816	4.219.880	13.490.525
Uréa sintética	40.659	—	85.401	—
Fosfatos naturais	828.784	2.831.065	225.408	1.013.059
Superfosfato de cálcio mineral	22.800.817	21.381.060	7.354.177	6.918.689
Cloreto de potássio	4.656.115	3.014.791	3.024.124	2.116.770
Sulfato de potássio	1.720.495	1.534.107	1.227.825	1.172.120
Nitrato de potássio impuro	3.050.300	223.008	1.677.739	195.840
Nitrofosca	2.042.655	2.607.240	2.378.977	3.166.611
Adubos não especificados	4.014.744	2.039.985	2.563.191	1.540.716

Feitas essas considerações passo a particularizar a questão da produção algodoeira.

Há uma crença um tanto generalizada e oposta a que se refere a natureza da planta de terra pobre e mais que isso, só produz bem em tais terras.

O agrônomo Cruz Martins, chefe dos serviços científicos do Instituto Agrônomo de Campinas, um dos que melhor conhecem o assunto, escreve: "O algodoeiro é planta relativamente exigente. Nas terras cansadas e pobres é necessário adubar bem para obter-se uma produção remuneradora. Em geral, quasi todas as terras de cultura em São Paulo, que têm sido analisadas no Instituto, revelam uma grande pobreza em FOSFORO. Portanto, podemos aconselhar de um modo geral, a aplicação de 500 a 1.000 quilos de farinha de ossos, bem fina, por alqueire de terra, variando a dose de acordo com o teor da terra em fosforo. Não se encontrando farinha de ossos no mercado, poderá esse adubo ser substituído pelo suoprfosfato, empregando-se, nesse caso, uma dose de 600 a 1.200 quilos por alqueire. Em relação ao azoto, dá-se justamente, o contrário, pois, quasi todas as terras analisadas neste Instituto possuem um bom teor regular nesse Imnto, dispensando, em geral, uma adubação azotada. Se, contudo, as terras forem pobres em azoto, aconselhamos a empregar cerca de 200 a 250 quilos de salitre do Chile, por alqueire. Na cultura do algodoeiro é preferível aplicar o salitre do Chile ao sulfato de amonio, visto

como, sendo ácida a maioria das terras de S. Paulo, com o emprego do sulfato de amonio a acidez seria aumentada, resultando, daí, uma diminuição na produção do algodão. Nas terras levemente ácidas ou alcalinas, os lavradores, contudo, poderão empregar 150 a 200 quilos de sulfato de amonio em vez de salitre do Chile, porquanto a adubação ficará mais barata. Quanto ao potássio, porquanto a adubação ficará mais barata. Quando ao potássio, as terras roxas cansadas agradecem a aplicação de uma dose de 150 a 300 quilos de cloreto de potássio, por alqueire. Nas terras massapé e salmourão, em geral, não é necessário aplicar adubação potássica, nem, tão pouco nas terras roxas ricas.

Os adubos, ou a mistura de adubos, devem ser aplicados no sulco ou na cova, conforme a plantação seja feita a maquina — ou a mão. A aplicação do adubo pôde ser feita no mesmo dia em que se proceder á sementeira do algodoeiro não havendo nenhum inconveniente, salvo raríssimas exceções em se lançar as sementes diretamente sobre o adubo, no sulco ou na cova".

Ora temos aqui, em síntese, um estudo das exigências do algodoeiro e informações práticas sobre o melhor meio de atendê-las.

Apenas acrescentarei para ilustrar ainda mais o fato, um quadro da sexigências do algodoeiro, por hectare, quadro, quadro este organizado por Gustavo D'Utra, em experiências realizadas no Instituto Agrônomo de Campinas.

A importância da contabilidade nas empresas rurais

pelo

Prof. Pedro G. da Silveira Filho

perito-contador

"A escrituração é a bússola do negociante", disse Lefèvre; generalizando: a escrituração é o guia de todo administrador.

Sendo a contabilidade a ciência que traça as normas para a escrituração, deduz-se daí que, sem conhecimentos contabilísticos não se pode bem administrar.

Estudando-se as finalidades da contabilidade, compreende-se melhor, a sua importância e os relevantes serviços que presta á causa econômico-financeira e, também, moral, de qualquer atividade administrativa.

Essas finalidades podem ser resumidas nos seguintes itens:

a) mostrar os valores existentes numa propriedade no início da gestão, evidenciando os débitos e créditos, bem como o dinheiro em caixa;

b) Revelar as contas que se movimentaram num período administrativo e as transformações sofridas;

c) Dar a conhecer os resultados obtidos em cada conta de per si e, englobadamente, num exercício.

Pelo exposto, conclue-se, que a contabilidade está apta a nos evidenciar toda a vida progressiva de uma organização, tornando-se

pois indispensável á boa marcha e regularidade de qualquer empresa — inclusive, das empresas rurais.

Infelizmente, apesar de tudo isso, a contabilidade ainda não chegou aos campos, salvo raríssimas exceções, é claro.

Esta situação não é privativa do Brasil como possa parecer, ela é a mesma em todos os países ditos agrícolas.

O que é de admirar e paradoxal, é que, no século em que as atividades rurais já atingiram a um tão alto grau de evolução, e em que os princípios científicos e a mecanização dos trabalhos campestres já se afirmam como uma realidade, se desconheça ainda, ou, se menospreze, o valor da contabilidade rural.

Os principais culpados desse estado de coisas, são aqueles que, por ignorância ou má fé emitem opiniões que só podem perturbar e dificultar mais a questão.

Segundo os estudos feitos por Ernesto Marengli, e referidos por Erimá Carneiro, podemos alinhar os inimigos da contabilidade agrícola em dois grupos:

a) Uns acham que a extensão e a complexidade das operações rurais tornam impossível sua contabilização;

a) — Que a cultura do algodoeiro, motivo principal deste estudo, exige para ser remuneradora, que se procede a adubações;

b) — Que em quasi todas as terras de S. o Paulo, análises numerosas e experiências provaram a existência de um teor de azoto suficiente para a aludida cultura.

c) — Que, assim sendo, as adubações desta malvacéa ficarão mais na dependência dos outros elementos nobres, que são o fosforo e a potassa.

d) — Que em terras, acaso menos ricas de azoto e que exijam esse elemento, poderemos lançar mão da adubação verde ou de adubos organicos, como tortas, abundantes entre nós e de preço mais moderado;

e) — Que o fósforo de que carece a cultura algodoeira melhor se subministra sob for-

ma de pó finissimo de ossos, sub-produto existente entre nós, que ainda dispomos dos fosfatos de Ipanema.

Insuficientes que sejam essas fontes de suprimento, ainda temos o recurso de importa-lo dos Estados Unidos. Neste sentido o Conselho Federal de Comércio Exterior já deliberou, através de uma resolução aprovada na Camara de Produção, solicitar a redução de 5 dolares por tonelada nos fretes do Lóide, como igualmente já se obteve, na Estrada de Ferro Central, a redução de 50% para os transportes de adubos;

f) — que iguais vantagens se obtem para o suprimento dos adubos potassicos que precisarmos importar dos Estados Unidos;

g) — que de tudo isso verificamos estar a cultura algodoeira em bom caminho de desenvolvimento, como merece, dentro de condições que lhe asseguram uma orientação racional e, portanto, remuneradora".

b) Outros afirmam que o fator que prejudica a introdução da contabilidade nas empresas agrárias, é a ignorância em que vive o homem do campo.

Ambas as alegações são inconsistentes e podem ser destruídas com dois sopros.

Senão vejamos.

Se a extensão e a complexidade dos fatos administrativos rurais constituíssem entrave para uma perfeita contabilização, seria o caso de relegarmos a contabilidade ao ról das coisas inúteis, pois de nada serviriam os seus princípios e as suas normas.

Se só fosse possível aplica-la as pequenas empresas, não haveria razão de perdermos tempo em estudar uma ciência tão falha e tão imprestável.

Não, — a contabilidade é adaptável a qualquer empresa grande ou pequena, complexa ou simples, basta apenas, que saibamos aplicar com inteligência e bom senso, os princípios e normas que ela nos ensina.

A complexidade e extensão de operações jamais poderão constituir impecilho para uma contabilização racional.

Ademais, a contabilidade pública, é um exemplo frisante do que acabámos de afirmar.

Quanto ao segundo item, isto é, a ignorância dos agricultores, temos a dizer que, se a ignorância fosse motivo de escusa para a introdução da contabilidade nas atividades do campo, ainda hoje os arados e tratores não estariam revolvendo a terra; o solo seria ainda adubado unicamente com esterco e folhas secas; os animais continuariam morrendo por falta de vacinas e assistência médica; os insetos devastando as plantações, etc., etc.

A verdade, entretanto, é esta: se os homens do campo desconhecem ou se desinteressam pela contabilidade, ensine-se-lhes e imponha-se-lhes do mesmo modo que foram ensinados e impostos os outros conhecimentos.

Um outro fator que pode ser grupado entre os responsáveis pela ausência da contabilidade nos meios rurais, é a considerarmos as empresas agrárias como sociedades civis e assim, desobriga-las de uma escrituração racional.

Bem sabemos que uma das finalidades dessa doutrina é o auxílio indireto aos agricultores cremos, todavia, que si as empresas rurais perdessem a caracterização de sociedades civis, não se abalarão muito com isto, pois auxílios, elas, nos tempos atuais já os têm diretamente e continuarão a te-los através de instituições e regulamentações governamentais.

Não nos iludimos, sabemos perfeitamente que a contabilização nacional das atividades agrárias não é tarefa fácil nem de solução rápida, entretanto, com boa vontade e perseverança o êxito será certo como tem sido em casos análogos.

O que não deve haver, absolutamente, é desanimo ou pessimismo.

Para a solução desse problema, muito devemos esperar do Ministério da Agricultura que, aliás, — diga-se de passagem — não fora ele, e o esforço pessoal de alguns professores e nada se teria ainda sobre o assunto.

Se os resultados de sua atuação não têm sido amplamente compensadores deve-se, em grande parte, à orientação dispersa que se tem imprimido á questão.

O ponto de partida para sua solução deverá ser, a nosso ver, a criação de um órgão especializado de divulgação e orientação dos princípios contábeis entre os agricultores afim de interessa-los no assunto.

Outras medidas posteriores completarão a obra e, então, nesse dia, ter-se-á prestado um ótimo serviço não só aos agricultores, quicá, ao Brasil, pois a contabilização das atividades rurais facilitando uma administração mais segura, irá, por certo, melhorar a situação das Fazendas, Sítios, Granjas, etc., e, portanto, o bem estar dos brasileiros, sabendo-se que a economia de nossa Patria muito depende do campo.

N. do A.) — Em artigos posteriores, poderemos prestar maiores esclarecimentos sobre a contabilidade, os seus princípios e a sua aplicação nas empresas rurais.

Inscрева-se como socio da

Sociedade Nacional de Agricultura

Anomalias em torno da hereditariedade

Engenheiro Agrônomo

Geraldo Goulart da Silveira

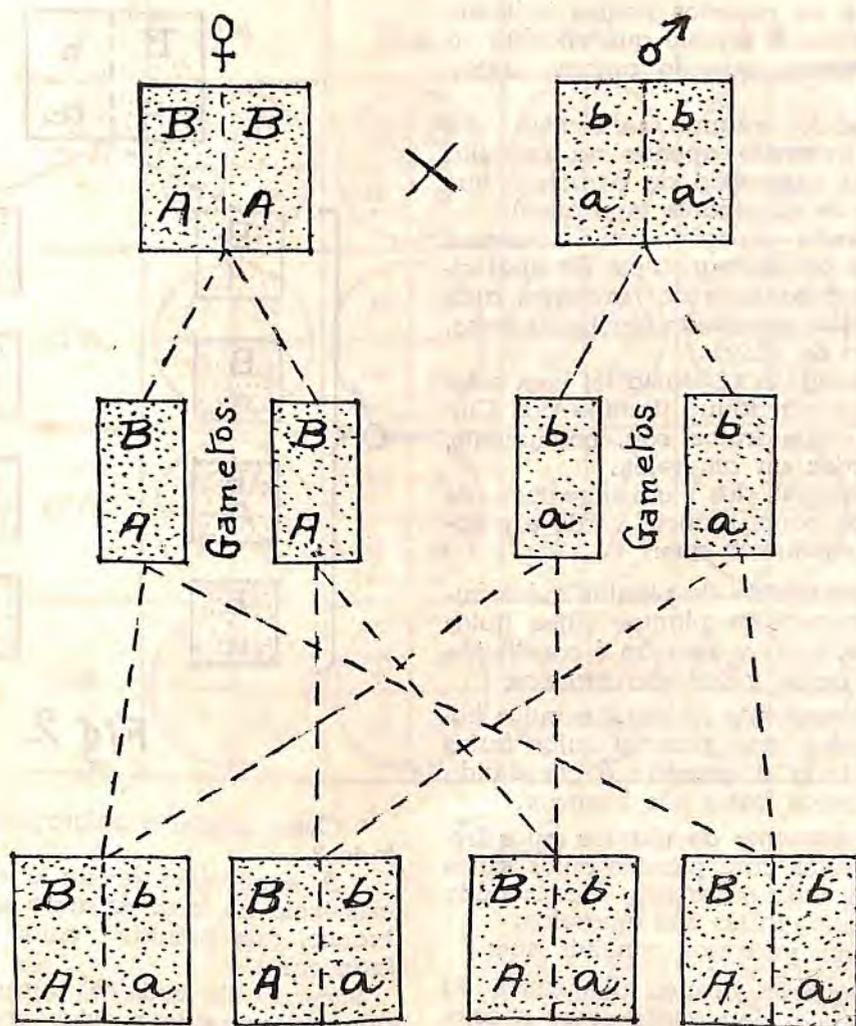
Prof. cated. da Esc. Hort. "Wenceslau Bello"

Epistasia (Basteson)

Em continuação ao que estamos escrevendo sobre «melhoramento de plantas», para os nossos alunos da E. H. W. B. abordaremos, inicialmente a epistasia

Os estudos feitos no vasto campo da genética vieram demonstrar, que, muitas vezes, a expressão fenotípica de um determinado caráter é proveniente da atuação

são reunidos num cruzamento, e então, um deles encobre o outro, constituindo o que se denomina em genética, epistasia. todos os autores que tratam deste fe-



F1 1

de dois gens diferentes, que não formam por aleomorfo, ao contrário do que acontece normalmente.

Casos existem em que, esses fatores

nômeno, lembram sempre a semelhança que ele apresenta com a dominância, pois, em ambos os casos, algo fica encoberto por outro.

Fácil é compreender a diferença entre dominância e epistasia.

No caso da dominância, como sabemos dos capítulos anteriores, um gen (dominante) encobre o outro (recessivo) que lhe é aleomorfo, ao passo que na epistasia, um fator encobre um outro que não lhe é aleomorfo, porém que, conjuntamente com ele, intervem na expressão fenotípica de um determinado caracter, conforme teremos oportunidade de explicar mais adiante.

No caso de uma epistasia devemos, pois, considerar dois fatores:

- a) fator epistático.
- b) fator hipostático.

Conforme os próprios nomes indicam, o fator epistático é aquele que encobre o outro (hipostático) quando ambos estão reunidos.

Assim sendo, quando se realiza tal cruzamento, aparece apenas na primeira geração uma expressão de caracter que corresponde ao dominante (epistático).

Na segunda geração, como teremos oportunidade de mostrar, além do aparecimento do dominante e do recessivo, aparece ainda uma expressão fenotípica nova, na proporção de 12:3:1.

O fenômeno da epistasia foi bem estudado na abóbora d'água (família das Cucurbitáceas) cujos frutos são, comumente, brancos, verdes ou amarelos.

A observação dos cruzamentos de plan como as cores branca, verde e amarela, veio demonstrar que:

a) no cruzamento de plantas cujos frutos são brancos com plantas cujos frutos são amarelos, toda a geração é constituída por plantas cujos frutos são brancos;

b) no cruzamento de plantas cujos frutos são brancos com plantas cujos frutos são verdes, toda a geração é constituída por plantas cujos frutos são brancos.

c) no cruzamento de plantas cujos frutos são amarelos com plantas cujos frutos são verdes, toda a geração é constituída por plantas cujos frutos são amarelos.

Do exposto podemos concluir que:

a) a coloração branca dos frutos da abóbora d'água é dominante sobre a coloração onde e sobre a coloração amarela;

b) a coloração amarela dos frutos de abóbora d'água é, por sua vez, dominante sobre a coloração verde;

c) a coloração verde dos frutos de abóbora d'água é recessiva tanto para a coloração amarela como para a coloração branca.

Observou-se também que, do cruzamento de indivíduos brancos provenientes da primeira geração do cruzamento de indivíduos de frutos brancos com indivíduos de frutos verdes, obtém-se gruto de coloração amarela, além dos verdes e brancos, na proporção de:

12 brancos
3 amarelos;
1 verde
isto é, 12:3:1.

Como explicar tal fato si as plantas de frutos brancos eram provenientes do cruzamento de plantas cujos frutos eram brancos com outras cujos frutos eram verdes?

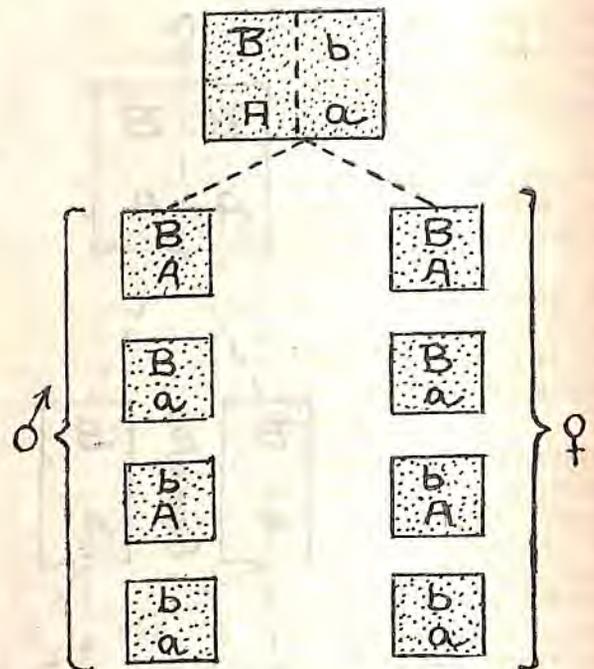


Fig 2

Como surgiu a coloração amarela dos frutos?

A explicação aceita é considerar a existência do fator amarelo encoberto pelo branco, nas plantas cujos frutos são brancos.

Somente ela satisfaz, porquanto o amarelo nunca poderá estar encoberto nas plantas cujos frutos são verdes, visto como, a coloração verde é recessiva para o amarelo e para o branco, conforme demonstraram as experimentações feitas.

Representemos por "A" o fator para amarelo e por "B" o fator para o branco.

Assim sendo, a representação genotípica de cada planta, será, portanto:

BBAA — representa uma planta cujos frutos são rancos (ela contém ao mesmo tempo o fator para o ranco, dominante, "BB" e o fator para amarelo, recesivo "AA". Como vimos somente ela pode possuir o fator para amarelo, que não lhe é alelomorfo.

bbAA — representa uma planta cujos frutos são amarelos (ela contém o recesivo erde "bb").

bbaa — representa uma planta cujos frutos são verdes (como sabemos, o verde é recessivo tanto no cruzamento com plantas

geração, o que se obtém, como sabemos, cruzando duas plantas do tipo "BbAa", obtido na primeira geração.

A planta BbAa, dará os seguintes gametos:

Ovulos — BA, Ba, bA, ba.

Grãos de polen — BA, Ba, bA, ab conforme podemos verificar na fig. 2.

Cada um dos tipos de óvulos pode ser fecundado por um dos tipos de grãos de polen, acima discriminados.

Façamos, portanto, um quadro repre-

	BA	Ba	bA	ba
BA				

Fig 3

cujos frutos são amarelos, como também, cujos frutos são brancos.

Vejam, através do esquema da fig. 1 o aspecto da primeira geração do cruzamento de uma planta cujos frutos são brancos, com outra cujos frutos são verdes.

Conforme já fazíamos dito e temos oportunidade de verificar agora, todos os indivíduos da primeira geração são brancos, com a expressão genotípica "BbAa".

Pasemos agora ao estudo da segunda

sentativo de todas as combinações possíveis entre os diferentes tipos de vulos e de grãos de polen (fig. 3).

Conforme se verifica observando o referido quadro, existem 16 combinações possíveis, pois, cada tipo de óvulo pode ser fecundado por quatro tipos diferentes de grãos de polen.

Existem, pois, nove genótipos diferentes, á saber:

- 1 BBAA — frutos brancos.
- 2 — frutos brancos
- 2 BbAA — frutos brancos
- 4 BbAa — frutos brancos
- 1 BBaa — frutos brancos
- 2 Bbaa — frutos brancos
- 1 bbAA — frutos amarelos
- 2 bbAa — frutos amarelos
- 1 bbaa — frutos verdes.

2.º) — Frutos amarelos: 1bbAA + 2bbAa, isto é 3

3.º) — Frutos verdes: 1bbaa o que representa a segregação fenotípica 12:3:1.

Se observarmos as expressões genotípicas nas quais não entra o fator branco "" vereos que são quatro:

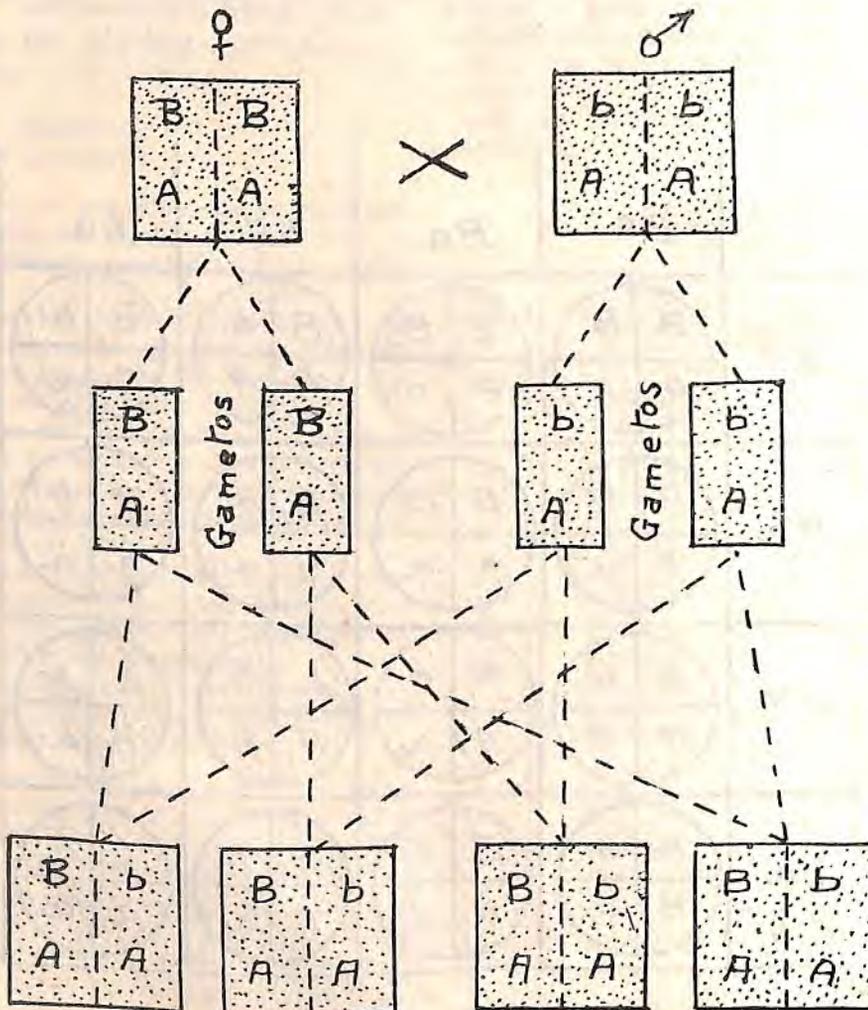


Fig 4

odos os genótipos que contem "B" ou "B e A" representam plantas cujos frutos são brancos e os que apresentam somente "A", são plantas cujos frutos são amarelos.

Em resumo, de acordo com os diferentes fenótipos temos:

1.º) — Frutos brancos: 1 BBAA + 2 BBAA + 2 BbAA + 4 BbAa + 1 BBaa + 2 Bbaa isto, é 12.

- 1 bbAA — amarelo
- 2 bbAa — amarelo
- 1 bbaa — verde

isto é, 3 amarelos para 1 verde, em virtude do amarelo dominar o verde (relação fundamental de Mendel).

Vejam agora o aspecto da primeira geração do cruzamento de plantas cujos frutos são brancos com outra cujos frutos são amarelos, através da fig. 4.

Como já sabíamos todos os indivíduos da primeira geração são brancos e apresentam a seguinte composição genotípica BbA.

Vejamos agora o aspecto da segunda

A planta BbA, obtida na F1 dará os seguintes gametos:

Ovulos: BA e bA
Grãos de polen BA e bA

Observando a fig. 5 podemos constatar que se formam três genótipos diferentes, a saber:

1 BBAA — planta cujos frutos são brancos

2 BbAA — planta cujos frutos são brancos

1 bbAA — planta cujos frutos são amarelos.

A segregação fenotípica é, pois, 3:1 em virtude da dominância do branco sobre o amarelo.

Vejamos agora, através da fig. 6 o aspecto da primeira geração, do cruzamento de uma planta cujos frutos são amarelos, com outra cujos frutos são verdes.

Como já sabíamos todos os indivíduos são amarelos e apresentam a composição genotípica bbAa.

Passemos á observação da segunda geração.

A planta bbAa, obtida na primeira geração, dará os seguintes gametos:

Ovulos — bA e ba.
Grãos de polen — bA e ba.

Conforme se verifica através da fig. 7, da fecundação de cada um dos tipos de ovulos por um dos tipos de grãos de polen, resultam três tipos diferentes de genótipos:

1 bbAA — frutos amarelos

1 bbaa — frutos verdes.

A relação fenotípica é, pois, 3:1, em virtude da dominância do amarelo sobre o verde.

Somente pois, ao cruzamento de plantas cujos frutos são brancos com outra cujos frutos são verdes, resultam, na F2 a relação fenotípica 12:3:1, característica da epistasia.

GENS COMPLEMENTARES

Este fenômeno constitui um dos vários casos de interação de fatores, e foi bem estudado por Bateson e Punnett numa planta ornamental, originária do hemisfério boreal, e encontrada em estado silvestre na Sicilia, conhecida vulgarmente como ervilha de cheiro (*Kathius odoratus*, família das Leguminosas, sub-família das Papilionoideas).

As flores da variedade selvagens de ervilha de cheiro apresentam pétalos vermelhos, ao passo que, entre as numerosas variedades cultivadas são encontradas flores com os pétalos completamente brancos.

Cruzando-se duas variedades de ervilha de cheiro de flores brancas, surgi-

		Grãos de polen	
		BA	bA
Ovulos	BA	BBAA	BbAA
	bA	BbAA	bbAA

Fig 5

ram, na primeira geração, somente indivíduos que apresentavam flores purpúreas, semelhantes á da espécie selvagem.

Na segunda geração, observou-se uma nova relação fenotípica: 9:7, isto é, 56,25% ed indivíduos de flores brancas.

Como explicar tal fato?

A explicação dada pelos pesquisadores de tais questões, é a seguinte.

Considera-se, para que isso aconteça, que a coloração vermelha da ervilha de cheiro, é proveniente da atuação simultânea de dois fatores diferentes, um, para a cor propriamente dita, e outro, para o pigmento.

Assim sendo, quando os dois dominantes (para cor e para pigmento) estão reunidos, a coloração dos pétalos é purpúrea, e quando estão reunidos um dominante e outro recessivo, a coloração é branca, da mesma maneira em que estão reunidos os dois recessivos.

Desta forma, das duas variedades cruzadas, uma era branca por falta do dominante para cor, e a outra por, pela ausência do dominante para pigmento.

Representemos por B e P, respectivamente, os dominantes para a coloração branca e para o pigmento da ervilha de cheiro.

2.^a variedade: PPbb — ervilha de cheiro de flores brancas porque possui o dominante para pigmento "PP", mas não o para cor que se encontra recessivo "bb".

Vejamos agora, através da fig. 8 o aspecto dos indivíduos da primeira geração.

De acordo com o que já sabemos, a

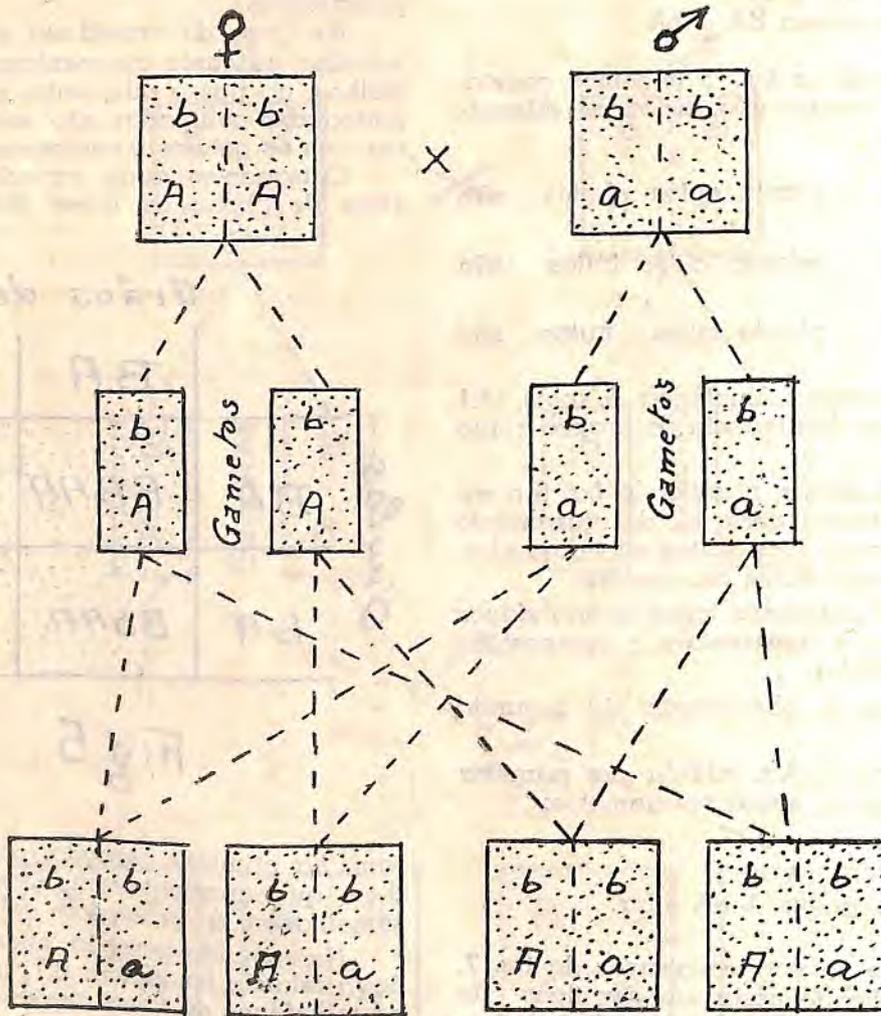


Fig 6

Os seus recessivos serão, portanto, b e p.

De acordo com as notações adotadas, as duas variedades de pétalos brancos cruzados, tinham a seguinte composição genotípica:

1.^a variedade: BBpp — ervilha de cheiro de flores brancas porque possui o dominante para a cor "BB", mas não o para pigmento que se encontra recessivo "pp".

planta BBpp dará os seguintes gametos.

Ovulos: Bp

Grão ou polen Bp

da mesma maneira que a planta PPbb fornece, óvulos e grãos de polen com a carga germinal Pb.

Assim sendo, todos os indivíduos da primeira geração apresentam flores purpúreas, porque resultam da reunião de um gameto do tipo Bp com outro do tipo Pb,

isto é, possuem a carga germinar BbPp, contendo os dois dominantes B e P.

Passemos agora ao estudo da segunda geração, o que se obtém cruzando dois indivíduos do tipo BbPp, obtido na primeira geração.

Conforme se pode observar através da fig. 9, a planta cuja carga germinar é BbPp, fornece os seguintes tipos de gametos:

Grãos de pólen: BP, Bp, Pb e bp.
Óvulos: BP, Bp, Pb e bp.

Cada um dos tipos de vulos pode ser fecundados por um dos tipos de grãos de pólen, acima esquematizados.

Façamos, portanto, um quadro representativo de todas as combinações possíveis entre os diferentes tipos de óvulos e de grãos de pólen (fig. 10).

Conforme se verifica observado o referido quadro, existem 16 combinações possíveis, pois, cada tipo de óvulo pode ser recundado por quatro tipos diferentes de grãos de pólen.

Formam-se, pois, nove genótipos diferentes a saber:

- 1 BBPP — planta cujas flores são vermelhas
- 2 BbPP — planta cujas flores são vermelhas
- 2 BBPp — planta cujas flores são vermelhos
- 4 BbPp — planta cujas flores são
- 1 BBpp — planta cujas flores são brancas
- 2 Bbpp — planta cujas flores são brancas
- 1 bbPP — planta cujas flores são brancas
- 2 bbPp — planta cujas flores são brancas.

Grupando agora de acordo com o fenótipo, temos:

$$\text{Flores vermelhos} - 1BBPP + 2BbPP + 2BBPp + 4BbPp = 9$$

$$\text{Flores brancas} - 1BBpp + 2Bbpp + 1bbPP + 2bbPp + 1bbpp = 7.$$

isto é, a segregação fenotípica 9:7, conforme havíamos dito acima.

VOCAULÁRIO DOS TERMOS TÉCNICOS EMPREGADOS

Curbitácea — Família de vegetais da classe Dicotiledônea, serie Curcubitalaes, á qual pertencem o melão, a abborra, o xuxú, o pepino, etc.

Dominante — E' o membro do par de caracteres alelomorfos que encobre o outro quando estão reunidos — E' o caracter aparente na primeira geração.

Dominância perfeita — E' aquela em que um dos membros do par alelomorfo. (o dominante), encobre o outro (o recessivo), quando reunidos.

		Grãos de pólen	
		bA	ba
Óvulos	bA	bbAA	bbAa
	ba	bbAa	bbaa

Fig 7

Epistasia — E' o fenômeno pelo qual um fator encobre um outro que não lhe é alelomorfo, porem que afetam a mesma expressão fenotípica de um caracter.

Fatores mendelianos — O mesmo que gens.

Fator epistático — Fator que encobre o outro (hipostático, quando ambos estão reunidos, no fenômeno da epistasia.

Fator hipostático — Fator encoberto por um outro (epistático, durante o fenômeno da epistasia.

Fenótipo — O que um indivíduo aparenta ser — Vem sempre o fenótipo corresponde ao genótipo, isto é, o que o indivíduo é, na realidade.

Flor — Órgão de reprodução dos vegetais fanerógamos.

Fruto — Ovário da flor depois de fecundado e desenvolvido — Em alguns casos o fruto é apenas o ovário evoluído, seus o concurso da fecundação.

Gameto — Célula sexual, haploide, masculina ou feminina.

Genética — Ramo da biologia que estuda detalhadamente os fenômenos da hereditariedade.

Genótipo — É o conjunto de gens que um indivíduo possui — O genótipo representa o que o indivíduo é, na realidade.

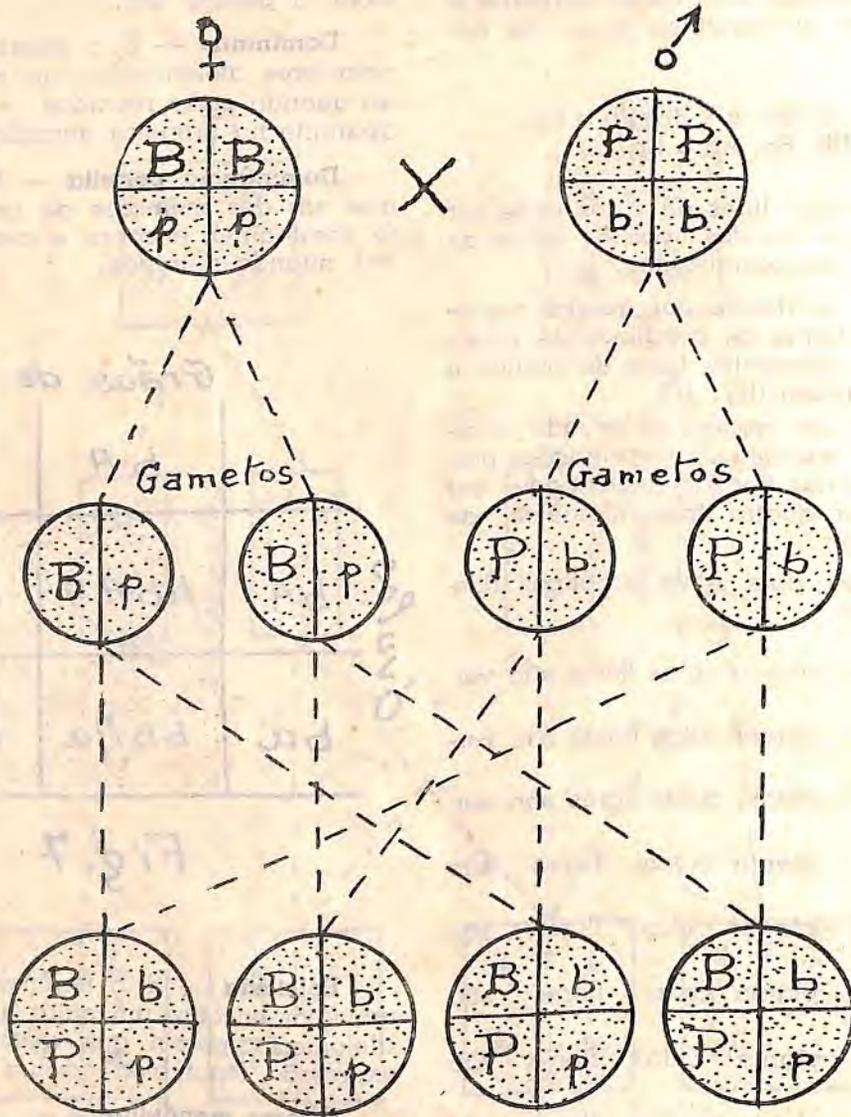


Fig 8

Gameto feminino — Nos vegetais fanerógamos o gameto feminino.

Gameto masculino — Nos vegetais fanerógamos o gameto masculino é o anterozoide.

Gen — É a potencialidade de um determinado atributo que se supõe existir nos cromossomos. — O mesmo que fator mendeliano.

Leguminosa — Família de vegetais da classe Dicotiledônea, série Rosales, á qual pertencem o feijão, o ingá, as acácias, a ervilha, o amendoim, a soja, etc.

Ovulos — Corpúsculos em geral ovóides ou arredondados, que se encontram presos nas placentas do ovário.

Pares alelomorfos — Denominam-se alelomorfos os caracteres que formam pares antagônicos.

Papilianoidea — Sub-família ou vegetais da família das Leguminosas, série Rosales á qual pertencem a ervilha, o feijão, a soja, etc.

Pétalos — Peças florais que formam a corola — O mesmo que pétalas.

Polen — Granulação encontrada nos sacos polínicos, que contém a célula reprodutora masculina dos vegetais fanerógamos.

Recessivo — É o membro do par de caracteres alelomorfos que fica encoberto, na primeira geração pelo dominante — O mesmo que latente.

Segregação fenotípica — Relação entre os diferentes tipos de fentipos.

Segregação genotypica — Relação onde os diferentes tipos de genótipos.

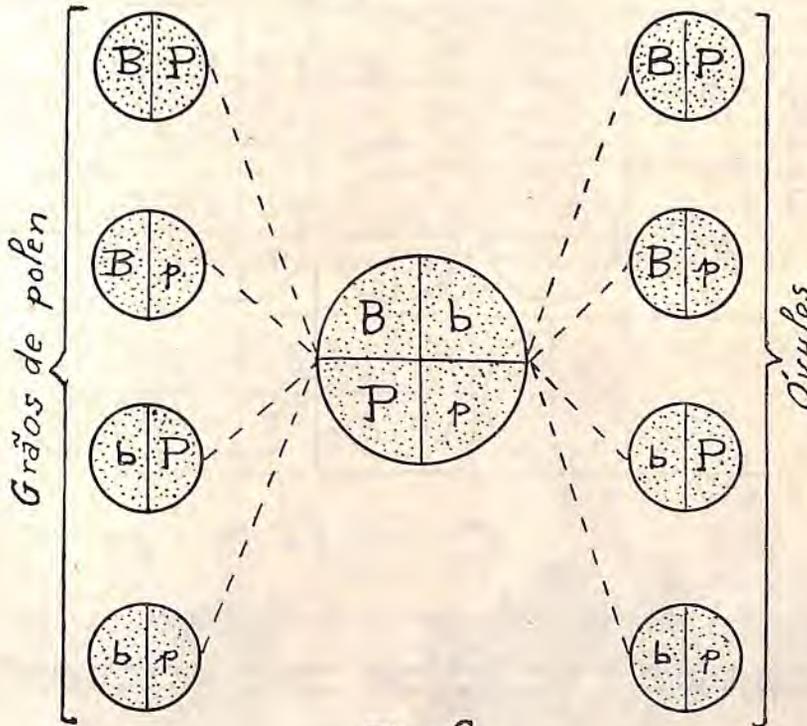


Fig 9

A cultura da soja

O "Jornal do Comércio e das Colônias" de Lisboa escreve a propósito da etensão ultimamente tomada pela lavoura da soja no Brasil.

Um dos produtos de maior consumo no mercado mundial de matérias primas é a soja, cujo plantio, iniciado há poucos anos no Brasil, vem merecendo o devido amparo do Ministério da Agricultura, desde que vários estudos realizados provaram a indiscutível importancia da cultura da soja como das mais oportunas e aconselháveis para o maior rendimento das nossas possibilidades econômicas.

Do feijão de soja extrai-se um óleo de grande valor industrial, que, além disso, fornece, como sub-produtos, a torta, a farinha, alcoitina e a caseína que servem de base para a fabricação de tintas diversas, ver-

nizes, sabão, lã e seda artificiais e matérias plásticas. O óleo propriamente dito, depois de convenientemente preparado, resulta um alimento dos mais recomendáveis, pelo alto valor nutritivo dos seus integrantes.

O maior produtor mundial de soja é a China, que a consome quase toda nos seus próprios mercados.

Segundo os dados fornecidos ao Ministério da Agricultura, o Brasil exportou em 1935, 900 quilogramas da preciosa fava, nada exportando no ano seguinte. Em 1937, porém, mandou para o exterior 6.000 quilogramas, em 1938, 45.000 quilogramas, e em 1939, apenas nos seis primeiros meses, a eportação desse produto foi de 40.000 quilogramas.

(Tése apresentada á II Conferencia Nacional de Pecuaria).

Grãos de poíen

		<i>BP</i>	<i>Bp</i>	<i>bP</i>	<i>bp</i>
<i>Óvulos</i>	<i>BP</i>				
	<i>Bp</i>				
	<i>bP</i>				
	<i>bp</i>				

Fig 10

Nossos tecidos no exterior

Como fruto dos trabalhos desenvolvidos pela Missão Economica que o Conselho Federal de Comercio Exterior constituiu o ano passado, sob a chefia do Sr. Leonardo Truda para visitar países americanos, notavel tem sido o aumento verificado este ano na exportação de nossas manufaturas notadamente nas de tecidos de algodão.

Com efeito, de Janeiro a Setembro do ano em curso, ascendeu a 4.428 toneladas no valor de 88.450:000\$000 o total dos tecidos para o exterior, contra 3.228 toneladas, no valor de 55.410:000\$000, em igual período de 1940.

Houve, como se vê, um aumento em 1941 equivalente a cerca de 40% na tonelagem e 60% no valor além de uma majoração bem apreciavel no preço médio de quilo bruto, que passou de 1\$700 em 1940 para 2\$000 em 1941.

O Continente Americano destacou-se, como sempre, nas compras dessa classe de produtos, tendo cabido á Argentina ainda desta vez o primeiro lugar, com uma aquisi-

ção igual a dos nove primeiros meses de 1940, em volume, porem superior de 16% em valor. Só a quantidade destinada á vizinha Republica equivalet a 60% do valor total desses tecidos exportados, no período em apreço, pelo nosos País.

Seguiram-se-lhe a Venezuela, com 14% a União Sul-Africana com 6%, a Colômbia com 4% e outras nações continentais e não, com aquisição de menor vulto.

E' grato assinalar, ainda, a aquisição feita, nestes nove meses, de novos mercados como sejam os das Guianas Holandesa e Francesa, Nicarágua, Honduras, Moçambique e Martinica e o aumento conseguido nas vendas aos Estados Unidos, para cujo país já exportamos este ano 81 toneladas de tecidos de algodão, no valor aproximado de mil contos de reis.

Com excepção da Guatemala, Portugal e Panamá, todos os países que foram nossos clientes em 1940 majoraram consideravelmente suas compras nos três primeiros trimestres do exercicio.

O NOVO MINISTRO DA AGRICULTURA

Houve por bem o Sr. Presidente da Republica nomear para a importante pasta da produção, em momento culminante da vida nacional, o agronomo Sr. Apolonio de Sales.

Trata-se de profissional devotado, ilustre e experimentado nos assuntos que exigirão o seu exame e decisão.

Esperamos, confiantes, no seu patriotismo e de sua atividade, de que já deu sobejas provas em outros setores da administração, os resultados e as providencias que o bem do Brasil requerer.

O Sr. Apolonio Sales, nomeado Ministro da Agricultura, nasceu em 24 de Agosto de 1904, no Municipio pernambucano de Altinho.

tro da Agricultura bateu-se no seu Estado pela renovação dos processos da cultura da cana.

Em 1939, como secretario da Agricultura de Pernambuco e membro da representação brasileira á Conferencia Internacional do Algodão, o Sr. Apolonio Sales esteve, novamente, nos Estados Unidos.

E' tambem autor de numerosos trabalhos sobre agronomia, economia agricola, tecnica agricola, etc. Em Pernambuco, com o sentido de dar orientação direta a todos os agricultores, escreve, ainda, semanalmente, para a "Folha da Manhã" um artigo sobre questões de economia ou de agricultura.



O Dr. Apolonio de Sales atual Ministro da Agricultura quando de sua visita á S. N. A. como Secretario da Agricultura de Pernambuco. Nessa sessão, pronunciou brilhante conferencia a respeito de sua magnifica atuação no importante setor da administração daquela unidade federativa.

Realizou seus estudos superiores na Escola de Agronomia e Veterinaria de São Bento, de que foi nomeado professor, logo após a conclusão de seu curso.

O Governo de Pernambuco incumbiu-o, em 1935, de uma viagem de estudos ás zonas açucareiras dos Estados Unidos. Fez, então, no Hawaii, diversos estudos especializados. De regresso, o novo Minis-

Desde o inicio do governo do Sr. Agamemnon Magalhães como Interventor Federal, em Pernambuco, o Sr. Apolonio Sales vinha exercendo ali as funções de Secretario da Agricultura, sendo os pontos centrais de seu programa administrativo: a passagem da monocultura de cana para a policultura; o reflorestamento intensivo; a melhoria dos rebanhos pas-

toris; o desenvolvimento do cooperativismo; a adoção de métodos racionais e modernos para a adubação, irrigação e outros aspectos da lavoura da cana; o início, nas zonas próprias do Estado, da cultura do trigo, e a edificação, nos arredores de Recife, de uma usina para farinha panificável; a construção, também na capital pernambucana, pelo sistema cooperativista, de uma usina de leite; e o incentivo à indústria nascente do carvão.

Em sua carreira de agrônomo o Sr. Apolonio Sales representou o Brasil em vários congressos e reuniões de técnicos; e visitou, em viagem de estudos, as diversas regiões brasileiras, os Estados Unidos, Cuba, as Filipinas, as ilhas Hawaii e as demais zonas açucareiras das Américas.

A POSSE DO NOVO MINISTRO DA AGRICULTURA

Discursos proferidos pelo Sr. Ministro da Justiça, interino, e Sr. Apolonio de Sales

Realizou-se no dia de às 11 horas, a posse do Sr. Apolonio Sales, no cargo de Ministro da Agricultura, para o qual foi nomeado, há poucos dias pelo Sr. Presidente da República. Verificou-se o ato perante o Sr. Vasco Tristão Leitão da Cunha, que responde pelo expediente do Ministério da Justiça e que, ao empossar o novo titular da pasta da Agricultura, pronunciou o seguinte discurso:

"Tenho a honra de declarar empossado no cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura o Sr. Dr. Apolonio Jorge de Faria Sales.

Numa cerimônia semelhante, ao dar posse ao Dr. Marcondes Filho, não há dois meses ainda, tive ocasião de dizer que nunca, talvez, em nossa História, o dever de governo foi tão pesado e, ao mesmo tempo, tão glorioso, pelas suas possibilidades de ação e de conselho, como neste momento, que é um momento de suprema decisão.

E as responsabilidades aumentam dia a dia: desde que pronunciei aquelas palavras a posição do Brasil se definiu ainda mais. Rompemos as nossas relações diplomáticas com os agressores do Continente americano e, há poucos dias, fomos nós mesmos agredidos: dois de nossos navios mercantes foram torpedeados covardemente no mar das Caraíbas e no Atlântico Norte, ficando seus passageiros e tripulantes entregues ao sabor das ondas. Esta agressão como a outra, não ficará sem resposta.

O Brasil tem, por fortuna, em momento de tanta gravidade, no Presidente da República, um guia seguro, dotado de inteligência excepcionalmente aguda e perfeito conhecimento da realidade e de uma noção superlativa do bem público. O melhor que podemos fazer consiste em seguir-lhe o exemplo e cumprir, em cada setor da vida nacional, a tarefa que ele nos distribuir.

E a tarefa que lhe cabe, Sr. Dr. Apolonio Sales, é das mais árduas, e das mais essenciais à vida da Nação: dirigir e organizar a produção de um país ameaçado pela guerra. Dirigir e organizar a produção e exploração de todas as riquezas da terra privilegiada que nos legaram os nossos maiores. Tem V. Excia. para desempenhar-se dela as melhores credenciais: quatro anos de luta vitoriosa à frente da Secretaria da Agricultura do Estado de Pernambuco. Os resultados alcançados por Vossa Excelência são conhecidos em todo o país que ora espera, ansioso e confiante, a ação de Vossa Excelência no âmbito nacional. Na grande obra social realizada pelo atual governo de Pernambuco a parte do Secretario da Agricultura foi considerável, e a gratidão do povo daquele grande Estado ressoa muito além dos seus limites.

Não quero deixar passar esta oportunidade de exprimir ao Exmo. Sr. Dr. Carlos de Sousa Duarte, que na sua longa interinidade prestou tão bons serviços ao país, o testemunho do meu apreço e da minha consideração.

Estive há meses no Recife, que não vira desde a minha infância. Fiquei impressionado pelas suas belezas naturais e pela obra social notável que realiza o seu governo, de cuja generosa hospitalidade me beneficiei. Passei meia hora no velho Palácio, sobre a confluência do Capiberibe e Beberibe e ali revi muitos episódios ouvidos na minha infância, quando me contavam os sucessos da nobre província, ao tempo em que era Presidente dela o meu bisavô. Dele herdei a vocação da coisa pública e o gosto pelos problemas de administração; dele herdei a noção de que em todos os postos o objetivo é servir, por mais efêmera que seja a nossa passagem por eles.

Vossa Excelência, Sr. Dr. Apolonio Sales, encerra bem essa noção: por ter servido, com talento, com êxito e com amor ao seu Estado, é agora chamado a servir a toda a Nação.

Faço votos pelo pleno sucesso da sua administração e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência".

De improviso, agradeceu o Sr. Apolonio Sales, não só as referências feitas ao seu nome, como a presença das altas autoridades.

Compareceram no ato da posse do Sr. Apolonio Sales os Srs. Almirante Aristides Guilhem, Ministro da Marinha; Marcondes Filho, Ministro do Trabalho; Major Ademar Vilela, representante do Ministro da Guerra; Interventores Federais Ruy Carneiro e Ismar Goes Monteiro; representante do Sr. Interventor Fernando Costa; General Manoel Rabelo, Ministro do Supremo Tribunal Militar; Ministro Joaquim Eulálio, Presidente da Comissão de Economia Nacional; Chefes de Serviços dos Ministérios da Justiça e da Agricultura; Coronel Odílio Denys, Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, e diversas outras autoridades civis e militares.

.. NO MINISTERIO DA AGRICULTURA..

Finda a cerimônia o Sr. Apolonio Sales, em companhia do Sr. João Mauricio de Medeiros, Chefe do seu Gabinete, dirigiu-se para a sede do Ministério da Agricultura, onde assumiu as funções do seu cargo.

No salão nobre do Ministério, em presença de elevado número de funcionários, e ainda com a presença de altas autoridades o Sr. Carlos de Sousa Duarte transmitiu o cargo ao novo titular declarando que, como encarregado do expediente do Ministério, fôra apenas um ponto de intercessão entre duas administrações. E concluiu a afirmando que transmitia o exercício do cargo ao Sr. Apolonio Sales com a maior alegria pois estava na convicção de que o técnico reconhecido e o trabalhador incansável, daria rumo superior à pasta que em boa hora lhe confiara o Sr. Presidente Getúlio Vargas.

Falou então o novo Ministro que proferiu o discurso que damos em seguida:

DISCURSO DO SR. MINISTRO APOLONIO SALES

"Senhores: Ao deixar o norte do Brasil, sobrevoando aquelas terras pouco habitadas vezes, no trato comum de minha pretadas do território nacional, em que multifissão deparei as maiores provas de heroísmo de um povo que não se resigna, querendo progredir, senti uma emoção toda especial. E' que vindo assumir o Ministério da Agricultura, iria ter também contacto profissional com brasileiros do sul, não menos operosos, uns e outros empenhados na mesma faina de enriquecer o Brasil.

Emocionei-me, senhores, ao sentir todo o peso da responsabilidade que ora se impunha sobre os meus ombros, porque, quando do alto de um avião se avistam as terras do norte e do sul do Brasil a patria parece crescer aproximando-se mais dos nossos corações.

Todo este imenso território de que uma parte apenas deslisava sob os meus olhos está hoje sendo sacudido pela agitação criadora de um governo nacional, cujo chefe supremo, com as credenciais de um passado inconfundível de reais benefícios à nação, está a conclamar a todos os brasileiros para a obra comum de soerguimento econômico.

Nas planícies húmidas do Amazonas, no setentrão brasileiro, nas sinuosas margens do oceano, nas crestadas terras do Nordeste, no litoral, nos altiplanos do Oeste e nas planícies do Sul cabe hoje ao Ministério da Agricultura levar o pensamento do Chefe Nacional, traduzindo-o nas diversas formas de incentivo á produção permitidas pela complicada máquina administrativa tão bem dirigida pelos meus antecessores.

Em todas as modalidades de sua atuação, o Ministério da Agricultura tem sido nos ultimos dez anos, o desenvolvimento de um grande programa de governo cuja continuidade tem aproveitado á nação de um modo inconfundível.

São os rebanhos que melhoram, apurando suas fôrmas; são as lavouras que se intensificam; são plantas novas que se introduzem; riquezas minerais que se exploram são dados estatísticos que se relacionam; organizações socio-econômicas que se esboçam; padronizações que se estabelecem; é a formação de técnicos que se vai sistematizando; são, enfim, inumeros benefícios que se incorporam ao potencial econômico do país.

Ao receber portanto, a investidura ministerial que me confiou o grande Presidente Vargas, sinto bem quais sejam as funções a desempenhar, de coordenador das linhas deste quadro a intensificar, nesta hora em que a situação internacional vai criando para o país problemas os mais intrincados cuja solução muitas vezes não tem a seu favor os dilatados prazos dos tempos normais da historia da humanidade.

Parece que o quadro todo salienta-se em tintas heurantes, num apêlo a todas as reservas de energia capazes de elevar o nível econômico a que aspiramos.

Em um país de tão grande extensão como o nosso e de população relativamente tão escassa, depara-se-nos um pro-

blema cuja duplicidade de feição sintetiza-se na valorização da terra e na valorização do homem. O despertar das energias criadoras do solo agrícola pelos recursos da técnica alça de nível a valia da gleba, ao mesmo tempo que soergue o homem a um "stand" de vida de maior conforto, junto com maiores necessidades, porque despertadas novas aspirações.

Quando o Presidente Vargas indicou aos brasileiros o rumo do Oeste, como na meta a que dirigirmos os nossos esforços, por certo que o seu pensamento lançara raízes no empenho de ver as imensas terras deshabitadas do Brasil enriquecidas pelo trabalho do homem, fartamente compensado pelas riquezas criadas a seu serviço.

Esta arrancação patriótica para o Oeste para a conquista de fato das terras que possuímos de direito, determinada pelo Presidente Vargas, é mais uma razão para que se ajustem todas as dependências técnicas do Ministério da Agricultura, porque todas elas são tendentes à reafirmação do valor humano, mostrando de vivo o mais eficiente meio de domar a terra, tornando-a produtiva.

Tomemos por exemplo o problema da conquista dos terrenos áridos do sertão nordestino. A ofensiva pacífica se esboçou desde longe. No governo do Presidente Vargas lançaram-se como "cabeças de ponte" as instalações hidráulicas das Obras Contra as Secas, os tentáculos das estradas que a Inspeção estendeu sobre aquela torturada região do território nacional. Agora chega-se ao período de luta, em que vão aparecer os conquistadores, esses homens nordestinos, já habituados à sobriedade de vida, imposta pelo deserto semi-árido em que mourejam. Impõe-se agora doutriná-los pelo exemplo fazendo percorrer sob os seus olhos o celuloide prometedor de um filme de regeneração da terra pelos campos de irrigação tecnicamente projetados e economicamente executados.

Esta massa líquida enorme armazenada pelos engenheiros do Brasil e aquele inesgotável rio brasileiro o São Francisco que há séculos convida o homem para habitar em suas margens, exigem dos novos convidados uma condição de que não é lícito apelar: a veste das insígnias da técnica indispensáveis ao banquete das messes promissoras, nos campos irrigados. Tem esta, aliás, sido a sanção impiedosa do grande rio em cujas margens o rumor alegre das torrentes ainda não conseguiu fixar populações adensadas e provarem uma abundância de meios de vida e de

prosperidade. É que para a solução do problema irrigatório das zonas áridas do Brasil, quasi que num paradoxo surpreendente, o elemento essencial já não é mais o líquido irrigante. Não são só as águas armazenadas pela colheita das chuvas torrenciais; não são apenas as águas barrentas do mais brasileiro dos rios do Brasil, a transportarem junto com o líquido solvente, elementos de fertilidade incomparavelmente preciosos. O essencial é o homem, é o homem que dirige a água inconsciente pelos canais bem traçados e pelos canaletos serpenteadores, até o homem atraído e estimulado pela certeza de fartas searas e pela garantia da colocação dos seus produtos nos mercados distantes ou nos mercados por ele mesmo criados, à custa de organização industrial e comercial, onde não se esqueçam as conquistas socio-econômicas do cooperativismo.

Muito bem portanto que o Presidente Vargas tenha chamado de "Marcha para o Oeste" o movimento migratório a provocar dos brasileiros do litoral para o interior. Com este nome como que se está a indicar a chegada do elemento humano em quantidade, para vencer os percalços do isolamento em qualidade para rechaçar a rotina.

É assim que eu vejo a interdependência de todas as seções do Ministério da Agricultura na síntese de uma finalidade: a conquista da serra e a valorização do homem.

Quando, para aperfeiçoar o ensino agrônomo a nação dispense recursos avultados e agrupe numa legislação sã dispositivos endenes e a imprimir uma seriedade impressionante à formação dos técnicos também nesta face da atuação ministerial se prevê uma preparação eficiente dos condutores de homens para os novos postos, em que brasileiros se vão tornar senhores de mais uma parte do Brasil. E mesmo quando a máquina administrativa do Departamento da Produção atua imediatamente, diretamente sobre os centros populosos já conquistados de nação acho que nem mesmo nesta hora estão esquecidos os interesses daqueles patriotas que estão procurando incorporar ao patrimônio nacional novas riquezas, novos territórios, dentro das nossas próprias fronteiras. A prosperidade destes alicerça-se na estabilidade dos núcleos densamente e há muito tempo povoados.

O segredo das vitórias das grandes nações, meus senhores, tem sido justamente a unidade de pontos de vista administrativos, dentro da complexidade de todas as atividades humanas. O que não é mais

possível no século vinte é viver o pequeno isolado, o indivíduo sem a justaposição dos esforços dos seus semelhantes. Temos um exemplo disto na aceitação exultante dos princípios cooperativistas, principalmente nas regiões mais pobres do Brasil setentrional. É que os sertanejos e os matutos do "hinterland" já compreenderam muito bem como é preciso dispenderem-se grandes esforços para a conquista de louros, mesmo que estes grandes esforços sejam apenas a soma de parcelas minúsculas, de iniciativas de pequeno vulto.

A cooperação será portanto mais um elemento a ajudar o programa de valorização do homem. Nem mesmo para a incorporação á zonas populosas e produtivas do Brasil, nos trechos ainda incultos e pouco habitados do sertão, parece-me deveríamos acreditar no isolamento egoístico de organizações econômicas em que o trabalho fôsse apenas remunerado e não também recompensado pela partilha dos louros na hora dos triunfos.

Sei bem quantas dificuldades o cooperativismo tem a vencer, e quantas mesmo já venceu para se tornar um hábito nos pensamentos daqueles que lidam com a solução dos graves problemas da produção, nas diversas regiões do Brasil. É que o cooperativismo não é somente a partilha das messas, é também a solidariedade nas horas de labor e nos momentos difíceis do combate.

Por isso muitas vezes cabe ao Poder Público conduzir vontades indecisas, inteligências não suficientemente esclarecidas para os trâmites cooperativistas, sem que nisto se quebra a liberdade associativa nem se tirem os meritos da obra efetuada em comum.

Quando a pátria convoca os seus filhos para a defesa do seu território nas fileiras do Exército, Exército que tem que empunhar valorosamente armas tantas vezes gloriosas, nem por isso se acoimam de menos patriotas os conscritos que se apresentam pelo fato de terem sido incluídos nas classes convocadas.

Da mesma forma, quando se chama os nossos compoñios do sertão, os nossos estancieiros, os nossos habitantes do interior, ou do litoral, para a cruzada cooperativista, não se lhes tiram os meritos, não se lhes anula a valia de solidariedade humana, a traduzir-se em fatos, mas apenas dá-se-lhes um rumo novo e o apoio de uma iniciativa oficial, pondo-lhes nas mãos instrumentos que edificam e produzem.

Sinto bem meus senhores, quão grandes as responsabilidades de dirigir um

Ministério, em cujo passado brilharam elementos dos mais destacados no cenário nacional, pela sua dedicação á causa pública e pelos seus conhecimentos profissionais.

Trago, porém, a convicção de que na tarefa que me coube terei o apoio e a cooperação dos colegas profissionais de agronomia e de todos aqueles a que estão entregues as secções mais diversas do conjunto técnico administrativo que ora vou chefiar.

Em um momento tão grave com o que a nação atravessa, em que a palavra de ordem do Presidente Vargas, no memorável discurso pronunciado a 31 de Dezembro ultimo, foi "produzir mais e melhor", cada brasileiro que ocupa um posto na administração pública e particularmente nas dependências deste Ministerio, tem uma missão a cumprir, a que deve consagrar todas as suas reservas de energia e toda a sua capacidade de sacrificios pela pátria ameaçada.

Do funcionamento regular de todas as secções do Ministerio, seguindo as diretrizes deste homem extraordinário que a Providencia colocou á frente dos destinos do Brasil, valorizado o homem, valorizada a terra e solidificada a nossa economia, poderemos contar com um futuro de prosperidade a que temos direito pelas paginas gloriosas de nossa historia, pela grandeza de nosso território e pela unidade de crença e aspirações de todos os brasileiros".

Depois do Sr. Apolonio Sales falaram os Srs. Heitor Grilo, em nome da Sociedade Brasileira de Agricultura e do Sindicato Nacional de Agrônomos; Azevedo Marques, em nome do Interventor Fernando Costa e Urbano Viana, que, em nome dos funcionários do Ministerio, saudou o Sr. Carlos de Sousa Duarte.

O GABINETE DO NOVO MINISTRO DA AGRICULTURA

O Gabinete do Sr. Apolonio Sales ficou constituído pelos Srs. João Mauricio de Medeiros, chefe; Aloisio Sales e Newton Beleza, oficiais de gabinete.

O chefe do gabinete do novo Ministro da Agricultura, Sr. Dr. João Mauricio de Medeiros, é um alto funcionario deste Ministerio, cuja capacidade e zelo pelo interesse público tem sido demonstrados nos varios postos de responsabilidade que tem exercido.

O Sr. Dr. João Mauricio de Medeiros, nascido em 22 de Setembro de 1893, no Município de Santa Lucia do Sabugy, Paraíba, diplomou-se em agronomia, no ano de 1918, pela antiga Escola Superior de Agricultura do Ministerio.

Em 1920, foi Prefeito de sua terra natal, onde revelou ser um administrador operoso e dedicado, procurando desenvolver dois problemas fundamentais dos municípios: a abertura de rodovias e o fomento agrário.

Depois, desempenhou as funções de diretor do Serviço de Algodão da Paraíba, no período de 1920 a 1925, dando novos rumos a cotonicultura desse Estado. De 1925 a 1928 ocupou o cargo de Prefeito

de João Pessoa, introduzindo grandes melhoramentos nessa capital.

No Governo do Sr. Antenor Navarro, foi Secretario da Agricultura da Paraíba, de teve ocasião de impulsinar a riqueza regional.

Em seguida ingressou na administração federal, sendo nomeado delegado do Serviço de Algodão do Ministerio da Agricultura na Paraíba, em 1932.

Destacando-se nessa função, foi o Sr. Dr. João Mauricio chamado para dirigir o Serviço de Plantas Texteis, do Ministerio em 1934 a 1938 e empreendeu, nesse setor, uma administração eficiente e modelar.

A sua escolha para chefe de gabinete do Sr. Ministro Apolonio de Sales foi recebida com aplausos.

Visita do Sr. Presidente da Republica ao S. E. R.



O Sr. Presidente da República, durante a sua visita ao Serviço da Economia Rural, ouve interessado, as explicações do então Diretor. Além de outras pensões, vê-se o Sr. Fernando Costa ex-ministro da Agricultura.

A Pecuária nacional através dos seus aspectos e possibilidades

A economia goiana prejudicada em 1940 em mais de 65 mil contos — No Oeste Brasileiro estão os maiores campos de criação da América do Sul

CAMARA FILHO

(Diretor do Departamento de Propaganda do Estado)

O Brasil, pelas suas magníficas condições mesológicas, todas especiais, está, como se percebe, destinado, em matéria de pecuária a ser o maior país criador do mundo, de vez que em seu vastíssimo território poderão viver e prosperar todas as raças esphradas pelas diversas partes do Universo.

Os nossos campos de criação são infinitamente grandes. O nosso clima, dos melhores. As nossas pastagens, se destacam das dos demais países, principalmente pelo seu alto índice de variedade e nutrição.

Ocupamos 33% da superfície da América do Sul e dentro dessa enorme porção territorial, poderá viver um rebanho pecuario com capacidade para abastecer de carne todas as populações do Planeta.

Com 42 milhões de cabeças, isto é, um milhão apenas para menos do população humana do Brasil, somos já no domínio da pecuária, o terceiro país criador do mundo. Antes de nós, temos apenas as Indias Británicas, com 180 milhões de cabeças e a América do Norte, com 55 milhões. Depois de nós vem logo a Argentina com 35 milhões de espécimens. O Brasil já vem encontrando na industria pastoril um decisivo fator de riqueza coletiva e, conseqüentemente, de progresso e reconstrução economica.

Possuimos tualmente no país mais de 14 frigoríficos que abatem, anualmente, cerca de dois milhões de bovinos e um milhão de suínos, isso num valor aproximado de 600 mil contos de reis. A industria de laticínios, conforme registram também as estatísticas, apresentam, nos tempos que correm, uma produção de valor nada inferior a 1 milhão de contos. Como se vê, a industria animal, sobretudo se melhorarmos mais a nossa materia prima, modernizando os nossos métodos de criação, descortina ao nosso país panoramas seguras e promissoras perspectivas economicas. Temos pela frente, porem, varios e importantes problemas a encarar e a resolver, todos eles interessando de perto a uma grande coletividade que em nosso país se dedica

aos labores da pecuária, nos seus mais diversos e interessantes ramos de ação. O governo federal está, pelo que se depreende, preocupado com tão momentoso assunto, motivo por que para tais problemas já começam a surgir medidas solucionadoras, destacando-se entre elas a de assistencia financeira por intermedio da Carteira de Crédito Agricola do Bansa do Brasil. E' preciso, no entanto, que os poderes públicos promovam, sem maior tardança, a instalação de frigoríficos em varias regiões do Oeste Brasileiro, desse hinterland imenso onde se encontra o grosso do nosso rebanho bovino.

O fato do frigorífico estar distante dos centros de produção acarreta para o criador prejuizos apreciaveis, conforme se constata no Estado de Goiaz, onde o gado, para alcançá-lo, perde na caminhada de 30 a 45% do seu peso e comumente é atacado de zoonozes, notadamente a afetose. Essa perda de tempo e de carne a que forçosamente é submetido o nosso rebanho, entre o seu *habitat* e o frigorífico prejudica aos pecuaristas e, conseqüentemente a economia nacional. Goiaz, por exemplo, em 1940, exportou 329.767 cabeças de espécimens *vacum* e esse gado foi vendido em Barretos com um abatimento nada inferior a 200\$000 do seu valor, ao saiar do nosso Estado, o que representa, para a economia nacional, uma perda de 65.953.400\$000.

O que acontece com Goiaz, verifica-se, também, com Mato Grosso e outras regiões do Brasil Central que se acham distantes dos frigoríficos.

E' indispensavel a criação, também, de um departamento, instituto ou cousa que o valha, que venha por o criador do país em contacto rápido e diréto com os grandes mercados de consumo, livrando-o, assim, das explorações do intermediario que, pagando mal pelo seu produto, tira-lhe, antes do mais, o estímulo pelo trabalho laborioso do campo onde, anônima e eficientemente, vem colaborando para a grandeza e prosperidade do seu país.

Desde 1879, data em que entraram no Brasil, os primeiros reprodutores de raça nobre, que o rebanho bovino nacional vem se aperfeiçoando para constituir, hoje, como vemos, uma das mais importantes e poderossas forças propulsionadoras do nosso progresso e riqueza popular.

O Brasil, salvo melhor sugestão ou estudo já feito, pode ser dividido em quatro zonas, sob o aspecto pecuario: a zona sul compreenderá os Estados do Rio Grande do Sul,

Santa Catarina e Paraná; a zona centro que, atingindo os Estados do Rio, Espírito Santo, se estenderá por São Paulo, passando por Minas Gerais, até Goiás e Mato Grosso. A zona do Nordeste, que abrangerá os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio G. do Norte e Ceará; da zona Norte farão parte os Estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas e Acre. Essa divisão, no nosso fraco e franco modo de ajuizar facilitará a ação do governo federal, não só no que diz respeito ao estudo dos problemas pecuários de cada uma dessas zonas, como ainda os meios de amparar os nossos criadores, dentro de um critério que consulte de perto, ao seu ambiente, ou melhor aos interesses de sua causa. Isso pelo fato de os problemas ligados à pecuária em nosso país, diferirem em aspectos e importância, de região para região.

Ao escrever estas linhas, que não merecem as honras de um artigo, tivemos em mente focalizar apenas, em traços gerais, a questão da pecuária, na região do Brasil Central, propriamente dito, que compreende o Estado de Goiás, o de Mato, a região do Triângulo Mineiro e parte de São Paulo. Essa região, que é por excelência pastoril e onde boi vence, pelas caminhadas o terrível obstáculo das distâncias, tem problemas que se caracterizam, antes de tudo, pela sua flagrante peculiaridade. Para eles pedimos as vistas do Chefe da Nação, no momento em que todos nós, grandes e humildes, estamos empenhados em acelerar, racionalmente, as energias criadoras da nossa riqueza e da nossa vitalidade.

O gado de corte do Brasil Central, (vencendo longas caminhadas, se canaliza, na sua maior parte, para o frigorífico de Barretos, hoje considerado uma das maiores usinas de carne do Continente Sul Americano. Entre 1937 e 1940 foram abatidos ou reembar-

cados daquela importante cidade, para os matadouros de São Paulo, nada mais nada menos do que 1.989.653 cabeças de bovinos e 144.66- de suínos. Para evidenciar o aumento, ultimamente, do volume da produção pecuária do Brasil Central, basta acentuar que nos primeiros 10 meses de 1941, chegaram a Barretos, destinados ao frigorífico, mais de meio milhão de cabeças de gado.

De todas as regiões do território nacional, é o Oeste Brasileiro, como se percebe, pelos seus favoráveis fatores de natureza, em suma, que apresentam maiores possibilidades de desenvolvimento à indústria animal. No Oeste pelas suas condições ecológicas, uma daquelas estão, não ha dúvida, os maiores campos de criação da América do Sul, na sua quasi totalidade, estendidos, a perder de vistas, no macisso do Planalto Central Brasileiro e localizados no território goiano e no Estado de Mato Grosso.

O Estado de Goiás, por exemplo, que possui hoje um rebanho bovino superior a 4 milhões de cabeças, reserva à pecuária, em toda a sua amplitude, um futuro verdadeiramente promissor. O gado goiano, cuja resistência orgânica e coeficiente de reprodutividade são muito conhecidos, oferece características especiais, para o corte, motivo por que, no frigorífico de Barretos, ele alcança melhor preço sobre os demais. Os 30 mil criadores do Estado, por intermédio da Sociedade Goiana de Pecuária, sua organização de classe, estão hoje empenhados, em conseguir o *boi economico*, isto é, o tipo ideal para o corte e que ofereça, pelo desenvolvimento e profundidade, o maior peso possível e, por consequência, um valor comercial sem precedente. A iniciativa sugere, como tudo indica, apoio e aplausos, porque reflete a evolução que ora se opera no seio daquela classe, inquestionavelmente a mais poderosa do Oeste Brasileiro.

CONVENÇÃO DE SANIDADE VEGETAL - entre o Brasil e o Chile

Realizou-se a 15 de Novembro ultimo, no Palácio Itamarati, a cerimonia da assinatura da convenção de sanidade vegetal entre o Brasil e o Chile. Aquela hora chegou ao Itamarati, o Sr. Mariano Fontecilla, Embaixador do Chile, que se achava acompanhado do pessoal da Embaixada. Recebido pelo Ministro Carlos Maximiano de Figueiredo, chefe do Cerimonial, foi S. Excia. introduzido no salão, nobre onde se realizou o ato.

Os Srs. Ministro José Roberto de Macedo Soares, chefe da Divisão de Atos Internacionais e o Ministro-Conselheiro da Embaixada do Chile Sr. Tulio Maquieira, leram as res-

pectivas credenciais, que foram achadas em boa e devida forma, passando então os mesmos à leitura dos textos, em português e castelhano, do Convênio.

Finda essa formalidade, o Ministro Osvaldo Aranha e o Embaixador Mariano Fontecilla firmaram os instrumentos do convênio e neles apuseram os seus selos, tendo sido trocadas, em seguida, palavras congratulatórias pela conclusão desse ato internacional.

O ato foi assistido pelo Embaixador Maurício Nabuco, secretário geral do Itamarati, chefes de serviço, altos funcionários do Itamarati e jornalistas.

Sugestões sôbre as mais urgentes necessidades regionais em relação á pecuária

Por Benjamin Constant Teixeira

Prefeito Municipal de Bocayuva, Estado do Paraná — e criador no mesmo Município

A rotina que ha tempos vem sendo aplicada, ingenuamente, á produção dos nossos rebanhos, nos dá agora os seus maus resultados, cujas consequencias se fazem sentir dia por dia, manifestadas não só na vida privada dos individuos, como até na economia publica.

A maioria dos nossos rebanhos vivem largados á furia das intemperies, ao prazer das molestias infecciosas e contagiosas, ao par da sua fraqueza organica, uriunda da falta absoluta de sangue reprodutor puro e da quasi ausencia profilatica e de saneamento.

Dois são os principais pontos por onde deve ser levantada a pecuaria brasileira: — o modo de reprodução e sua defeza.

Temos sempre diante dos olhos verdadeiras calamidades assolando os nossos rebanhos, ou seja a epidemia da febre afetosa, o carbunculo, a praga dos carrapatos, o berne e tantos outros inimigos dos nossos rebanhos e que graciosamente nos visitam, dadas as facilidades do meio ambiente que encontram.

Tais males não são desconhecidos por aqueles que se dedicam ás lides rurais, nem tão pouco dos poderes publicos que hem conhecem a nossa fraqueza em materia de produção pecuária.

Necessitamos, antes de mais nada, de medidas que ponham á salvo á parte dos nossos rebanhos doentios, medidas essas que consistem na assistência profilática rural, que então devia ser feita por departamento da immediata confiança do Ministério da Agricultura e distribuida por todos os Municípios dos Estados, onde a sua ação se fizesse precisa.

E' impossivel uma bôa produção onde as forças organicas estão enfraquecidas e anemicas.

E' isso que se vê na produção dos nossos rebanhos: ausencia quasi absoluta de bom sangue e pouca defesa sanitaria.

Para o aperfeiçoamento das raças bovinas, cavalares, caprinas, ovinas, suínas, lanígeras, etc., se faz urgente e premente o emprego de bons reprodutores.

Este tem sido um tema inumeras vezes ventilado por pessoas altamente competentes e é a primeira pedra a ser posta na edificação e construção da pecuaria nacional.

Entretanto, é êle o problema mais deficiente que se vê á frente dessa importante industria.

Deficiente porque nem todos os criadores podem á custa propria adquirir um reprodutor para melhoria do seu rebanho; muito mais deficiente ainda quando êsse criador vivo distante dos centros de comercio e das comunicações com os portos maritimos, como sucede para com os criadores de quasi todo o Estado do Paraná, onde uns habitam os longinquos Campos de Palmas, Guarapuava, outros os sertões do Rio Pardo, neste Município de Bocayuva, onde a natureza é por demais benefica e prodigiosa.

A solução mais palpavel, mais pratica, seria encontrar um meio de facilitar ao criador os reprodutores de que ele necessitasse, ou para bom fator de carne, ou de leite, tudo mediante uma pequena razoavel remuneração ao proprietario dos reprodutores, que neste caso poderia ser o proprio Ministerio da Agricultura, assistido por um departamento especial, com séde na Capital da Republica e ramificações nos Estados e Municípios criadores.

Feito isto, ao lado de uma assistencia sanitaria animal localizada em todos os centros de industria pecuaria, dentro de pouco tempo teriamos, por certo, em melhores condições os nossos infelicitados rebanhos.

Poderiam as Prefeituras Municipais encarregar-se do assunto da reprodução, isto é, tomariam a si a guarda dos reprodutores e seu tratamento, tudo executado com a assistencia dos representantes do Ministerio da Agricultura, atendendo as solicitações dos criadores, que neste caso, ou se dirigiam diretamente ao departamento competente, ou mesmo aos Srs. Prefeitos, no sentido de obter a cruz com os seus animais.

O serviço de cruzamento seria feito pela ordem e data dos requerimentos, pagas as taxas que para isso fossem exaradas pelo Ministerio da Agricultura.

Quando os exemplares reprodutores não mais estivessem em condições suficientes para as cruzas, seriam os mesmos entregues ao departamento do Ministerio, ou vendidos em leilão na localidade onde permaneceram até

aquela data, substituídos logo em seguida, afim de não ficar interrompidos os serviços de cruza.

Os demais problemas, como sejam: — pastagens, aguadas, profilaxia, transporte etc., são assuntos menos difíceis e que dependem quasi que do unico esforço e boa vontade dos criadores e invernistas, muito embora, alguns deles como a profilaxia, transporte e a defeza rural sejam complexos e mais ligados aos interesses publicos.

A falta de reprodutores puros para melhoria dos rebanhos é um fato consumado e a prova nós temo-la aqui no Municipio de Bocayuva, onde as aguas são excelentes, as pastagens exuberantes, clima temperado, pou-

co carrapato ou berne, mas, entretanto, não dispomos nem de gado para córte, nem para leite. E, porque? Porque as reproduções vem sendo feitas entre o gado que ha; e o que ha é todo fraco, raquitico e nada poderá produzir que seja compensador?

Tambem precisamos de reprodutores porcinos, para carne e para gordura, visto ser essa um das principais industrias dêste Municipio que o exporta em elevada quantidade, mas que se recente de bôas raças.

O principal fator para o aperfeiçoamento da nossa pecuaria reside na escolha e adaptação das raças a serem introduzidas em nossos rebanhos; sem isso nada será possivel tentar nem realizar.

Visita do Presidente da Republica ao S. E. R.



Os dados estatísticos e os grandes mapas de movimento da Repartição, interpretados pelo Sr. Torres Filho para o Sr. Presidente da Republica.

Evolução do serviço de inspeção na região de Curitiba



(Paraná e Santa Catarina)

Para uma ligeira exposição da ação do Serviço de Inspeção nesta Região, o melhor será seguir-se o fator tempo e, assim, três fases ou períodos distintos surjem perfeitamente nítidos.

A primeira fase compreenderá o lapso de tempo inicial, decorrido até 1921, quando foi realizada uma grande reforma e ampliação do então Serviço de Veterinaria, que será chamada a fase caseira, empirica, sem ação perceptível do Serviço.

A segunda fase compreenderá o decurso havido entre 1921 e 1932, que será chamada fase mixta, porque aí já se fez sentir a ação direta do Serviço em alguns pontos e, indireta, em outros, mas, continuou acentuadamente predominando o período caseiro, tendo, entretanto, surgido alguns estabelecimentos que correspondiam ás necessidades da industria e do regulamento em vigor.

A terceira fase compreenderá o período decorrido de 1932 ao momento atual, de ação direta do Serviço de Inspeção em todos os setores das atividades, como orientador e controlador.

Na primeira fase proliferou e se desenvolveu a pequena propriedade, chamada — colônia — e, como consequencia desta surgiram os primeiros arremedos de fabricas de produtos de laticínios e de produtos suínos, para o aproveitamento comercial do excedente da pequena propriedade rural. O colono ou lavrador baseado nos conhecimentos trazidos de seus países, procuraram, pelos meios ao seu alcance, movimentar e tirar proveito do pequeno capital empregado na agricultura e na industria animal, para envia-los aos centros mais proximos.

De 1921 em diante a pequena colônia, devido ao viço da terra, a menidade do clima e a uma serie regular de outros fatores, surge florescente, a pequena industria caseira orienta-se para horizontes mais largos e os seus produtos cada vez mais volumosos circular não só dentro do Estado, como nos demais, porem, o predomínio da industria caseira ainda é frizante, apesar do aparecimento das primeiras fabriquetas, com fóros de fabricas, em todos os recantos do uberrimos solo paranaense e catariense.

A materia prima aumentou proporcionalmente ao desenvolvimento das colonias e pro-

gressivamente a produção desses inumeros produtos que proporcionam a fartura do colono ou do lavrador e concorrem para o barateamento do custo da vida nos centros populosos que lhe ficam proximos.

Em muitos pontos o Serviço de Industria Pastoral prestou o auxilio devido, sendo, mesmo, acentuada a suação, porém, em outros a sua atuação faliu ou foi quasi nula, alem de indiretamente ter facilitado a implantação de um processo de comercio que ainda hoje perdura, apesar dos estorços em contrario, o da sujeição dos pequenos produtores aos que nada produzem, mas, tudo exportam como produção propria — os intermediarios — que pelas facilidades encontradas junto ao Serviço de Inspeção, registraram suas casas comerciais como fabricas.

Devido a este estado de coisas a evolução da industria como que paralizou, ninguem mais se preocupou em construir fabricas, mas, em compensação, o intermediario entre o produtor e o comprador aumentor e mnumero e, principalmente, em audacia, arrogando-se direitos que ninguem lhes conferiu, o de defensores daqueles que eles mesms oprimem — o colono.

A terceira fase é marcada pelo advento da terceira reforma e transformação do então Serviço de Industria Pastoral em Departamento Nacional da Produção Animal, com serviços regionais mais amplos e orientados sobre outros moldes, o que lhe assegura uma marcha perfeita na assistencia tecnica aos fabricantes.

Atualmente os interessados são atendidos em todas as suas consultas e orientados na construção dos seus estabelecimentos seja pela Inspetoria Regional, seja pelos tecnicos localizados nos principais pontos de maior aglomeração industrial.

A produção é totalmente inspecionada nas fontes de origens, quando o produto sai da fábrica, já leva o certificado de salubridade e as características identificadoras para o destino. Só exportam aqueles que estão em condições de faze-lo, tendo sido excluído quasi todos os intermediarios dos produtos coloniais, agora vão todos diretamente as fabricas beneficiadoras.

Inicialmente tal medida motivou serios contra tempos, varias apreensões foram feitas nas estações da via ferrea, porque a maioria dos fabricantes não querem crêr na continua-

ção das exigências em vigor, mesmo porque os Agentes das Estações, Paradas e desvios, alegando uma serie de considerações, iam deixando passar tudo, viesse ou não acompanhado de certificado, não obstante as reiteradas circulares da Superintendencia da Estrada determinando só permitir embarques de produtos de origem animal se viessem com o respectivo atestado de sanidade passado por funcionarios de Serviço de Inspeção. Esta luta durou quasi um ano, mas, graças á boa vontade da Réde de Viação Paraná-Santa Catarina e o esforço do Serviço, sempre vigilante e atento, no momento tudo está normalizado.

Depois de muita propaganda das finalidades do Serviço de Inspeção, de lutas tensas com a maioria dos fabricantes, grandes e pequenos, foi atingida a fase produtiva propriamente dita, isto é, a fase de compreensão por todos de que as idéias eram boas, de que devia existir uma colaboração mais estreita entre os industriais e os representantes do Serviço de Inspeção, que o nosso fim primordial era auxiliar e orientar, dentro dos limites da lei, todos os que quizessem e não de tolher no mínimo detalhe o progresso crescente das industrias de origem animal. ha muito saídas do período caseiro.

A Região abrange dois prosperos Estados, com uma area de 296.559 km², com uma população suína de cerca de 2 milhões de cabeças, dois decimos do total encontrado em todo o país. Só após o estudo da situação da industria foi possível conhecer o terreno e os principais problemas a serem encarados e resolvidos, sem ferir interesses ou direitos de quem quer que fosse. Baseiado nos conhecimentos e conclusões chegadas, ficou evidenciado a necessidade de dividir a Região em zonas ou setores de inspeção para uma melhor distribuição dos funcionarios auxiliares e dos tecnicos; reduzir ao mínimo o contacto direto dos industriais com a Chefia, visto em cada setor encontrar-se um tecnico capaz de resolver os assuntos de interesses imediatos; por outro lado foi preciso, tambem, encarar a existencia de industrias distintas, de aglomeração industrial perfeitamente delimitada em cada zona, sendo necessário, um encadeiamento de pontos de vistas, afim de que os esforços fossem devidamente conjugados e aproveitados.

Os setores ou zonas de inspeção em que se acha dividida a Região, compreendem varios municipios, onde existem fabricas de produtos suínos, de laticínios, entrepostos de produtos comestiveis, de produtos não comestiveis, cortumes, fabricas de cola, etc. etc., Um tal polimorfismo de industrias requeria um plano de ação conjunta que fizesse sentir igualmente por toda a parte a orientação e a assistência técnica indispensável do

Serviço de Inspeção, principalmente, no que diz respeito ás novas construções, adaptações e remodelamentos de fabricas e, naturalmente, o melhor aproveitamento da abundante materia prima — o porco e o leite.

Os resultados de tal combinação de esforços não demorou em se fazer sentir, assim, os que conheceram anteriormente o Paraná e Santa Catarina, poderão, imparcialmente, dizer o muito que já foi feito o que poderá ainda ser realizado em prol das industrias de origem animal, nesta futura Região.

Existiam nos dois Estados perto de trezentas fabricas registradas, que extorvam livremente produção sua ou dos colonos. Muitas ainda hoje existem, completamente transformadas, outras nunca existiram e, finalmente, muitas outras seguindo a lei imutavel da natureza desapareceram, por morte do proprietario, falencias, desistencias, etc.

Do exposto conclue-se que era necessaria uma providencia imediata e energica para sanar tal estado de coisas; foi quando o S. I. P. O. A. resolveu considerar caducos todos os registros existentes no antigo S. I. P., levando em consideração o processo irregular como fora feitos. A consequencia dessa resolução foi a revisão do registro de todas as fabricas, em 1934. De posse da copiosa documentação, colhida "in loco", a Diretoria do S. I. P. O. A. cancelou de uma só vez o registro de mais de uma centena de estabelecimentos, porque, em absoluto, não justificavam as regras de que gosavam e, mesmo, porque, a maioria nada possuia que se assemelhasse remotamente a uma fabrica.

Muitas outras foram toleradas, visto serem possíveis de adaptação ou de remodelação entretanto, devido a uma constante vigilancia e a premencia de execução das exigencias regulamentares em vigor e, apesar das varias prorogações concedidas, terminaram desistindo de se enquadrarem ao regulamento, e, desta forma, desapareceram mais algumas, o que veio facilitar a tarefa de inspeção na fonte de produção.

A concretização do que fica afirmado, está patente no numero atual de fabricas e entrepostos novos, sujeitos a inspeção permanente, com uma produção controlada e exportação maior do que nos anos anteriores.

Não é possível, entretanto, um termo de comparação com as gestões anteriores pela falta absoluta de documentação, mas, se compararmos a produção e a exportação dos três ultimos anos (1933 a 1935) chegar-se-á a conclusão de que o desenvolvimento foi rapido, nada sofrendo a economia ou a industria com as medidas postas em pratica.

A revisão e a pertinacia dos funcionarios bem intencionados, modificaram totalmen-

te o ambiente de má vontade existente, além de desafogar o Serviço de Inspeção e aos indústrias que desejaram. Os que julgaram inexecutable o regulamento, hoje, são os propugnadores da necessidade inadiável de executá-lo em toda a sua extensão.

Atualmente, existem na Região aproximadamente 80 estabelecimentos sujeitos à inspeção, contando-se com os entrepostos. A grande maioria são estabelecimentos novos, outros remodelados, distribuindo-se pelas Zonas de Inspeção de Aguariáiva, Ponta Grossa, Curitiba, Herval, Joinville, Blumenau e Florianópolis. Os nomes das localidades citadas, referem-se as sedes dos setores de inspeção, os quais, por sua vez, se dividem em distritos ou destacamentos isolados.

Todas as zonas de inspeção estão diretamente subordinadas à Curitiba e os destacamentos às Chefias locais. Os encarregados têm autoridade para resolver os casos simples e de urgência, dependendo de aprovação de Curitiba tem material e funcionários de acordo com as possibilidades das verbas distribuídas e do quadro do pessoal que coube a esta Inspeção Regional, por ocasião da última reforma, quadro este que ainda permanece com o mesmo efetivo.

Foi ponto estabelecido desde o início, manter pelo menos um funcionário, em cada estabelecimento que comportasse inspeção permanente, visto só assim ser possível uma organização regular e eficiente. Pensar de outro modo, é desconhecer por completo os inúmeros fatores que concorrem diretamente ou indiretamente para neutralizar os mínimos esforços dos que se acham possuídos do desejo de produzir, de alcançar um ponto previamente determinado na finalidade do S. I. P. O. A.

Entre as fábricas atuais registradas ou em processo de registro, salientam-se pelo aprimoramento da construção e do aparelhamento os de: — Jaguariáiva — "Frigorífico Matarazzo" que, ultimamente, vem passando por uma reforma radical e aumento de suas dependências, as quais terminadas, poderá ser equiparado aos melhores existentes no país. Herval, — "Frigorífico Modelo" da firma Saulle Pagnoncelli & Filhos, vasto estabelecimento, recém-construído em uma zona onde há menos de dois anos só existiam os intermediários que, registrados, exportavam a produção das ricas colônias que florescem nos vales dos rios do Peixe e Uruguai. E' uma fábrica moderna que honra e demonstra não terem sido nulos os esforços desenvolvidos para um melhor aproveitamento do porco. Joinville-Jaraguá-Fábrica de Laticínios da firma Wiehlme Weege, em Rio do Serro que, pode ser considerado o melhor estabelecimento de toda a Região, pelo menos,

até que seja inaugurada a da firma Jensen & Cia. Este também, poderá servir de testemunho do quanto foi realizado, pois, anteriormente, existia no mesmo local alguma coisa que os seus donos davam o nome de "fábrica". Na mesma localidade e pertencente a mesma firma, dentro em breve será inaugurada uma nova fábrica de produtos suínos que, será um ótimo estabelecimento.

Blumenau-Itoupava, dentro em breve, será inaugurada a melhor fábrica de laticínios da Região, da firma Jensen & Cia.

Florianópolis-Tubarão-Existe uma boa fábrica de produtos suínos, especializada para o beneficiamento da banha dos associados, em sua maioria, colonos, pertencente a Sociedade Anônima de Banha Catarinense, filial do Sindicato RioGrandense de Banha.

Poder-se-ia citar uma regular quantidade de outros estabelecimentos de menor capacidade produtiva, todos recentemente contruídos ou adaptados que satisfazem todos requisitos regulamentares em vigor, mas, tal enumeração torna-se em parte desnecessária, porque a finalidade da presente exposição é demonstrarmos os períodos ou fases percorridos pelo Serviço de Inspeção nesta Região e os efeitos da sua ação.

Possibilidades da suinocultura — Na Região do Paraná e de Santa Catarina a suinocultura será sempre um fator de grande futuro. O porco tem sido e será sempre a base da alimentação das populações rurais, além de concretizar de certo modo a independência e o bem estar dos pequenos e médios proprietários agrícolas dos Estados do Sul.

E, principalmente, nas regiões colonizadas por elementos estrangeiros que se encontra maior porcentagem de cria e de engorda desse precioso animal que, vale o que rende além de transformar rapidamente o que absorve em carne e em bordura.

Nesta Região a criação de suínos tem se limitado ao colono previdente, que produz para o seu consumo, vendendo, somente, as sobras, isto é, o que não pode aproveitar para o seu consumo. Agora, com a melhor orientação e com o aparecimento de bons estabelecimentos que garantem a compra de qualquer quantidade, dentro e fóra do Estado, observa-se um surto alentador no desenvolvimento da cria e da engorda do porco.

Ha dois anos atrás, eram raros os estabelecimentos registrados que bem mereciam, o nome de fábrica, porque não tinham instalações suficientes, nem capacidade para grandes matanças, mesmo porque o modo de comércio em voga não lhes permitia senão matanças reduzidas, porque com raras exceções permaneciam no mais profundo sono primitivo, alheios a qualquer tentativa de progresso.

Estes pequenos estabelecimentos eram todos registrados no S. I. P. e pontilhavam todos os setores do solo paranaense e, principalmente, o catarinense. O principal modo de comércio era a compra direta de gordura já fundidas, de carnes salgadas e de produtos de salsicharia elaboradas pelos colonos. O fabricante o intermediário após a aquisição de regular stock de tal mercadoria, envasava-a em vasilhame vistoso e exportava para as praças de Rio e São Paulo, como produção própria.

O que ficou dito com relação aos produtos cárneos poderá aplicar-se aos de laticínios, manteira e queijos de diversos tipos.

Em zonas mais adiantadas era costume o colono sacrificar, longe das vistas da inspeção, os seus animais, retirar o que mais lhe convinha e levar o restante (carcassas ou partes de carcassas) às fabricas registradas que, tudo recebiam e transformavam em produtos de salsicharia, carne salgada ou banha.

A produção e a exportação eram fiscalizadas, via de regra, nos pontos de destino ou portos de embarque. Chegada a mercadoria ao destino, era retirada mediante um termo de compromisso assinado pelo responsável ou seu representante, o qual se comprometia submeter-se à resolução do Serviço, após o exame de laboratório. Este documento era mais para fins de moralização, que de garantia de salubridade do produto, porque o destinatário, geralmente, um comerciante, retirado o produto que lhe vinha em consignação ou por compra direta, tratava de vendê-lo o mais rapidamente possível para evitar prejuízos.

Voltando ao assunto "possibilidades da suinocultura" na Região, consideraremos que qualquer raça de animal tipo para este ou aquele fim, é o resultado da evolução orientada de uma raça primitiva, de exigências dos mercados consumidores, do clima, da alimentação, do sistema de criação adotado, do custo da produção e dos lucros que pode fornecer ao explorador no menor espaço de tempo possível.

Nestes dois Estados, temos tudo, as raças especializadas importadas e já aclimatadas e ótimos produtos delas descendentes, o mercado sempre desejoso de demais e de melhor clima excelente, só o que é precário é a alimentação racional, os cuidados higienicos, a assistência técnica dos poderes públicos na salvaguarda dos rebanhos, os conselhos de técnicos especializados, etc.

A evidência dessa afirmativa, que não é nossa, teme-la a cada passo diante de qualquer observador, a regressão das raças especializadas ao tronco primitivo, se abandonadas a si mesmo, como sucede no nosso meio.

Os pequenos criadores descuidam todos esses fatores indispensáveis a obtenção de ani-

mais de conformação perfeita, porque desconhecem a arte de criar conservando os caracteres fixos do animal e por que lhes falta quem os oriente devidamente, além de terem uma mentalidade errônea quanto aos cuidados higienicos e as necessidades alimenticias do porco.

Via de regra, são criados na mais íntima promiscuidade com outros animais e com o seu dono, em verdadeiros pantanaís, onde desagüam resíduos e detritos de todas as procedências ou então em terrenos impróprios, onde o animal trabalha muito para obter algum alimento.

Não se poderá dizer que existem raças puras ou especializadas na Região para a produção de carne ou de gordura, porque, a iniciativa é privada, entretanto a boa vontade do criador falece ante a falta de assistência das autoridades na matéria.

Existe de tudo, mas, nada deminido, alguns animais ainda conservam patentes os seus caracteres étnicos, outros em franca regressão a raça que serviu de lastro, todos assolados pela verminose, pela tuberculose e pelas molestias de carencia alimentar.

O pequeno proprietário cria somente com a finalidade de obter gordura ou carne, pouco lhe importando a raça e o escasso rendimento que, muitas vezes não atinge 50%.

Se bem orientada a suinocultura nas terras paranaenses e catarinenses, poucas poderão sobrepo-la, porque, tudo é promissor. O porco é encontrado por toda parte, em maior ou menor quantidade, adapta-se com facilidade aos diversos climas e meios agrícolas em uso na Região.

A sua alimentação é variada, não tem propriamente dito predileção por esta ou aquela comida, tudo lhe sabe bem, sendo absorvido com sofreguidão, desde o pasto comum, as raízes silvestres, verduras, frutos, farinhas tortas aos resíduos da cozinha e das fabricas.

Como assimilador, leva vantagem a qualquer outro animal; ele sabe, como nenhum outro, tirar o maximo de proveito de tudo quanto absorve, para si e para o seu dono.

Nenhum outro animal, proporcionalmente, ao seu peso vivo, é susceptível de engordar mais rapidamente, dando um rendimento líquido de 70% e mais porcentos. Junte-se a todas essas qualidades próprias da especie, predominantes especialmente nas raças precoces, a sua incomparavel proliferação e concluiremos que o porco é um animal maravilhoso, nada resistindo ao seu estomago que, tudo assimila e transforma em carne ou gordura.

A industrialização racional do porco nos meios coloniais é um dos mais serios problemas que terá de resolver o Serviço e que requer uma solução urgente, por isto, deve merecer

um estudo minucioso e do plano traçado não ser permitido nenhum afastamento, enquanto não fôr atingido o fim desejado.

O maior obstáculo está no costume inexplicável do colono abater os seus próprios animais, transporta-los em carretas, sacos ou lombo de animais aos fabricantes registrados ou não, que os recebem.

Para uma solução rápida o Serviço terá de lançar mão de medidas drásticas, terminar de uma vez com as prorrogações de vigoração do regulamento, caso contrário não será possível convencer o colono de levar os animais vivos ao fabricante de sua escolha.

Nenhum meio brando tem dado, isto é, tal medida seria a morte do pequeno produtor, a falta de estradas ou caminhos transitáveis para conduzir os animais, as distancias a serem percorridas variam de alguns a centenas de quilometros, o animal gordo não resiste, os animais enxutos não compensam o trabalho. Nestes pontos se firmam e não ha quem os faça compreender o contrario. Realmente, em alguns pontos estão com a razão, mas, se o Serviço fôr encarar o assunto por todas as suas faces, nunca chegará a uma solução de valor.

Todo o movimento feito no sentido de sustar tão insolito estado de coisas, encontra pela frente seria resistencia, não do colono, porque, este muitas vezes desconhece o que se está passando, ignora até que a classe está servindo de bandeira para a justificativa de situações que não resistem a mais benigna critica. Os que mais reclamam e deblateiam são os pseudos — fabricantes — recebedores de produtos da colonia — que não se conformando em perder tão facil comercio, recorrem a todos os meios para evitar o encaminhamento da solução de um problema que é das mais faceis, desde que só se veja a parte sanitaria da produção.

A manipulação do porco dentro dos dispositivos regulamentares e industriais é viavel, desde que seja possível e coexistencia, no mesmo plano, do criador e do engordador, como se processa geralmente com a especie bovina.

O comprador existe e existirá sempre, porque as industrias derivadas do porco crescem proporcionalmente ao desenvolvimento da po-

pulação humana, principalmente, das classes obreiras, cuja alimentação restringe não raras vezes aos produtos de salsicharia, encontrados em toda a parte.

Se o Serviço pretende de fato resolver a situação embaraçosa em que se encontra, terá de encarar em primeiro lugar, a salubridade da produção lançada no consumo, deixando de lado a parte econômica das industrias caseiras, porque satisfazer ao mesmo tempo os dois prtidos é humanamente impossível.

Para resolver em definitivo o assunto que já tem dado tanto trabalho, apresentam-se três caminhos distintos e o alcance do Serviço:

a) — proibição irrevogavel da entrada nos estabelecimentos, sob inspeção, de produtos de origem colonial (carnes, gorduras, salsicharias);

b) — ordenar o estabelecimento nos principais pontos de criação ou proximo deles, de matadouros capazes para dar vazão a toda a produção viva estabelecimentos estes que ficarão sob o controle do Serviço;

c) — fomentar e obrigar o criador ou o engordador a levar diretamente os animais ao fabricante, porque na Região não existe feira de animais.

Qualquer um dos caminhos apontados que fôr seguido, dará naturalmente margem a vários problemas de relativa importância, os quais devem ser resolvido sem esmorecimentos e rapidamente, porque a menor vacilação representará o fracasso; são soluções violentas, não resta duvida, mas, plenamente justificáveis pela finalidade que visam

PORCENTAGENS verificadas das molestias mais comuns ao rebanho proximo da Região, mencionaremos, sómente, as principais, para não tornar muito extensa o apanhado que estamos fazendo.

Predominam na Região as raças crioulas e mestiças das americanas, inglesas e alemães.

Se considerarmos o sistema de cria, usado nos dois Estados chegaremos a conclusão de que as porcentagens encontradas são bastante elevadas, principalmente, a que diz respeito ás verminoses.

	1933	1934	1935
<i>Matança total</i>	118.508	182.845	292.418
<i>Tuberculose</i>	762	2,162	3.005
<i>Porcentos</i>	0,6	1,2	1,1
<i>Cisticerose</i>	4.378	9.975	19.112
<i>Porcentos</i>	3,7	5,4	6,5
<i>Stephanurose</i>	93.300	143.034	227.740
<i>Porcentos</i>	78,7	78,2	77,8

TERMO de comparação dos movimentos de matança, produção, exportação e valor comercial global, durante os anos de 1933 — 1934

— 1935 registrados na Região de Curitiba. — (Estados do Paraná e de Santa Catarina).

<i>Animais abatidos</i>	1933	1934	1935
Suínos	118.705	182.845	292.418
Bovinos	2.094	2.282	2.837
Ovinos	55	75	6
Caprinos	197	456	580
Totais	121.051	185.658	295.841
<i>Produção global:</i>			
Gorduras	4.334.905	9.438.992	17.539.122
Carnes	5.785.695	11.266.777	11.179.282
Prod. ind. diversos	901.987	852.130	1.559.354
Lactínicos	925.000	1.253.827	1.913.958
Totais	11.957.587	22.811.726	32.191.716
<i>Valor comercial</i>	27.350:000\$000	48.200:644\$000	73.378:382\$760
<i>Exportação interestadual</i>			
Gorduras	3.489.120	12.669.404	15.756.558
Carnes	4.389.601	7.406.886	10.008.767
Prod. ind. diversos	177.097	1.198.418	1.192.997
Lactínicos	890.800	1.588.589	1.685.085
Totais	8.946.620	22.863.297	28.643.407
<i>Exportação internacional:</i>			
Prod. ind. diversos	—	423.297	1.119.866

Os quadros acima referem-se, somente, ao que foi controlado pelo Serviço de Inspeção e

saído de estabelecimentos com inspeção permanente.

Valor comercial comparado entre:

1933

1934

1935

CONCLUSÃO

Considerando o muito que já foi feito junto aos fabricantes para modificar o ambiente hostil, com que sempre receberam o Serviço de Inspeção Federal;

Considerando o progresso crescente das indústrias de produtos suínos e de laticínios, verificado nos últimos anos na Região;

Considerando a necessidade de o Governo promover a padronização dos produtos de origem animal, não só quanto ao seu acabamento, como no que diz respeito a nomenclatura e a apresentação comercial

Considerando a necessidade de uma colaboração mais estreita entre o fabricante e os representantes do Serviço para um melhor encadeamento de orientação quer federal, quer industrial;

Considerando ainda de urgência e de indispensável necessidade a proibição do recebimento pelos fabricantes de produtos comesti-

veis, elaborados pelo colô, devido aos riscos a que se expõe o consumidor.

Conclue-se que deverá ser estudado e elaborado em plano de ação pelo S. I. P. O. A. que abranja todos os pontos acima apontados e a outros quedigam respeito a um melhor aproveitamento da finalidade do Serviço de Inspeção, o qual deverá ser seguido em todas as Regiões, dando-se naturalmente, um prazo razoável, além dos até aqui já concedidos, afim de que os interesasdos se enquadrem no ritmo industrial que nos é devido, como país essencialmente agrícola que, precisa sair do periodo caseiro em que vive, aproveitando todas as energias capazes para ocupar o lugar que lhe está reservado entre os povos civilisados.

Eduardo Ribeiro de Queiroz — Do Serviço de Inspeção.

Matérias primas de algodão

O algodão, compreendendo o algodão em rama, e em fio, o linter, os resíduos e o caroço, representou 20% sobre o total da exportação do ano corrente. No mesmo periodo do ano passado, tais produtos tinham cooperado apenas com 18%, percentagem que no ano em curso, praticamente, foi coberta só pelo algodão em rama não obstante ter caído o avlor unitário deste produto, que de reis 3:878\$000 passou para 3:441\$000 a tonelada.

O linter, cujo preço por unidade também caiu de 1:248\$000 para 1:230\$000 a tonelada apresenta, entretanto, no conjunto da exportação, um aumento de 27.156 contos, correspondente a 22.475 toneladas. Os resíduos de algodão, igualmente, sofreram sensível queda no valor unitário pois de 3:016\$000 passou a 1:822\$000 a tonelada, mas as suas remessas para o extrieor subiram de 1.334 toneladas (4.024 contos) para 2.814 toneladas (5.126 contos).

Entretanto, o algodão em fio registrou aumentos sob todos os aspectos. Os embarques desse produto subiram de 622 toneladas (5.961 contos) para 2.160 toneladas (5.961 contos) para 2.160 toneladas (27.395 contos), tendo o seu preço por tonelada passado de 9:584\$000 para 12:648\$000. Convem não esquecer que a exportação de fios de algodão, em consequencia da resolução da Comissão de Defesa da Economia Nacional, aprovada em Setembro ultimo pelo Sr. Presidente da Republica, se acha proibida, temporariamente até que se normalize a situação do mercado interno, que está absorvendo toda a produção nacional.

Completando esses dados, o Boletim do Conselho Federal do Comercio Eterior informa que o caroço de algodão, por sua vez, melhorou ligeiramente de preço: de 236\$000 se elevou para 298\$000 a tonelada, mas a eportação diminuiu de 12.437 toneladas (22.935 contos) para 457 toneladas (732 contos).

Auxílio oficial exclusivamente para importação de reprodutores de alta categoria e realmente melhoradores

Por Vicente Lucas de Lima

Por intermedio da benemerita "Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul", representante genuina de dezenas de filiadas, fui convidado para apresentar a tese sobre reprodutores importados, distribuida pelo "Congresso Nacional de Criadores a reunir-se de 18 a 25 de Julho, no Rio de Janeiro, incumbência de que me desobrigo com este perfunctorio e modesto trabalho, agradecendo a mimia gentileza e distinção da honrosa lembrança apesar dos meus piores préstimos. Nada prometo de novidades, no caso que vou focalizar, porque outros mais competentes do que eu já o fizeram, e que foi distribuido pela bondade da "Federação Rural".

Passo, sem mais considerações e preambulos, diretamente ao assunto que me foi confiado.

O auxilio oficial exclusivamente para importação de reprodutores de alta categoria, parece, á primeira vista, simples de deslindar, mas, ao meditar nele constata-se sua complexação por ser ele de natureza complexa e de solução difficil. "Desde que se criou o primeiro núcleo associativo no país, a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, tendo á sua frente o Marquês de Alvantes, Dr. Nicolau Moreira e outros, estabeleceu-se o primeiro elo da melhoria de todos as materias primas, não escapando a que se refere aos animais domesticos. Desde essa época vieram á baila os problemas agricola-pastoris. "Em serie amical, criou-se o Instituto Fluminense de Agricultura, presidido pelo Visconde de Bom Retiro. Estas duas sociedades tiveram como diretores e cooperadores os espiritos mais cultos daquela época, que se infileiraram em luminosa série: Brigadeiro Bruzlamarque, Conde de Gestas, Barão de Capanema, Barão Homem de Melo, prof. Saldanha da Gama, Dr. Pais Leme e muitos outros. "Posteriormente formou-se um novo elo dessa memoravel cadeia, ao surgir a já benemerita Sociedade Nacional de Agricultura, inaugurada em 16 de Janiro de 1887, que criou a notavel revista A LAVOURA, em cujas magistrats paginas ventilaram-se os problemas que dizem com a nossa economia, desde os mais simples aos mais complexos. A ação da Sociedade Nacional de Agricultura, sobre a protetora influencia dos emi-

nentes cidadãos: Drs. Enes de Sousa,, Campos da Paz, Moura Brasil, Pereira Passos, Jacy Monteiro, Carlos Travassos, Luis Pereira Barreto, Germano Vert, Fonseca Hermes, Sergio de Carvalho, Oliveira Bulhões, Ricardo de Carvalho, Wenceslau Belo e muitos outros, já prolificou; porque, hoje são incontaveis as associações de carater rural no país que dedicam ao aperfeçoamento das culturas, da criação e da economia". Este trecho é de minha propria palavra, dum artigo publicado em 1912.

O assunto que vou abordar, repito, é de carater complexo e difficil, porque a compra de reprodutores de elite depende de diversos fatores e funda-se num arduo passado dos criadores e sociedades rurais, que se não pouparam a grande dispendios, que supõe a seleção dos gados, trabalhando mais para o futuro que o presente. Sim, é de natureza complexa, porque sem o preparo do terreno por mais de uma geração, senão conseguiria introduzir reprodutores de *pedigrêe* nas nossas vacas peduladas!

Foi preciso tambem preparar os campos para alimentarem animais mais exigente, quanto ao meio cosmico e mesmo social e quanto aos fins colimados visto seu melhoramento torna-los mais fracos, mais linfaticos, tornando-se assim mais difficil sua acomodação e aclimação, naturalmente mais dispendiosa.

O melhorament odas raças supõe um trabalho extenuante, que não pode ser efetuado somente pelo esforço individual, pesar de escorado pelas gerações anteriores, por depender dum financiamento custoso, e por isso impõe-se o auxilio dos governos para o bom acabamento da patriótica obra, pois o melhoramento se não circunscreve somente ao do aumento — por que se impõe tambem a limpeza dos campos, melhoramentos das aguadas, criação de pastos artificiais e estoques, com constancia e solicitude, para que se ajustem bem os novos emparelhamentos, dos reprodutores! Sem um verdadeiro e meticuloso cuidado seccional de ventres para a reprodução, já em franca mestiçagem, não será possivel uma melhoria positiva deixar tudo a lei natural, ao léo da sorte, que teria a vantagem de se criarem animais nativos e resistentes ao ambiente, apesar de sua pouca aptidão para satisfazerem ás exigencias do paladar moderno.

Mas, neste caso, os criadores brasileiros dariam uma iréia tristíssima da sua competência e de refratário ao trabalho, que é vida!

Por isso continuo afirmando que o assunto que venho abordando, é de natureza complexa.

O Rio Grande do Sul, devido sua excelente posição geográfica e geológica onde é perene um clima saudavel e ameno, quasi ideal para pastoril; onde abunda a agua potavel fornecida por verdadeira rede de arroios, rios e lagoas; onde as culentas e nutricutes gramíneas, pululam; presta-se admiravelmente para acomodação e aclimação das grandes raças européas! No Rio Grande do Sul, os animais domesticos, melhorados por seleção cruzamento continuo encontraram tudo o que é necessário ao seu desenvolvimento organico e excelentes abrigos naturais, que o transformam em paraíso da pecuaria. Não é alem disso possivel dos cataclismas que infelicitam outras regiões, da terra, com terremotos, secas prolongadas, inundações, ciclones etc"!

Neste elogio regional, não vai menoscabo as demais regiões brasileiras, mesmo porque, em todas elas podem criar-se excelentes animais melhorados para o corte e leite, citando-se como exemplo o operoso São Paulo, onde já está melhorando uma das grandes raças autóctones — a caracú de dupla aptidão.

O que disse acima, sobre as possibilidades do Rio Grande quanto ao melhoramento das raças, é uma palida idéia das suas condições de progresso gadeiro. A maioria de suas vacas principalmente, as fronteiriças, podem receber vantajosamente reprodutores de *pedigrêe* provenientes de quaisquer rebanhos aperfeiçoados. Futuramente, ele deverá sua propriedade aos seus proprios recursos naturais, que poderão fornecer reprodutores de *pedigrêe* e puros por cruzamento continuo aos rebanhos das outras unidades federadas da Nação. Mas, ele não deixa de sofrer o reverso de sua medalha, porque como os demais Estados, ainda ha muito que elaborar, para que seus rebanhos gozem dum pleno progresso gadeiro, como soe — dar-se no Uruguai e principalmente na Argentina, os quais devemos parte dos nossos progressos pecuarios!

No nosos caso particular, tem-nos faltado um mais esclarecido e energico apoio dos governos, mas, mesmo assim a verdade ordena que se declare algo tem feito de bem. Alem disso, é preciso uma propaganda intensa e ativa para que se produza o retorno dos fazendeiros as suas estancias, rumo ao campo, para que sejam melhor atendida, e para que eles tenham um trato mais intimo com seus rebanhos que pela sua pureza, já precisam mais de sua caribo e da sua assistencia. Sim, a presença constante deles junto dos seus estabelecimentos é a chave mestra da sua economia. So-

mente de tal arte, o criador poderá preparar seus reprodutores para venda e novilhos para a exportação de excelente carne.

Os ingleses para citar somente os vanguardeiros do melhoramento das raças, iniciaram o seu aperfeiçoamento a mais de dois seculos.

Neste particular, vou citar outro trecho de minha lavra dum artigo publicado em 1907. "Devemos ao eminente criador Bakevel e aos irmãos Colings, a applicação dos metodos de seleção e consanguinidade aos animais domesticos. Por um trabalho inteligente perseverante eles desenvolveram a sua precocidade, utilizando-se da consanguinidade, seleção e ginastica funcional, desenvolvendo neles a carne e o leite e todas as qualidades inerentes aos fines usados".

Segundo a opinião do Sr. C. A. Arcena, são precisos, desde que não advenham accidentes que interrompam o cruzamento, 23 anos para conseguir-se um nucleo de gado puro por cruzamento. Sendo assim, que de tempo, que de esforços serão precisos para conseguirem-se reprodutores melhoradores dos rebanhos.

O que ficou externado, prova á sociedade que da fonte onde se obtiveram os reprodutores, depende metade do sucesso e quanto melhor for o semental adquirido mais facil tornar-se-á a resolução do problema.

Nos países europeus iniciam-se o melhoramento a mais duma centena de anos donde puderam eles fornecer, com vantagens, seus reprodutores aos outros países. Mas, no caso, precisamos ir procura-los fora do país se quisermos progredir.

Urge, pois, encaminharem-se as importações com mais enrgia, porque o paladar exigente dos consumidores, requer carnes mais tenras.

Uma tal ordem de considerações obriga os criadores a melhorarem seus gados rapida e intensamente, para, dentro do mesmo numero, aumentarem as toneladas de carne.

Os obices aos trabalhos dos criadores desde que não sejam amparadas pelo auxilio desinteressado dos governos, são quasi intransponiveis, em vista das grandes somas a inverter em reprodutores. Porque com os melhoramentos já efetuados se não podem introduzir quaisquer reprodutores em seus rebanhos, quanto ao Rio Grande do Sul.

Os criadores europeus, principalmente os ingleses para frustarem-se a tais obices, viveram sempre em eterno contacto com seus animais.

Os criadores daqueles tempos, conservavam-se sempre junto de seus rebanhos, vivendo vida frugal, sadia, aproveitando o silencio do campo para apurar suas observações e se aprofundarem no estudo da natureza, para modificarem as inestimáveis qualidades de reformadores, em que forem mestres. O trato contínuo com seus animais através de muitas gerações, edificou o pedestal em que se devia eternizar sua gaderia aperfeiçoada!

Infelizmente os costumes nossos são totalmente opostos aos deles, porque o obsentismo dos criadores, abandonando suas fazendas para viverem nas cidades, deixou-as em completo abandono! Com tal procedimento, este perdeu a função educativa, que dava aos antigos o contacto intimo com seus rebanhos, perdendo assim as melhores qualidades de todo o bom criador, por isso o atual, com raras exceções, não possui aquele olhar exercitado que, ao simples golpe de vista, dicernem, aprecia e reconhece as boas ou más qualidades dos reprodutores!

Os nossos criadores sem exclusão dos riograndenses do sul, primam ao envês dos ingleses, por um criminoso exodo rural, perdendo o contacto com os animais, deixando-os num abandono detestavel! De tal modo é difficil sinão impossível o melhoramento das raças.

A boa escolha dados os novos metodos e novos rumos zootecnicos, onde predominam a observação, a capacidade pratica e tecnica, somente pode efetuar-se com a assiduidade no trabalho rural.

O norte, anunciamos, para citar um exemplo altamente edificante, introduziram nas suas fecundas reprodutoras seletos das melhores raças européas, afeiçoando-as e adaptando-as ás condições do seu novo *habitat!* Eles tem como principio estabelecido que: "O melhor reprodutor para produzir o melhor gado".

Este ponto de vista, quanto a nós, só poderá realizar-se com o auxilio decidido dos governos porque, os reprodutores de alta linhagem são caríssimos, de modo que escapam as posses individuais.

A sua escolha deveria ser dada a criadores de reconhecida competencia e com longa pratica no manejo dos rebanhos, porque a maioria dos ventres que possuímos se não prestam ao emparelhamento com animais de grande parte. E' preciso notar-se que a seleção natural deu-se morosamente pela vitória do mais forte logo é lógico, que o acasalamento artificial pela mão do homem seja anodico, inteligente e pelos melhores processos zootecnicos para sobre pregar aquela; porque é proibido aos homens desvendarem os misteriosos arcanos da natureza, sujeita á infle-

xivel fatalidade das leis atavicas, que soem produzir increditaveis surpresas! "Os filhos não são o resultados de seus pais somente sinão tambem de seus antepassados".

A escolha de reprodutores para os variadissimos tipos de rebanhos do país na sua maioria de inferior qualidade e cria do ao léo da sorte, cheios de vermes, piolhos carrapatos, e apacentados em campo mal cuidados, é um problema quasi insolúvel! A solução desta como dos demais problemas a atacar, obrigaram aos mais conspícuos profissionais das industrias rurais, a se reunirem em Congresso na Capital da Republica.

Paralelamente com o melhoramento dos gados, deve-se tratar do melhoramento dos campos; limpando-os e expurgando-os os do que eles tem de ruim; criando campos artificiais de aveias por exemplo; drenando terreiros paludoros; melhorando aguadas etc.; dividindo-os; dotando-os de tapagens que privem a mesada das fazendas e etc.

Em finalizando, que não estender esta além de praxe, vou focar o caso da escolha de reprodutores de elite. Ha duas condições principais atender: escolha de reprodutores de altas qualidades melhoradas e o financiamento do negocio.

Os rebanhos brasileiros necessitam desse renovamento eterno de sangue puro por especimes de alto valor zootecnico, para que se torne positiva a melhoria do aumento brasileiro.

Como já disse, o numero do gado de alta mestiçagem no Brasil, é muito reduzido. E' a não ser no Rio Grande do Sul ainda se conserva o embrião o seu melhoramento executando S. Paulo, que patrioticamente empreendem o melhoramento do gado autoctone caracú e tem introduzido reprodutores alienigena, melhorados.

Sendo assim a resolução deste problema deve limitar-se as necessidades dos rebanhos em franca mestiçagem, introduzindo-se nos gados de menor mestiçagem, reprodutores puros por cruzamento continuo oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, que os pode fornecer tambem puros com pedigrée em regular escala! Os reprodutores assemelham-se muito aos uruguaiois, que antes a nobreza dos tipos.

Pelas razões epostas, vê-se que se precisa ainda importar touros puros por cruzamento para "a natureza não dá saltos".

Chegou a vês do financiamento para importação de reprodutores de alta categoria, sendo esta uma questão de vida ou de morte para a industria pecuaria nacional.

O financiamento, para compra de reprodutores seletos alienígenos, somente pode efetuar-se vantajosamente, com o concurso desinteressado dos governo. Porque, em geral, a compra de tais reprodutores custa fabulosas quantias, que escapam ás posses ainda dos mais ricos proprietários, desde que provenientes dos centros criadores europeus.

Egotando o assunto, nos limites desta tése, vou terminar por conclusões que resumem os postulados que aderiu em sua defesa.

Conclusões, á tése "auxilio oficial exclusivamente para importação de reprodures de alta categoria realmente melhoradores".

1.º — E' preciso que, se importem os reprodutores de pedigrée, dos países onde existem os melhores nucleos de reprodutores;

2.º — que provenham de países cuja semelhança de ambiente facilite sua acomodação e aclimação ao novo *Hbial*, passando pela emunização necessaria, antes de embarcagem.

3.º — os reprodutores apresentem distintamente todos os caracteristicos de uma raça para que bem preencham os fins a que se destinam;

4.º — que, se evitem os animais nessonamente resfriados pela consaguinidade;

5.º — que se evitem os intermediarios incompetentes ou que os encomendam em lugar de irem pessoalmente escolhê-los;

6.º — que aos governos compete, como medida de precaução publica, a introdução dos reprodutores de pedigrée e dos puros cruzmentos custeados as despesas por sua conta, para fornece-los aos criadores que possuam gados em condições de recebe-los;

7.º — que para adquiri-los os governos, nomeiem comissões de três membros compostos de dois criadores e dum veterinario de comprovada competencia e de isenção de animo para resolução de tão magno e patriotico cometimento.

Confederação Rural Brasileira

Instituição composta de associações agrícolas de todo
o Brasil, mantendo representação
permanente da classe junto do Conselho Federal
do Comércio Exterior

Séde: Largo de S. Francisco 3, 2.º, Salas 202/206

As semanais da sociedade nacional da Agricultura

Sessão de 25-4-42

Reuniu-se, a 22 de Abril, a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura. Estavam presentes representantes de algumas fabricas produtoras de maquinas agricolas e instrumentos indispensaveis ao trabalho da terra, especialmente convocadas afim de, em conjunto, examinarem os motivos que contribuem ao encarecimento e falta desses artigos indispensaveis á manutenção da produção agricola do país.

O Sr. Torres Filho, que presidiu os trabalhos, depois de expor a situação da lavoura em face desse fenomeno, como tantos outros oriundos da situação anormal por que atravessa o mundo, deu a palavra ao representante da Companhia Mecanica e Importadora de S. Paulo, que feriu um dos principais aspectos dessa crise, e que é a dificuldade da obtenção da materia prima para o fabrico desses instrumentos, principalmente de enxadas. A materia prima a essa industria é constituida pelos aros usados ou bandagens das rodas dos vagões de estradas de ferro, que ha dois anos custavam pouco mais de \$500 o quilo e que, hoje, não se obtem senão pelo quántuplo. E' assim que a Companhia Sorocabana, na ultima concorrência para venda desse material, rejeitou daquela empresa o preço de 2\$300 o quilo. Ficam, assim, as fabricas privadas de continuar a fabricação, se uma providencia não for tomada, e de vez que não ha outro material que dê bons resultados. Mesmo ao preço de 2\$300, a enxada de 3 libras não poderia ser entregue aos revendedores senão a preço superior a 15\$000 — tornando esse material inacessivel.

Explicou o representante da Companhia Mecanica e Importadora de São Paulo que a razão dessa alta vem da grande procura que ha para esse material, apresentando-se na concorrência numerosos intermediarios, e contribuindo, assim, para que se torne objeto de

comercio um produto que, na sua origem, entra no país livre de direitos. Dada a situação anormal, sugeria que a Sociedade providenciasse junto aos poderes publicos afim de que as empresas de transporte ferroviário apenas vendessem aos fabricantes de maquinas e instrumentos agricolas esse material, mediante a fixação de um preço mínimo, que garantisse não só o suprimento do mercado como, também, a manutenção de um preço menos proibitivo para esse material.

Trocam-se depois varias sugestões em relação a outros instrumentos, como machados e picaretas, em face do material produzido no país não satisfazer ás condições necessarias. Esse material já deixou de ser produzido. O representante da firma Hasenclever dá também informações sobre o assunto, mostrando que o material com que são fabricados os bicos de arado custa á firma, presentemente, mais de 15\$000 o quilo.

Ficou resolvido que se fizesse um debate maior do assunto, convocando para a proxima reunião outras interessadas, mas, desde logo, se telegrafasse ao Interventor Fernando Costa, mostrando a conveniencia de uma providencia a respeito do assunto no que concerne ao suprimento das fabricas instaladas em São Paulo — e que mantem a maior parte da produção de instrumentos agricolas.

O Sr. Arruda Camara diz que o Estado do Ceará, dentro do programa traçado no apelo feito por esta Sociedade ás municipalidades em 1934, vem desenvolvendo obra notavel de politica economica — obra que representa um esforço herculeo e energico de amparo á sua lavoura e pecuaria.

Sob a orientação direta do seu Secretario da Agricultura, Dr. Martins Rodrigues, realizam todas as municipalidades cearenses, atendendo cada qual ás condições peculiares ao meio, uma sadia politica rural. Destinam todas elas, nos respectivos orçamentos, recursos para trabalhos de assistencia aos produtores rurais, já se contando, mesmo, além de esco-

las preparando trabalhadores rurais, com varios campos de demonstração e postos de montas municipais. Os tecnicos para esses estabelecimentos, os reprodutores e parte do material a eles necessarios, são fornecidos pela Secretaria de Agricultura. O exemplo do Ceará anima a que se renove o apelo que poderia ser feito aos demais interventores, nos Estados, devidamente atualizado. Informou ainda o Sr. Arruda Camara, que a Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará acaba de contratar para dirigir o campo de fruticultura, em Crato o horticultor Francisco Xavier, diplomado pela Escola de Horticultura Wenceslau Belo. Comunicou ainda o Dr. Arruda Camara que, no dia 19 deste mês, conforme fôra deliberado pela Diretoria, realizou-se na

Escola de Horticultura Wenceslau Bello, uma sessão civica, com a presença de Diretores e alunos e professores. Entre essas comemorações, é de destacar o plantio de uma carnaubeira no Parque Arsene Pyttemans, palmeira que no Nordeste brasileiro é o símbolo da prosperidade e da vida. Na sessão que, depois se realizou na Escola, falou sobre a personalidade do Presidente da Republica o Professor João G. de Souza.

Encerrando a sessão foi o Diretor da Escola, exortando todos a formar em torno do Presidente, tendo bem presente que a sua palavra de ordem é: produzir.

Encerram-se os trabalhos.

CERA DE OURICURI

Em face da Resolução do Conselho Federal de Comercio Exterior, aprovada pelo Presidente da Republica, e há dias divulgadas por todo o país de que é livre a "extração e o comércio da cera de ouricuri pelos processos de raspagem das folhas e fusão direta em qualquer vaso, do pó assim obtido", a exportação desse produto, que já vinha se elevando vertiginosamente nestes ultimos cinco anos, vai doravante assinalar ritmo mais auspicioso ainda para a economia do país e sobretudo para as fontes de produção situadas no Estado da Baía.

Nossa primeira remessa de cêra de ouricuri para o exterior, data de 1937, e compreendeu apenas 3 toneladas, adquiridas pelos Estados Unidos. Em 1938, esse país importou 21 toneladas, a Grã Bretanha 24 e a França 9. Em 1939, além das vendas bem maiores feitas a esses três clientes, iniciamos transações com a

Argentina e a União Sul Africana, totalizando 139 toneladas. Em 1940, a quantidade total exportada para os referidos cinco países corresponde a cerca de 5 vezes o volume negociado no ano anterior ou sejam 991 toneladas. Nos nove primeiros meses do ano em curso, logramos conquistar os mercados do Canadá, Australia, Chile, Nova Zelandia, Colombia, Perú e Uruguai, como compensação pela perda do mercado francês.

As vendas nesse periodo de três trimestres superam de 70 por cento as realizadas nos doze meses do ano de 1940, pois já atingiram 1.690 toneladas.

Quanto ao preço médio desse sucedaneo da cera de carnaúba, tem sido igualmente sensível sua elevação, pois passou de 10\$000 por quilo, em 1937, para 15\$000 no corrente exercicio.

“A LAVOURA”

Índice por autores e por assuntos do período 1939 - 1940

ASSUNTOS

1939

A

ABELHAS			
As abelhas em Paris. Pierre Malo	pág. 29	Agost. — Out.	
AFTOSA			
A febre aftosa. — Sua transmissão à espécie humana através o leite. Luiz Gonçalves Vieira	pág. 14	Nov. — Dezem.	
AGRICULTURA			
Academia de Agricultura. Hilário Leitão	pág. 3	Abril — Maio	
ALGERIO SOARES			
Algerio Soares. Notas biográficas e do seu falecimento	pág. 2	Jane. — Março	
ALGODÃO			
Os sub-produtos do algodão na Economia nacional. Garibaldi Dantas	pág. 6	Abril — Maio	
Por analogia... (Considerações do Dr. Torres Filho sobre o consumo do algodão). do “Coreio da Manhã”	pág. 32	Agost. — Out.	
O consumo mundial de algodão. Redação	pág. 9	Nov. — Dezem.	
Consumo interno e exportação do algodão americano. Redação	pág. 20	Nov. — Dezem.	
AMAZONIA			
O petróleo na Amazonia. Vide: PETRÓLEO.			
ANALOGIA			
Por analogia. (Considerações do Dr. Torres Filho, sobre o consumo do algodão). Transcrição do “Correio da Manhã”	pág. 32	Agost. — Out.	
ANIMAIS			
VIII Exposição Nac. de Animais e Produtos Derivados. — Venda de Animais. Redação.	pág. 17	Nov. — Dezem.	
APICULTURA			
Atualidades de Apicultura. Emilio Schenk	pág. 22	Jane. — Março	
ASININOS			
Os asininos no Brasil. Redação	pág. 26	Nov. — Dezem.	

B

BAÍA			
Sobre as palmeiras do Brasil e género <i>Diplothemium</i> no Estado da Baía. Vide: PALMEIRAS.			
Palmeiras nativas na economia baiana. Vide: PALMEIRAS.			
BANCO DO BRASIL			
O Banco do Brasil em 1938. Relatório das atividades	pág. 26	Abril — Maio	
BORBOLETAS			
Borboletas que hipnotizam. Redação	pág. 31	Agost. — Out.	

C

CAFÉ			
1.600.940 sacas de café exportadas em Maio. Redação	pág. 20	Abril — Maio	
O Capitão Silvestre e Frei Veloso ou A plantação de café no Rio de Janeiro. Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano	pág. 16	Junho — Julho	
A política do café e suas novas diretrizes. Jayme Fernandes Guedes	pág. 28	Junho — Julho	
CARESTIA			
Carestia da Vida. Arthur Torres Filho	pág. 1	Abril — Maio	

COMÉRCIO

O comércio entre o porto de S. Francisco e o Brasil. Informações da Câmara de Comércio pág. 6 Nov. — Dezem.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

C.F.C.E. — Discurso do Dr. Torres Filho pág. 44 Jane. — Março
C.F.C.E. — Sua reorganização — Dec. n.º 1.163, de 17-III-939 .. pág. 13 Abril — Maio

COOPERATIVAS

A nova lei de cooperativas. Dec. n.º 581, 1.º de Agosto de 1938 pág. 46 Jane. — Março

COOPERATIVISMO

O Cooperativismo. Arthur Torres Filho pág. 41 Junho — Julho

CORTUME

A indústria do cortume e as matérias tanantes. Eurico Santos pág. 4 Abril — Maio

COUROS

Fatores de depreciação dos couros. Antonio de Arruda Camara pág. 17 (Agost. — Out.
Os couros. Arthur Torres Filho pág. 24 Agost. — Out.
Melhoremos nossos couros. — Os couros bovinos e os seus defeitos no Brasil. João Viana Sobrinho pág. 24 Nov. — Dezem.

CRÉDITO

O Crédito Agrícola. Pierre Fromont pág. 28 Jane. — Março
O crédito Agrícola. Fabio Furtado Luz pág. 1 Agost. — Out.

E**ECONOMIA**

Os sub-produtos do algodão na economia nacional. Vide: **ALGODÃO**.
A economia de Goiás. Camara Filho pág. 19 Abril — Maio
Um fator decisivo da nossa economia. Redação. pág. 1 Junho — Julho
Palmeiras nativas na economia baiana. Vide: **PALMEIRAS**.
A economia rural no Panamá e em Sta. Catarina. Arthur Torres Filho pág. 5 Nov. — Dezem.

ESCOLA

Escola 15 de Novembro. (Ofício dirigido à S.N.A. pág. 47 Nov. — Dezem.

ESCOLA DE AGRICULTURA WENCESLAU BELLO

E.H.W.B. Trabalhos Práticos. Prof. Arnaldo Augusto Vieira pág. 9 Jane. — Março
E.H.W.B. Breve relato de suas atividades em 1938 pág. 42 Abril — Maio

ESPIRITO SANTO

O Est. do Esp. Santo e o aproveitamento da mandioca na panificação. Vide: **MANDIOCA**.

EXPOSIÇÃO

VIII Exp. Nac. de Animais e Produtos Derivados. Vide: **ANIMAIS**.

ESSÊNCIAS

Essências extrativas. Especiarias. — A fava "tonka" ou "serrapia", indústria em Venezuela. Stewart E Mc Millin pág. 21 Nov. — Dezem.

F**FLORESTAL**

Aspectos da exploração florestal na Suécia. Redação pág. 13 Nov. — Dezem.

FORRAFEIRAS

Contribuição ao estudo das plantas forrageiras no Est. do Paraná. José Sotero Angelo pág. 54 Junho — Julho

FRIGORÍFICO

Um frigorífico para Santos. Paulo P. da Silva Prado pág. 26 Agost. — Out.

FRUTA-PÃO

Fruta-pão. Cornelio Lima pág. 35 Jane. — Março

G**GADO**

A verdadeira situação do mercado de gado gordo e magro. Do Bol. do Sind. dos Invernistas e Criadores de Gado, de Barretos pág. 22 Agost. — Out.

GOIÁS

- A economia de Goiás. Vide: ECONOMIA.
 A cultura da videira em Goiás. Vide: VIDEIRA.
 Uma visita aos trigais goianos. Vide: TRIGAIS.

H**HIDRO-ELÉTRICA**

- A riqueza hidro-elétrica do Estado de São Paulo. Redação pág. 8 Jane. — Março

IMPOSTO

- A incidência do imposto territorial sobre as terras cultivadas. Diretoria de Organização e Defesa da Produção pág. 33 Agust. — Out.

I**INSTITUTO**

- Profilaxia da pulrose pelo Inst. Biológico de São Paulo. Vide: PUL-
 LOROSE.

L**LÃ**

- A criação de ovelhas e produção de lã no Brasil, principalmente no R. G. do Sul. Vide: Ovelhas.

LARANJA

- A laranja e seus problemas. Ismael Cordovil pág. 28 Nov. — Dezem.

LEGISLAÇÃO

- A nova lei das cooperativas. Dec.-Lei n.º 381, de 1.º-VIII-1938 pág. 46 Jane. — Março
 Padronização do Milho. Dec. n.º 3.000, de 17-VIII-1938 pág. 49 Jane. — Março
 C.F.C.E. — Sua reorganização. Dec. n.º 1.163 de 17-III-1939 pág. 13 Abril — Maio
 Legislação Brasileira sobre pecuária e derivados. (Índice Geral e Alfabético, de 15-II-889 a 30-VI-936). Gustavo Adolpho Bailly pág. 4 Junho — Julho

LEITE

- O problema de abastecimento de leite às grandes cidades. Luiz Gonçalves Vieira pág. 3 Jane. — Março
 O atual abastecimento de leite ao Rio de Janeiro. Otto Frensel pág. 19 Agust. — Out.
 A febre aftosa. — Sua transmissão à espécie humana através o leite. Vide: AFTOSA.

M**MANDIOCA**

- O aproveitamento da mandioca na panificação. Ulbadino Palhares pág. 26 Jane. — Março
 O Est. do Esp. Santo e o aproveitamento da mandioca na panificação. Dr. Telles de Menezes pág. 17 Abril — Maio
 A mandioca. José de Castro Rangel pág. 22 Abril — Maio

MERCADOS

- O trigo do planalto central do Brasil e o seu transporte aos mercados consumidores de S. Paulo e Rio. Vide: TRIGO.
 Creação de um órgão central coordenador das relações entre os mercados produtores e consumidores. Marcial G. Terra pág. 10 Nov. — Dezem.

MILHO

- Padronização do Milho. Dec. n.º 3.000, de 17 de Agosto de 1938 .. pág. 49 Jane. — Março

O**OVELHAS**

- A criação de ovelhas e produção de lã no Brasil, principalmente no R. G. do Sul. Ernesto di Primo Beck e José Henrique Corrêa de Castro pág. 37 Jane. — Março

P**PALMEIRAS**

- Sobre as palmeiras do Brasil e gênero *Diplothemium* no Estado da Baía. Gregorio Bondar pág. 7 Agust. — Out.
 Palmeiras nativas na economia baiana. Redação pág. 40 Agust. — Out.

PANIFICAÇÃO

- aproveitamento da mandioca na panificação. Vide: MANDIOCA.
- Est. do Esp. Santo e o aproveitamento da mandioca na panificação. Vide: MANDIOCA.

PÃO-MIXTO

- Pão-mixto. Redação pág. 20 Nov. — Dezem.

PARANÁ

- Contribuição ao estudo das plantas forrageiras no Est. do Paraná. Vide: FORRAGEIRAS.
- A economia rural no Paraná e em Sta. Catarina. Vide: ECONOMIA.

PECUÁRIA

- Legislação Brasileira sobre a pecuária e derivados. Vide: LEGISLAÇÃO.
- A pecuária no Brasil. Redação pág. 31 Nov. — Dezem.

PETRÓLEO

- petróleo na Amazonia. R. Fernandes e Silva pág. 18 Jane. — Março

PULLOROSE

- Profilaxia da pullorose pelo Inst. Biológico de São Paulo. Paulo Nobrega pág. 38 Junho — Julho

R**REDAÇÃO**

- Algenio Soares. Vide: ALGENIO SOARES.
- A riqueza hidro-elétrica do Est. de S. Paulo. Vide: HIDRO-ELÉTRICA.
- Curso Rápido de Sericicultura. Vide: SERICICULTURA.
- 1.600.964 sacas de café exportadas em Maio. Vide: CAFÉ.
- Um fator decisivo da nossa economia. Vide: ECONOMIA.
- Borboletas que hipnotizam. Vide: BORBOLETAS.
- Palmeiras nativas na economia baiana. Vide: PALMEIRAS.
- Curso Rápido de Sericicultura. Vide: SERICICULTURA.
- timbó. Vide: TIMBÓ.
- consumo mundial de algodão. Vide: ALGODÃO.
- Aspectos da exploração florestal na Suécia. Vide: FLORESTAL.
- VIII Exp. Nac. de animais e produtos derivados. Vide: ANIMAIS.
- pão-mixto. Vide: PÃO-MIXTO.
- Consumo interno e exportação do algodão americano. Vide: ALGODÃO.
- Os asininos no Brasil. Vide: ASININOS.

RIO GRANDE DO SUL

- A criação de ovelhas e produção de lã no Brasil, principalmente no R. G. do Sul. Vide: OVELHAS.

RIQUEZAS

- Riquezas Naturais. Humberto Rodrigues de Andrade pág. 43 Junho — Julho

S**SANTA CATARINA**

- A economia rural no Paraná e em Sta. Catarina. Vide: ECONOMIA.

SÃO PAULO

- A riqueza hidro-elétrica no Est. de S. Paulo. Vide: HIDRO-ELÉTRICA.
- trigo do planalto central do Brasil e o seu transporte aos mercados consumidores de S. Paulo e Rio. Vide: TRIGO.
- Profilaxia da pullorose pelo Inst. Biológico de S. Paulo. Vide: PULLOROSE.

SAÚVA

- A saúva. Gambetta Périssé pág. 30 Agost. — Out.

SEGUROS

- Os seguros agro-pecuários e a assistência ao trabalhador rural. A. E. Garcia Gredilha pág. 13 Jane. — Março

SERICÍCOLA

- ensino sericícola e como organiza-lo no Brasil. Mario Vilhena .. pág. 27 Agost. — Out.

SERICICULTURA			
Curso Rápido de Sericicultura. Redação	pág. 19	Abril — Maio	
Curso Rápido de Sericicultura. Redação	pág. 42	Agost. — Out.	
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA			
Semanais de: 2 e 25-V-939	pág. 54	Abri — Maio	
15 e 29-VI e 13-VII-939	pág. 44	Junho — Julho	
(sem data)	pág. 35	Agost. — Out.	
3-VIII e 28-IX-939	pág. 33	Nov. — Dezem.	
Breve resenha de suas atividades em 1939	pág. 1	Nov. — Dezem.	

T

TIMBÓ			
O timbó. Redação	pág. 9	Nov. — Dezem.	
TRIGAIS			
Uma visita aos trigais goianos. Camara Filho	pág. 4	Agost. — Out.	
TRIGO			
O trigo do planalto central do Brasil e o seu transporte aos mercados consumidores de S. Paulo e Rio. Camara Filho	pág. 43	Jane. — Março	

V

VIDEIRA			
A cultura da videira em Goiás. Camara Filho	pág. 25	Junho — Julho	
VINHO			
O vinho nacional e sua aplicação na farmacopéia. Lourenço Monaco	pág. 41	Jane. — Março	

1940

A

ACÁCIA			
A cultura da acácia negra. Redação	pág. 35	Abril	
AGREMIACÕES RURAIS			
Aproximação das agremiações rurais regionais das respectivas entidades máximas e uma entidade central. Manuel Luiz Pizarro ..	pág. 2	Julho — Setem.	
AGRICULTURA			
Os sub-produtos do carvão na agricultura. Vide: CARVÃO.			
O timbó e sua aplicação na agricultura. Vide: TIMBÓ.			
Da função da agricultura na formação dos rebanhos. Vide: REBANHOS.			
Henri Ford e a agricultura. Redação	pág. 22	Jane. — Março	
ALGODÃO			
O Algodão e seus negócios. Redação	pág. 11	Jane. — Março	
A alta registrada nos preços do algodão e outros produtos. Transcrição do "Jornal do Comércio, de 14 de Dezembro	pág. 31	Jane. — Março	
APICULTURA			
De legislação referente à apicultura. (Subsídio para o Código Rural). Domingos Ferreira Louzada	pág. 20	Julho — Setem.	

B

BAÍA			
A exportação de cacau, mamona, piassava, couros e fumo da Baía. Redação	pág. 40	Abril	
A Baía exporta lã para os teares de S. Paulo. Vide: LÃ.			
BANANA			
A produção da banana. Redação	pág. 40	Abril	
A industrialização da banana. Transcrição da "Tribuna", de Santos, de 5-12-939	pág. 36	Julho — Setem.	
(como se conservam as bananas não amadurecidas numa atmosfera artificial) Grãos de Ciência. Vide: CIÊNCIA.			
BRASIL			
Braços para o Brasil. Tasso de Miranda	pág. 1	Julho — Setem.	

BROCA			
Aparelhos para combater a broca do cafeeiro. Redação	pág. 37	Julho — Setem.	
BUENOS AIRES			
As nossas frutas e o mercado de Buenos Aires. Vide: FRUTAS.			
C			
CACAU			
A exportação de cacau, mamona, piassava, couros e fumo da Baía. Redação	pág. 40	Abril	
CAFÉ			
O Capitão Silvestre e Frei Veloso ou A plantação de Café no Rio de Janeiro. Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano	pág. 16	Jane. — Março	
A produção de cafés finos. Antonio Carlos Pestana	pág. 3	Abril	
As entregas de café ao consumo do mundo. Redação	pág. 41	Abril	
Os problemas do café em face da actual Guerra Européia. Redação	pág. 3	Maio — Junho	
CAPITÃO SILVESTRE			
Capitão Silvestre e Frei Veloso ou A plantação de Café no Rio de Janeiro. Vide: CAFÉ.			
CARNAÚBA			
Palmeira Carnaúba. Cornelio Lima	pág. 28	Julho — Setem.	
CARNES			
Contribuição para o estudo da indústria de carnes e produtos de origem animal. Jaziel Sotto Maior Lagos	pág. 36	Abril	
Nacionalização do mercado interno de carnes. Manuel Luiz Pizarro	pág. 62	Out. — Dezem.	
CARVÃO			
Os sub-produtos do carvão na agricultura. Achilles Seara de Oliveira	pág. 44	Maio — Junho	
CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS			
C.N.E.P.A. Discurso do Sr. Torres Filho na homenagem prestada ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura	pág. 51	Out. — Dezem.	
CIÊNCIA			
Grãos de Ciência (A ação dos raios ultra violetas sobre a maturação de certos frutos e Como se conservam as bananas não amadurecidas numa atmosfera artificial). Redação	pág. 3	Jane. — Março	
CONTABILIDADE RURAL			
A contabilidade rural como fator norteador, coordenador e fomentador da economia e progresso. Guido Mondin	pág. 53	Jane. — Março	
CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR			
Sessão de encerramento	pág. 9	Abril	
COMENTÁRIOS			
Comentários. Arnaldo Augusto Vieira	pág. 1	Out. — Dezem.	
COOPERAÇÃO			
Legislação relativa ao crédito agrícola e à cooperação agrícola. Vide: CRÉDITO.			
COOPERATIVAS			
O crédito de zona e o papel das cooperativas. Vide: CRÉDITO. Cooperativa de Crédito Hipotecário Agrícola. Vide: CRÉDITO. Cooperativas de seguros. Adolpho Gredilha	pág. 36	Jane. — Março	
COOPERATIVISMO			
Cooperativismo e Organização Rural. Antonio de Arruda Camara ..	pág. 4	Jane. — Março	
O cooperativismo. Otto Fransen	pág. 31	Jane. — Março	
As vantagens do cooperativismo na sericicultura. Mario Vilhena	pág. 1	Abril	
COOPERATIVOS			
Alguns temas cooperativos. Fabio Furtado Luz.	pág. 47	Jane. — Março	
COUROS			
A exportação de cacau, mamona, piassava, couros e fumo da Baía. Redação	pág. 40	Abril	

CRÉDITO

O crédito de zona e o papel das cooperativas. Arthur Torres Filho	pág. 1	Jane. — Março
Cooperativa de Crédito Hipotecário Agrícola. H. J. Myers	pág. 23	Jane. — Março
Crédito Agrícola. Arthur Torres Filho	pág. 37	Jane. — Março
Crédito Agrícola. Dalmo Esteves de Almeida	pág. 43	Jane. — Março
Crédito Agrícola. José Ferreira Teixeira	pág. 50	Jane. — Março
Crédito Agrícola. Annibal J. Vieira	pág. 52	Jane. — Março
Crédito Agrícola. M. Paulo Filho	pág. 55	Jane. — Março
Crédito Pecuário. Garibaldi de Mello	pág. 57	Jane. — Março
Pela realização de uma ordem econômica próspera e estável. (Resoluções da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. Vide: ECONÔMICO .)		
Legislação relativa ao crédito agrícola e à cooperação agrícola	pág. 27	Abril
A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Redação	pág. 1	Maió — Junho
Legislação relativa ao crédito agrícola e à cooperação agrícola. (conclusão)	pág. 20	Maió — Junho
Legislação relativa ao crédito agrícola e à cooperação agrícola. (continuação)	pág. 41	Julho — Setem.

CRIAÇÃO

Possibilidades econômicas da indústria de criação no Estado do Pará. José Ferreira Teixeira	pág. 28	Maió — Junho
---	---------	--------------

CURIOSIDADES

Curiosidades Científicas (As terras na famacopéia da antiguidade). Redação)	pág. 49	Jane. — Março
---	---------	---------------

D**DOENÇAS**

Doenças dos animais que podem ser transmitidas ao homem. Eurico Santos	pág. 27	Out. — Dezem.
--	---------	---------------

E**ECONOMIA**

Economia Goiana. (O timbó de Goiás e suas aplicações na agricultura). Zoroastro Artruga	pág. 25	Out. — Dezem.
---	---------	---------------

ECONÔMICA

Pela realização de uma ordem econômica próspera e estável (Resoluções da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Bando do Brasil). Redação	pág. 15	Abril
---	---------	-------

EROSÃO

A erosão das terras. Vide: **TERRAS**.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAU BELLO

Curso de Melhoramento de Plantas	pág. 18	Maió — Junho
Regimento Interno	pág. 54	Out. — Dezem.

EXPORTAÇÃO

A exportação de cacau, mamona, piassava, couros e fumo da Baía. Redação	pág. 40	Abril
A exportação de frutas pelo porto do Rio. Vide: FRUTAS .		
O acondicionamento de sardinhas para exportação. Vide: SARDINHAS .		

EXPOSIÇÃO

A III Exposição Regional de Colina. Do Bol. do Sind. dos Invernistas e Criadores de Gado de Barretos.	pág. 26	Abril
---	---------	-------

F**FERRO**

Petróleo e ferro. Redação	pág. 26	Julho — Setem.
-------------------------------------	---------	----------------

FORRAGEIRAS

O aperfeiçoamento dos nossos rebanhos e as culturas forrageiras. Vide: **REBANHOS**.

FORRAGEM

O teosinto. (Forragem de grande rendimento). Vide: TEOSINTO .		
A melhoria das foragens. Comunicado do Sind. dos Invernistas e Criadores de Gado de Barretos	pág. 12	Maió — Junho

FRIGORÍFICOS

- O problema dos transportes frigoríficos. Vide: TRANSPORTES.
A idéia do Frigorífico Nacional. Redação pág. 26 Out. — Dezem.

FRUTAS

- As nossas frutas e o mercado de Buenos Aires. Sebastião Herculano de Mattos pág. 23 Abril
A exportação de frutas pelo porto do Rio. Redação pág. 27 Maio — Junho
(a ação dos raios ultra violetas sobre a maturação de certos frutos)
Grãos de Ciência. Vide: CIENCIA.

FUMO

- A exportação de cacau, mamona, piassava, couros e fumo da Baía. Redação pág. 40 Abril

G**GENEALÓGICOS**

- Registros Genealógicos. Silvio da Cunha Echenique pág. 10 Abril
Um só registro genealógico para cada raça. J. R. Madeiros pág. 7 Maio — Junho

GOIÁS

- Economia Goiana. — O timbó de Goiás e suas aplicações na agricultura. Vide: TIMBÓ.

H**HENRI FORD**

- Henri Ford e a agricultura. Vide: AGRICULTURA.

L**LÃ**

- A Baía exporta lã para os teares de S. Paulo. Comunicado da Diretoria de Cultura e Divulgação da Baía pág. 22 Julho — Setem.

LATICÍNIOS

- Para organizar a indústria de laticínios. Castro Brown pág. 29 Julho — Setem.

LEGISLAÇÃO

- Legislação relativa ao crédito agrícola e à cooperação agrícola. Vide: CRÉDITO.

LEITE

- Novo tipo de lactário para abastecimento de leite às capitais. Dr. Eduardo de Carvalho pág. 15 Maio — Junho
O preço do leite no Rio. Otto Frensel pág. 23 Julho — Setem.
O leite como alimento. Otto Frensel pág. 42 Out. — Dezem.

M**MALTA**

- Malta, ilha curiosa. Redação pág. 56 Jane. — Março

MAMONA

- A exportação de cacau, mamona, piassava, couros e fumo da Baía. Redação pág. 40 Abril

MANDIOCA

- Moagem de raspa de mandioca. Redação pág. 43 Out. — Dezem

MERCADO

- As nossas frutas e o mercado de Buenos Aires. Vide: FRUTAS.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DA FRANÇA

- Legislação relativa ao critério agrícola e à cooperação agrícola. Vid: CRÉDITO.

O**OITICICA**

- Óleos de oiticica e tung. Vide: Óleos.

ÓLEO

- Preparado de óleo de chalmugra. Redação pág. 22 Abril
Óleos de oiticica e tung. Redação pág. 14 Julho — Setem.

P

PADRONIZAÇÃO

Projetos de padronização dos produtos de origem animal. José de Sampaio Fernandes pág. 47 Out. — Dezem.

PÃO MIXTO

O pão mixto (Disposições sobre sua fabricação). Redação pág. 9 Abril

PARÁ

Possibilidades econômicas da indústria de criação no Estado do Pará. Vide: CRIAÇÃO.

PECUÁRIA

A posição da pecuária e seus produtos, num plano de classificação e estatísticas comerciais. Octavio Alexander de Moraes pág. 11 Julho — Setem.

PECUÁRIO

O seguro pecuário e sua implantação no Brasil. Vide: SEGURO.

PELES

O comércio de couros e peles nos Estados Unidos da América. Vide: COUROS.

PETRÓLEO

Petróleo e ferro. Redação pág. 26 Julho — Setem.
O petróleo no Brasil. Redação pág. 39 Julho — Setem.

PIASSAVA

A exportação de cacau, mamona, piassava, couros e fumo da Baía. Redação pág. 40 Abril

PIRETRO

As flores de piretro. Redação pág. 28 Julho — Setem.

POLINIZAÇÃO

Polinização. Geraldo Goulart da Silveira pág. 3 Nov. — Dezem.

PRODUÇÃO

O custo da produção pastoril no Rio Grande do Sul. José Lopes Arnoni pág. 21 Abril

PUBLICIDADE AGRÍCOLA

A publicidade agrícola encaminhará energias e capacidades novas para as atividades do campo. José A. Vieira pág. 10 Julho — Setem.

R

REBANHOS

Da função da agricultura na formação dos rebanhos. Pedro Paulo de Medeiros pág. 17 Out. — Dezem.

O aperfeiçoamento dos nossos rebanhos e as culturas forrageiras. Afonso Toledo Bandeira de Mello pág. 36 Out. — Dezem.

REDAÇÃO

Grão de Ciência. Vide: CIENCIA.

Henri Ford e a agricultura. Vide AGRICULTURA.

Curiosidades Científicas (As terras na farmacopéia da antiguidade). Vide: CURIOSIDADES.

Malta, ilha curiosa. Vide: MALTA.

O pão mixto. Vide: PÃO MIXTO.

Pela realização de uma ordem econômica próspera e estável. Vide: ECONÔMICA.

Preparo de óleo de chalmugra. Vide: ÓLEO.

A cultura da acácia negra. Vide: ACÁCIA.

A erosão das terras. Vide: TERRAS.

A exportação de cacau, mamona, piassava, couros e fumo da Baía. Vide: EXPORTAÇÃO.

A produção da banana. Vide: BANANA.

As entregas de café ao consumo do mundo. Vide: CAFÉ.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e as cooperativas agrícolas. Vide: CRÉDITO.

Os problemas do café em face da atual Guerra Européia. Vide: CAFÉ.

Algodão e seus negócios. Vide: ALGODAO .		
A exportação de frutas pelo porto do Rio. Vide: FRUTAS .		
O acondicionamento de sardinhas para exportação. Vide: SARDINHAS .		
Petróleo e Ferro. Vide: FERRO .		
As flôres de Piretro. Vide: PIRETRO .		
Aparelho para combater a broca do cafeeiro. Vide: BROCA .		
O comércio de couros e peles nos Estados Unidos da América. Vide: COUROS .		
Saneamento da Baixada Fluminense. Vide: SANEAMENTO .		
Moagem de raspa de mandioca. Vide: MANDIOCA .		
REFLORESTAMENTO		
O reflorestamento. Zoroastro Artruga	pág. 18	Julho — Setem.
RIO GRANDE DO SUL		
O custo da produção pastoril no Rio Grande do Sul. Vide: PRODUÇÃO .		
O trigo no Rio Grande do Sul. Vide: TRIGO .		
A suino-cultura na região serrana do Rio Grande do Sul. Vide: SUINO .		
RURALISTA		
Cruzada ruralista. Comunicado da Diretoria de Cultura e Divulgação da Baía	pág. 14	Maio — Junho
S		
SANEAMENTO		
Saneamento da Baixada Fluminense. Redação	pág. 39	Julho — Setem.
SARDINHAS		
O acondicionamento de sardinha para exportação. Redação	pág. 43	Maio — Junho
SEGURO		
O seguro pecuário e sua implantação no Brasil. David Campista Filho	pág. 32	Jane. — Março
Cooperativas de seguros. Vide: COOPERATIVAS .		
Seguro de animais. Celso Barcelos Maia	pág. 40	Jane. — Março
SERICICULTURA		
As vantagens do cooperativismo na sericicultura. Vide: COOPERATIVISMO .		
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA		
Sessões	pág. 27	Julho — Setem.
Sessões	pág. 64	Out. — Dezem.
SUINO		
A suino-cultura na região serana do Rio Grande do Sul. Fortunato Pimentel	pág. 30	Julho — Setem.
T		
TEOSINTO		
O teosinto — Forragem de grande rendimento. Comunicado da Fed. Paulista dos Criadores de Bovinos	pág. 39	Abril
TERRAS		
(As terras na farmacopéia da antiguidade) Curiosidades Científicas. Vide: CURIOSIDADES .		
A erosão das terras. Redação	pág. 38	Abril
TIMBÓ		
O timbó e sua aplicação na agricultura. Zoroastro Artruga	pág. 17	Julho — Setem.
Economia Goiana — O timbó de Goiás e suas aplicações na agricultura. Zoroastro Artruga	pág. 25	Out. — Dezem.
TRANSPORTES		
O problema dos transportes frigoríficos. Roberto de Alencar Osorio	pág. 5	Julho — Setem.
TRIGO		
O trigo no Rio Grande. Redação	pág. 13	Maio — Junho

- TUBERCULINA**
Tuberculose e tuberculina. Alexandre Melo pág. 33 Maio — Junho
- TUBERCULOSE**
Tuberculose e tuberculina. Alexandre Melo pág. 33 Maio — Junho
- TUNG**
Óleos de oiticica e tung. Vide: **ÓLEOS**.

Autores

1940

A

- ANDRADE**
Humberto Rodrigues de Andrade. Riquezas naturais pág. 43 Junho — Julho
- ANGELO**
José Sotero Angelo. Contribuição ao estudo das plantas forrageiras no Est. do Paraná pág. 54 Junho — Julho
- AZAMBUJA**
Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano. Vide: **SUSANO**.

B

- BECK**
Ernesta di Primo Beck e José Henrique Corrêa de Castro. A criação de ovelhas e produção de lã no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul pág. 37 Jane. — Março

- BONDAF**
Gregorio Bondar. Sobre as palmeiras do Brasil e gênero *Diplothemium* no Est. da Baía pág. 7 Agost. — Out.

C

- CAMARA**
Camara Filho. O trigo no planalto do Brasil e o seu transporte aos mercados consumidores de São Paulo e Rio pág. 43 Jane. — Março
Camara Filho. A economia de Goiás pág. 19 Abril — Maio
Camara Filho. A cultura da videira em Goiás pág. 25 Junho — Julho
Camara Filho. Uma visita aos trigais goianos pág. 4 Agost. — Out.
Antonio de Arruda Camara. Fatores de depreciação dos couros .. pág. 17 Agost. — Out.

- CORDOVIL**
Ismael Cordovil. A laranja e seus problemas pág. 28 Nov. — Dezem.

- CORRÊA**
Ernesto di Primo Beck e José Henrique Corrêa de Castro. Vide: **BECK**.

- CASTRO**
Ernesto di Primo Beck e José Henrique Corrêa de Castro. Vide: **BECK**.
José de Castro Rangel. Vide: **RANGEL**.

D

- DANTAS**
Garibaldi Dantas. Os sub-produtos do algodão na economia nacional pág. 6 Abril — Maio

F

- FERNANDES**
F. Fernandes e Silva. Vide: **SILVA**.
Jayme Fernandes Guedes. Vide: **GUEDES**.

- FRENSEL**
Otto Frensel. O atual abastecimento de leite do Rio de Janeiro pág. 19 Agost. — Out.

- FROMONT**
Pierre Fromont. O crédito agrícola pág. 28 Jane. — Março

FURTADO

Fabio Furtado Luz. Vide: LUZ.

GARCIA

A. E. Garcia Gredilha. Vide: GREDILHA.

GONÇALVES

Luiz Gonçalves Vieira. Vide: VIEIRA.

GREDILHA

A. E. Garcia Gredilha. Os seguros agro-pecuários e a assistência ao trabalhador rural

pág. 13 Jane. — Março

GUEDES

Jayme Fernandes Guedes. A política do café e suas novas diretrizes

pág. 28 Junho — Julho

L

LEITÃO

Hilario Leitão. Academia de Agricultura

pág. 3 Abril — Maio

LIMA

Cornelio Lima. Fruta Pão.

pág. 35 Jane. — Março

LUZ

Fabio Furtado Luz. Crédito Agrícola

pág. 1 Agost. — Out.

M

MALO

Pierre Malo. As abelhas em Paris

pág. 29 (Agost. — Out.

MENEZES

Dr. Telles de Menezes. O Est. do Esp. Santo e o aproveitamento da mandioca na panificação

pág. 17 Abril — Maio

MILLIN

Stewart E. Mc Millin. Essências extrativas — Especiarias

pág. 21 Nov. — Dezem.

MONACO

Lourenço Monaco. O vinho nacional e sua aplicação na farmacopéia

pág. 41 Jane. — Março

N

NOBREGA

Paulo Nobrega. Profilaxia da purolose pelo Instituto Biológico de S. Paulo

pág. 38 Junho — Julho

P

PALHARES

Ubaldino Palhares. O aproveitamento da mandioca na panificação

pág. 26 Jane. — Março

PALMEIRA

João Soares Palmeira. A incidência do imposto territorial sobre as terras cultivadas

pág. 33 Agost. — Out.

PÉRISSE

Gambetta Périssé. A saúva

pág. 30 Agost. — Out.

PRADO

Paulo P. da Silva Prado. Um frigorífico para Santos

pág. 26 Agost. — Out.

PRIMO

Ernesto di Primo Beck e José Henrique Corrêa de Castro. Vide: BECK.

R

RANGEL

José de Castro Rangel. A mandioca

pág. 22 Abril — Maio

RODRIGUES

Humberto Rodrigues de Andrade. Vide: ANDRADE.

S

- SANTOS**
Eurico Santos. A indústria do cortume e as matérias tantantes pág. 4 Abril — Maio
- SCHENK**
Emilio Schenk. Atualidades de Apicultura pág. 22 Jane. — Março
- SILVA**
R. Fernandes e Silva. O petróleo na Amazonia pág. 18 Jane. — Março
Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano. Vide: SUSANO.
Paulo P. da Silva Prado. Vide: PRADO.
- SINDICATO DOS INVERNISTAS E CRIADORES DE GADO**
Sind. dos Inv. e Criad. de Gado de Barretos. A verdadeira situação do mercado de gado gordo e magro pág. 22 Agost. — Out.
- SOARES**
João Soares Palmeira. Vide: PALMEIRA.
- SUSANO**
Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano. Capitão Silvestre e Frel Veloso ou A plantação de café no Rio de Janeiro pág. 16 Junho — Julho

T

- TERRA**
Marcial G. Terra. Greação de um órgão central coordenador das relações entre os mercados produtores e consumidores pág. 10 Nov. — Dezem.
- TORRES**
Arthur Torres Filho. Carestia da Vida pág. 1 Abril — Maio
Arthur Torres Filho. O Cooperativismo pág. 41 Junho — Julho
Arthur Torres Filho. Os couros pág. 24 Agost. — Out.
Arthur Torres Filho. A economia rural no Paraná e em Sta. Catarina pág. 5 Nov. — Dezem.

V

- VIANA**
João Viana Sobrinho. Melhoremos nossos couros pág. 25 Nov. — Dezem.
- VIEIRA**
Luiz Gonçalves Vieira. O problema de abastecimento de leite às grandes cidades pág. 3 Jane. — Março
Arnaldo Augusto Vieira. E.H.W.B. — Trabalhos Práticos pág. 9 Jane. — Março
Luiz Gonçalves Vieira. A febre aftosa pág. 14 Nov. — Dezem.
- VILHENA**
Mario Vilhena. O ensino sericícola e como organiza-lo no Brasil .. pág. 27 Agost. — Out.

Autores

1939

A

- ALENCAR**
Roberto de Alencar Osorio. Vide: OSORIO.
- ALEXANDER**
Octavio Alexander de Moraes. Vide: MORAES.
- ALMEIDA**
Dalmo Esteves de Almeida. Crédito Agrícola pág. 43 Jane. — Março
- ALVES**
Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano. Vide: SUSANO.
- ARNONI**
José Lopes Arnoni. O custo da produção pastoril no Rio Grande .. pág. 20 Abril
- ARRUDA**
Antonio de Arruda Camara. Vide: CAMARA.

ARTRUGA

- Zoroastro Artruga. O timbó e sua aplicação na agricultura pág. 17 Julho — Setem.
 Zoroastro Artruga. O reflorestamento pág. 18 Julho — Setem.
 Zoroastro Artruga. Economia Goiana. — O timbó de Goiás e suas aplicações na agricultura pág. 25 Out. — Dezem.

AZAMBUJA

Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano. Vide: SUSANO.

B**BANDEIRA**

Afonso Toledo Bandeira de Melo. Vide: MELLO.

BARCELOS

Celso Barcelos Maia. Vide: MAIA.

BROWN

Castro Brown. Para organizar a indústria de laticínios pág. 29 Julho — Setem.

C**CAMARA**

Antonio de Arruda Camara. Cooperativismo e organização rural .. pág. 4 Jane. — Março

CAMPISTA

David Campista Filho. O seguro pecuário e sua implantação no Brasil pág. 33 Jane. — Março

CARVALHO

Dr. Eduardo de Carvalho. Novo tipo de lactário para abastecimento de leite às capitais pág. 15 Maio — Junho

CASTRO

Castro Brown. Vide: BROWN.

CUNHA

Silvic da Cunha Echenique. Vide: ECHENIQUE.

D**DIRETORIA DE CULTURA E DIVULGAÇÃO DA BAÍA**

Diretoria de Cultura e Divulgação da Baía. Cruzada ruralista pág. 14 Maio — Junho
 Diretoria de Cultura e Divulgação da Baía. A Baía exporta lã para os teares de S. Paulo pág. 22 Julho — Setem.

E**ECHENIQUE**

Silvio da Cunha Echenique. Registros Genealógicos pág. 10 Abril

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAU BELLO

Esc. de Hort. Wenceslau Bello. Curso de Melhoramento de Plantas pág. 18 Maio — Junho

ESCRITÓRIO DE EXPANSÃO COMERCIAL

Escritório de Expansão Comercial do Brasil em New York. O comércio de couros e peles nos Estados Unidos da América pág. 38 Julho — Setem.
 Idem. Algodão e seus negócios pág. 11 Maio — Junho
 Idem. As flôres de piretro pág. 28 Julho — Setem.

ESTEVES

Dalmo Esteves de Almeida. Vide: ALMEIDA.

F**FEDERAÇÃO PAULISTA DOS CRIADORES DE BOVINOS**

Fed. Paulista dos Criadores de Bovinos. O Teosinto — Forragem de grande rendimento pág. 39 Abril

FERNANDES

José de Sampaio Fernandes. Projeto de padronização dos produtos de origem animal pág. 46 Out. — Dezem.

FERREIRA

José Ferreira Teixeira. Vide: TEIXEIRA.
 Domingos Ferreira Louzada. Vide: LOUZADA.

FRENSEL

Otto Frensel. O Cooperativismo pág. 31 Jane. — Março
 O preço do leite no Rio pág. 23 Julho — Setem.
 O leite como alimento pág. 42 Out. — Dezem.

G

GOULART
Geraldo Goulart da Silveira. Vide: SILVEIRA.

GREDELHA
Adolpho Gredilha. Cooperativas de seguros pág. 37 Jane. — Março

H

HERCULANO
Sebastião Herculano de Mattos. Vide: MATTOS.

J

JORNAL DO COMÉRCIO
Jornal do Comércio de 14-12. A alta registrada nos preços do algodão e de outros produtos pág. 31 Maio — Junho

L

LAGOS
Joziel Sotto Maior Lagos. Contribuição para o estudo da indústria de carnes e produtos de origem animal pág. 36 Abril

LIMA
Cornelio Lima. Palmeira carnaúba pág. 28 Julho — Setem.

LOPES
José Lopes Arnoni. Vide: ARNONI.

LOUZADA
Domingos Ferreira Louzada. Da Legislação referente à apicultura ... pág. 20 Julho — Setem.

LUZ
Fabio Luz Filho. Alguns temas cooperativos pág. 47 Jane. — Março

M

MAIA
Celso Barcelos Maia. Seguro de animais pág. 40 Jane. — Março

MATTOS
Sebastião Herculano de Mattos. As nossas frutas e o mercado de Buenos Aires pág. 23 Abril

MEDEIROS
J. R. Medeiros. Um só registro genealógico para cada raça pág. 7 Maio — Junho
Pedro Paulo de Medeiros. Da função da agricultura na formação dos rebanhos pág. 17 Out. — Dezem.

MELLO
Dr. Garibaldi de Mello. Crédito Pecuário pág. 57 Jane. — Março
Souza Mello. Pela realização de uma ordem econômica próspera e estável pág. 15 Abril
Alexandre Mello. Tuberculose e Tuberculina pág. 33 Maio — Junho
Afonso Toledo Bandeira de Mello. O aperfeiçoamento dos nossos rebanhos e as culturas forrageiras pág. 36 Out. — Dezem.

MIRANDA
Tasso de Miranda. Braços para o Brasil pág. 1 Julho — Setem.

MONDIN
Guido Mondin. A contabilidade rural como fator norteador, coordenador e fomentador de economia e progresso pág. 53 Jane. — Março

MORAES
Octavio Alexander de Moraes. A posição da pecuária e seus produtos, num plano de classificação destinado à estatísticas comerciais pág. 11 Julho — Setem.

MOURA
Pedro de Moura. O petróleo no Brasil pág. 39 Julho — Setem.

MYERS
H. J. Myers. Cooperativa de Crédito Hipotecário Agrícola pág. 23 Jane. — Março

O

OLIVEIRA
Achiles Seara de Oliveira. Os sub-produtos do carvão na agricultura pág. 44 Maio — Junho

OSORIO

Roberto de Alencar Osorio. O Problema dos transportes frigorificos pág. 5 Julho — Setem.

P

PAULO

M. Paulo Filho. Crédito Agrícola pág. 55 Jane. — Março

PESTANA

Antonio Carlos Pestana. A produção de cafés finos pág. 3 Abril

PIMENTEL

Fortunato Pimentel. A suino cultura na região serrana do Rio Grande do Sul pág. 30 Julho — Setem.

PIZARRO

Mancel Luiz Pizarro. Aproximação das agremiações rurais regionais e das respectivas entidades máximas a uma entidade central pág. 2 Julho — Setem.
Manoel Luiz Pizarro. Nacionalização do mercado interno de carnes pág. 62 Out. — Dezem.

S

SAMPAIO

José de Sampaio Fernandes. Vide: FERNANDES.

SANTOS

Eurico Santos. Doenças dos animais que podem ser transmitidas ao homem pág. 27 Out. — Dezem.

SEARA

Achiles Seara de Oliveira. Vide: OLIVEIRA.

SILVEIRA

Geraldo Goulart da Silveira. Polinização pág. 3 Out. — Dezem.

SILVA

Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano. Vide SUSANO.

SINDICATO DOS INVERNISTAS E CRIADORES DE GADO

Sind. dos Invernistas e Criadores de Gado de Baretos. A II Exposição Regional de Colina pág. 26 Abril
Idem. A melhoria das Forragens pág. 12 Maio — Junho

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

S.N.A. Sessões. (11-IV-940) pág. 27 Julho — Setem.

SOTTO MAIOR

Joziel Sotto Maior Lagos. Vide: LAGOS.

SOUZA

Souza Melo. Vide: MELLO.

SUSANO

Luiz da Silva Alves d'Azambuja Susano. Capitão Silvestre e Frei Veloso, ou A plantação de café no Rio de Janeiro pág. 16 Jane. — Março

T

TEIXEIRA

José Ferreira Teixeira. Crédito Agrícola pág. 50 Jane. — Março
José Ferreira Teixeira. Possibilidades econômicas da indústria de criação no Estado do Pará pág. 28 Maio — Junho

TORRES

Arthur Torres Filho. O crédito de zona e o papel das cooperativas .. pág. 1 Jane. — Março
Arthur Torres Filho. Crédito Agrícola pág. 37 Jane. — Março

TRIBUNA

"Tribuna" de Santos, 5-12-939. A industrialização da banana pág. 36 Julho — Setem.

V

VIEIRA

Anibal J. Vieira. Crédito pág. 52 Jane. — Março
José A. Vieira. A publicidade agrícola encaminhará energias e capacidades novas para as atividades do campo pág. 10 Julho — Setem.
Arnaldo Augusto Vieira. Comentários pág. 1 Out. — Dezem.

VILHENA

Mario Vilhena. As vantagens do cooperativismo na sericicultura .. pág. 1 Abril

Conselho Federal do Comércio Exterior

A 36.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 29 DE DEZEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou, no dia 29 de Dezembro de 1941, sob a presidência do respectivo Diretor Geral, Ministro Joaquim Eulálio, a sua 36.^a sessão plenária, com que ficaram encerrados os trabalhos do ano. Compareceram os Conselheiros Benjamin do Monte, Uldarico Cavalcanti, Alves de Souza, Maurell Lobo, Bulcão Ribas, Guilherme Weinschenck, João Firmino, Salgado Scarpa, Alencastro Guimarães, Euvaldo Lodi e Ildefonso Albano.

Na Ordem do dia, foi votada, inicialmente, a redação final do projeto do decreto-lei destinado a criar o Instituto Nacional de Pedras Preciosas, originário de parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, no processo sobre "garimpagem e comércio de pedras preciosas" de que é redator o Conselheiro Antonio José Alves de Souza.

A seguir, foram aprovados, sucessivamente, os seguintes pareceres, incluídos na pauta:

a) da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, sobre "possibilidades da indústria brasileira criação da tarifa ouro nas alfandega", relatado pelo Conselheiro Ari Maurell Lobo;

b) da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, sobre "revisão da atual tabela de emolumentos consulares", relatado pelo Conselheiro Guilherme Weinschenck;

c) da Camara de Produção, Consumo e Transportes, sobre "modificação do regime fiscal para mercadorias em estoques", relatado pelo Conselheiro Euvaldo Lodi;

d) da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, sobre a "aplicação do decreto-lei federal n. 2.898, de 23 de Dezembro de 1940", relatado pelo Conselheiro João Firmino;

e) da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, sobre isenção de direitos de importação para polpa de marmelo", relatado pelo Conselheiro Uldarico Cavalcanti;

f) da Camara de Produção, Consumo e Transportes, sobre "medidas de auxílio á industria nacional", relatado pelo Conselheiro Euvaldo Lodi.

Finda a Ordem do Dia, o Diretor Geral transmitiu ao Conselho expressões de agradecimento e apreço do Senhor Presidente da Republica, pela esclarecida colaboração prestada ao Governo pelos membros daquele órgão consultivo. Assinalou Sua Excelência o interesse com que o Chefe do Governo acompanha as deliberações do Conselho, nos assuntos que submete ao exame deste e nos que o próprio Conselho julga conveniente encaminhar á devisão do seu presidente.

A seguir, o Diretor Geral fez uma resenha dos trabalhos do Conselho no ano findante, salientando as principais deliberações dotadas, as que ainda são objeto de estudo e as que mereceram a aprovação do Presidente da Republica e estão sendo adotadas pela Administração Pública. Referiu-se á atividade das três Camaras em que se divide o Conselho; ás reuniões da Junta de Coordenação dos trabalhos das Camaras, assistidas pelos Membros da Comissão de Defesea da Economia Nacional; aos estudos a cargo de comissões especiais constituídas para o exame de alguns problemas com a colaboração de órgãos técnicos da Administração Pública; á assistência permanente prestada ao Conselho pelos órgãos instrutivos e informativos da Secretaria, quer administrativos, quer técnicos.

Terminando, disse Sua Excelência que, ao se despedir dos Membros do órgão deliberativo do Conselho, que ora encerra o seu mandato, agradecia a todos o espírito de colaboração com que se conduziram durante o ano, na apreciação das matérias confiadas ao

seu estudo, e formulava sinceros votos pela felicidade pessoal de cada um, no ano que se inicia.

Falaram também sobre o encerramento dos trabalhos do Conselho os Senhores Euvaldo Lodi e Salgado Scarpa, representantes, respectivamente, das organizações de classe da indústria e do comércio. O Conselheiro Salgado Scarpa fez suas as expressões com que o Conselheiro Euvaldo Lodi se congratulou com as classes representadas no Conselho pelos resultados da ação daquele órgão consultivo do Governo, em nada desmerecedora das esperanças nele depositadas quando da sua criação, em 1934.

A sessão foi encerrada às 20 horas.

CONSELHO FEDERAL DE COMERCIO EXTERIOR

Sessão extraordinaria realizada a 26 de Dezembro de 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou, ontem, sob a presidência do respectivo Diretor Geral, Ministro Joaquim Eulálio, uma sessão extraordinária destinada a tratar da criação do Instituto Nacional de Pedras Preciosas, que tem sido objeto de debate nas últimas sessões ordinárias. Compareceram os Conselheiros Benjamin do Monte, Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Alves de Souza, Maurell Lobo, Guilherme Weinschensk, Pedro Brando, João Firmino, Salgado Scarpa, Euvaldo Lodi e Ildefonso Albano.

Aberta a sessão, o Conselheiro Santos Filho expôs ao plenário os resultados dos trabalhos da comissão especial incumbida pelo Conselho de examinar alguns aspectos particulares do comércio de pedras preciosas que tem dado lugar a reclamações, quer da parte dos produtores nacionais, quer da parte dos próprios exportadores. A comissão, presidida por Sua Excelência e integrada pelos Conselheiros Alves de Souza, e Maurell Lobo, ouviu os produtores e os exportadores, chegando a conclusões que esclarecem perfeitamente a actual situação do problema entregue ao seu exame. Assim é que foi afastada a dúvida existente, sobre a fixação de um limite mínimo de 500 contos para os lotes de diamantes adquiridos pela comissão americana encarregada da compra dessa mercadoria. A comissão americana ignora mesmo a origem dessa alegação e se prontifica a comprar partidas de qualquer valor que lhe forem oferecidas pelos produtores nacionais.

O Conselheiro Maurell Lobo prestou esclarecimentos em torno dos estudos já levados a efeito pelo Ministério da Fazenda, sobre

a criação do Instituto de Pedras Preciosas, de acordo com a documentação que lhe forneceu o Doutor Romero Estelita, Diretor Geral da Fazenda Nacional.

Debatida mais uma vez a matéria, o Conselho aprovou em globo o projeto de lei resultante das votações anteriores, segundo a redação proposta pelo relator Conselheiro Alves de Souza. Foram consideradas, ainda, algumas emendas sugeridas pelos Conselheiros João Firmino, Euvaldo Lodi e Alves de Souza.

Manifestando-se contrário a atribuições fundamentais que o projeto de lei preconiza para o Instituto, o Conselheiro Leonardo Truda justificou por escrito o seu voto nêsse sentido.

A comissão especial, composta dos Conselheiros Santos Filho, Alves de Souza e Maurell Lobo, ficou incumbida de elaborar a redação final do projeto de lei, a ser votado na sessão plenária de segunda-feira.

Foram encerrados os trabalhos às 20 horas.

A SESSÃO INAUGURAL REALIZADA A 23 DE FEVEREIRO DE 1942

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou, no dia 23 do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, Ministro Joaquim Eulálio, a sessão inaugural de 1942, a que compareceram todos os conselheiros, à exceção do Sr. Uldarico Bezerra Cavalcanti, no momento ausente da capital.

Lido o termo de posse dos conselheiros, o qual foi, a seguir, assinado pelos mesmos, o Ministro Joaquim Eulálio proferiu o seguinte discurso:

«Senhores conselheiros. E' com muita honra que vos declaro empossados nos cargos para que acabais de ser reconduzidos, ou nomeados, pelo Sr. Presidente da República.

Como nos anos anteriores, a renovação é pequena, porquanto tem havido sempre a preocupação de certa continuidade no funcionamento do Conselho. Temos o prazer, todavia, de contar com quatro novos membros, os Srs coronel Anapio Gomes, que todo o Conselho já conhece, comandante Thiers Fleming, um dos grandes técnicos a que o Brasil já deve uma infinidade de serviços e que certamente colaborará conosco, juntamente como o coronel Anapio Gomes, na solução de tantos problemas em que a defesa nacional se tem revelado em ligação com os nossos problemas econômicos, como se tem verificado em sessões anteriores. Quero também referir-me aos dois jovens economistas Srs. Vidal Leite Ri-

beiro e Gileno de Carlí, cuja capacidade e competência virão, certamente, enriquecer o patrimônio do Conselho.

Estamos certos de que o Conselho continuará, este ano, como nos anteriores, a prestar relevantes serviços ao país, em colaboração com a ação da Presidência da República. Durante estas poucas semanas de férias do Conselho, a aprovação de 15 resoluções pelo Sr. Presidente da República, referentes aos mais diversos assuntos, mostra não só a confiança de S. Ex. no critério, na capacidade com que esta casa tem estudado as matérias que lhe são presentes, mas, também, o interesse por S. Ex. manifestado nas suas atividades.

Não preciso dizer que, no momento atual, as nossas responsabilidades são ainda maiores, porquanto os problemas econômicos adquiriram maior acuidade e uma extensão muito maior que em tempos normais. A tarefa, por conseguinte, que nos incumbe, é profundamente magnificada pela situação do momento. Estou certo, porém, de que a Presidência da República poderá contar com o máximo de patriotismo e o mesmo interesse no serviço público, não só dos seus antigos colaboradores, os antigos membros do Conselho, senão também da parte dos novos.

Dou a todos as boas vindas e espero que dora em diante o convívio nos permita um espírito de cooperação cada vez maior, que fará de cada um de nós um dedicado ao serviço do país.

Sede pois bem-vindos, e declarou instalado o Conselho.»

Depois, o Sr. Euvaldo Lodi fez um estudo retrospectivo das atividades do Conselho, lem-

brando que a este órgão consultivo coube já o estudo, com resultados positivos, dos mais agudos problemas nacionais, como sejam o do petróleo, de que resultou a criação do Conselho Nacional do Petróleo, o dos minérios, o da siderurgia, o do carvão, tendo ainda se ocupado o Conselho de outros problemas como o do café, o do mate, o das carnes, o da energia elétrica, etc. Acentuou, finalmente, que o momento internacional gerou para todos os países uma difícil e delicada situação, em face da qual devem desaparecer todas as divergências, de modo a ser facilitado o trabalho de mobilização econômica do Brasil e o país possa corresponder às necessidades mundiais, e afirmou que os industriais se achavam, como sempre, prontos a abrir mão de seus interesses, quando diante do interesse nacional.

Falaram, ainda, para agradecer as referências feitas pelo Ministro Joaquim Eulálio, os Srs. coronel Anapio Gomes e Guilherme Vidal Leite Ribeiro.

Por fim, o conselheiro Arthur Torres Filho disse algumas palavras sobre a importância dos assuntos que o Conselho terá de estudar, anunciando a apresentação de um trabalho sobre a situação econômica do Nordeste. Ocupou-se, mais diretamente, da situação dos produtores agrícolas, que experimentam também os efeitos da gravidade do momento, fazendo notar que o trabalho agrícola é a base e a alicerce, a fonte de energia da vida nacional.

Antes de ser encerrada a sessão, a pedido do Diretor Geral, foram trocadas idéias sobre a composição das Câmaras de Conselho, ficando o assunto sujeito ainda a exame e decisão oportuna. A sessão terminou às dezenove horas.

DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA BRASILEIRA

O desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira, a partir de 1930, é o resultado da política do ferro seguida pelo governo do Presidente Getúlio Vargas.

No que respeita particularmente ao ferro laminado, é grato assinalar o aumento de produção verificado desde então. Em 1930, a produção não foi além de 26.000 toneladas, enquanto que em 1940 se elevou a 135 mil toneladas. De Janeiro a Julho do ano em curso já logramos produzir 83.000 toneladas desse ferro, contra 80.000 toneladas em igual período do ano passado.

Não só a produção tem aumentado, mas também a exportação.

Segundo dados publicados pelo Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior, a exportação brasileira de ferro em barra, laminas ou placas durante os nove primeiros meses de 1941 somou cerca de 20.2200 toneladas, no valor de 31.100 contos, contra 8.450 toneladas, no valor de 9.200 contos nos doze meses do ano de 1940, destinadas na totalidade á República Argentina.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 16 de Janeiro 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918



Presidente perpétuo

Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

DIRETORIA GERAL

- Presidente* — Ildefonso Simões Lopes
1.º Vice-Presidente — Arthur Torres Filho
2.º » » — Edgard Teixeira Leite
3.º » » — Mario de Oliveira
1.º Secretário — Antonio de Arruda Camara
2.º » — Adamastor Lima
3.º » — Eurico Santos
4.º » — Altino de Azevedo Sodré
1.º Tesoureiro — Kurt Repsold
2.º » — Domigos de Faria

DIRETORIA TECNICA

- Fabio Furtado Luz
Franklin de Almeida
Hilario Luiz Leitão
Luiz de Oliveira Mendes
Otto Frensel
Francisco de Assis Iglesias
Frederico Murtinho Braga
Joaquim Bertino
Luiz Gonçalves Vieira
Virginio Werneck Campello

CONSELHO SUPERIOR

- Alberto Ravache
Alvaro Simões Lopes
Antonio F. Magarinos Torres
Argemiro de Oliveira
Alpheu Domingues da Silva
Annibal di Primio Beck
Archimedes de Lima Camara
Belisario Alves F. Tavora
Creso Braga
Carlos de Souza Duarte
Euvaldo Lodi
Eduardo Duvivier
Fidelis Reis
Fernando Costa
Filogonio Peixoto
Fabio de Azevedo Sodré
Francisco Leite Alves Costa
Gastão de Faria
Humberto Rodrigues de Andrade
Honorio da Costa Monteiro Filho

- Itagiba Barçante
J. C. Belo Lisboa
Jeronymo Antonio Coimbra
Julio Eduardo da Silva Araujo
Julio Cesar Lutterbach
José de Oliveira Marques
José de Borja Peregrino
José Solano Carneiro da Cunha
José de Mello Moraes
José Monteiro Ribeiro Junqueira
João Baptista de Castro
João Mauricio de Medeiros
Landulpho Alves de Almeida
Luiz Simões Lopes
Mario Telles da Silva
Marcial Terra
Otoni Soares de Freitas
Ruy Carneiro
Sebastião Herculano de Mattos
Wenceslau Braz Pereira Gomes

Escola de Horticultura Wenceslau Bello

(MANTIDA PELA S. N. DE AGRICULTURA NO ANTIGO HORTO FRUTICOLA DA PENHA)

RECONHECIDA E FISCALIZADA PELO GOVERNO DA NAÇÃO

PENHA — RIO — E. F. LEOPOLDINA

- Mudas e Enxertos de plantas frutíferas próprias ao clima do Districto Federal.
- Otimos exemplares de plantas ornamentais.
- Laranjeiras — Tipo exportação.
- Mangueiras das melhores variedades
- Abatimentos aos sócios da S. N. de Agricultura.

Solicital informações á

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

— Largo de São Francisco, 3-2.º - Salas 202/6 —

TEL. 22-6241

Caixa Postal 1245 — Endereço Telegráfico "Agricultura"